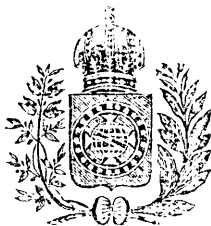


COLLECCÃO DAS LEIS
DO
IMPERIO DO BRASIL

DE
1845.

TOMO VIII. PARTE II.



RIO DE JANEIRO
NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.

1846.

**PÁGINA ORIGINAL
EM BRANCO**

INDICE DA COLLECCÃO DAS LEIS

DE

1845.

TOMO VIII. PARTE II.

PAG.

N.º 400. — Decreto de 18 de Janeiro de 1845. Reune ao Termo do Codó o do Croatá, creado na Provincia do Maranhão.....	1
N.º 401. — Decreto do 1.º de Fevereiro de 1845. Fixa a quantia que deve pagar cada Co- lono transportado ao Imperio.....	2
N.º 402. — Decreto de 5 de Fevereiro de 1845. Desannexa o Termo de Villa Bella do de S. Sebastião, na Provincia de S. Paulo; e crea nelle hum Juiz Municipal e de Orphãos	3
N.º 403. — Decreto de 12 de Fevereiro de 1845. Declara o de N.º 291 de 6 de Maio de 1843.....	4
N.º 404. — Decreto de 1 de Março de 1845. Manda executar provisoriamente os Esta- tutos da Escola Militar, em virtude do Art. 15 § 2.º da Lei de 15 de Novem- bro de 1831.....	5
N.º 405. — Decreto de 6 de Março de 1845. Deroga o Decreto N.º 269 de 20 de Fe- vereiro de 1843, e modifica o Artigo 14 do de 31 de Janeiro de 1839, N.º 27, acerca da Academia da Marinha.....	11
N.º 406. — Decreto de 15 de Março de 1845. Reune aos Termos de Villa Nova da For- miga e Piumby, o de Tamanduá, na Provincia de Minas Geraes.....	13
N.º 406 A. — Decreto de 19 de Abril de 1845. Marca os vencimentos dos Carcereiros das Cadêas da Provincia de São Pedro do Rio	

Grande do Sul.....	14
N.º 406 B. — Decreto de 19 de Abril de 1845. Em additamento ao Decreto N.º 220 de 6 de Setembro de 1842, crea os Lugares de Promotores Publicos para as Comarcas de Piratinim, e de Missões, na Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, e os de Juizes Municipaes e de Orphãos para diversos Termos da mesma Provin- cia, marcando-lhes os respectivos orde- nados.	15
N.º 407. — Decreto de 8 de Maio de 1845. Manda imprimir, publicar, e remetter, para conhecimento de todas as Autorida- des do Municipio da Córte, e das Pro- vincias, o Instrumento do Reconhecimen- to do Principe Imperial o Senhor Dom Affonso.	17
N.º 408. — Decreto de 28 de Maio de 1845. Manda observar os limites, que na inauguração da Villa de Rezende, pertencente á Provincia do Rio de Janeiro forão marcados a esta Villa.....	21
N.º 409. — Decreto de 4 de Junho de 1845. Alterando e additando o Regulamento N.º 152 de 16 de Abril de 1842, para a arrecadação da Decima Urbana	23
N.º 410. — Decreto de 4 de Junho de 1845. Additando o Regulamento N.º 156 de 28 de Abril de 1842 para a arrecadação da Taxa das heranças e legados.....	25
N.º 411. — Decreto de 4 de Junho de 1845. Alterando, e additando o Regulamento n.º 151 de 11 de Abril de 1842, para a arrecadação da Taxa dos escravos e da Meia sisa no Municipio da Córte.	27
N.º 412. — Decreto de 14 de Junho de 1845. Declara de Grande Gala o Dia 23 de Fe- vereiro, em substituição ao Dia 11 de Marco.....	30
N.º 411 A. — Decreto de 5 de Junho de 1845.	

Deroga o Decreto N.º 304 de 2 de Junho de 1843, e manda pôr em execução o Regulamento para o Corpo das Imperiaes Marinheiros.	31
N.º 413. — Decreto de 10 de Junho de 1845. Alterando o Regulamento de 9 de Abril de 1842, para a cobrança da Dizima da Chancellaria.	49
N.º 414. — Decreto de 11 de Junho de 1845. Isentando do imposto das Typographias as de propriedade da Fazenda Provincial. .	51
N.º 415. — Decreto de 12 de Junho de 1845. Substituindo o Regulamento N.º 149 de 8 de Abril de 1842, para a arrecadação do Imposto d'aguardente.	52
N.º 416. — Decreto de 13 de Junho de 1845. Autorisando a arrematação de alguns ramos da Renda Publica.	61
N.º 417. — Decreto de 14 de Junho de 1845. Para a arrecadação do Imposto sobre os Corretores.	64
N.º 418. — Decreto de 15 de Junho de 1845. Additando o Regulamento de 26 de Abril de 1844, para a arrecadação da Taxa do Sello das cartas de jogar.	67
N.º 418 A. — Decreto de 21 de Junho de 1845. Dá providencias sobre o impedimento dos Auditores de Guerra, para que não embarace a marcha dos Processos.	69
N.º 419. — Decreto de 26 de Junho de 1845. Dá providencias sobre as duvidas que occorrem nas decisões das Juntas de Justiça, e nas nomeações dos seus Membros. .	71
N.º 420. — Decreto de 26 de Junho de 1845. Declara o modo, por que se deve proceder para com os Officiaes da 3.ª e 4.ª Classe do Exercito, e da extincta 2.ª Linha, a quem aproveitou o Decreto de amnistia de 14 de Marco de 1844. ...	72
N.º 421. — Decreto de 26 de Junho de 1845. Dá providencias sobre os abonos que se	

	devem fazer aos presos sentenciados. . .	73
N.º 422.	— Decreto de 27 de Junho de 1845. Alterando o Regulamento de 9 de Maio de 1842, para a arrecadação dos bens dos defuntos e ausentes.	74
N.º 423.	— Decreto de 27 de Junho de 1845. Regula a maneira, pela qual devem ser examinados os Machinistas empregados nas Barcas de Vapor.	77
N.º 424.	— Decreto de 12 de Julho de 1845. Crea na Córte huma Contadoria Geral da Marinha, independente da Intenden- cia, e manda observar provisoriamente o Regulamento para a mesma Repartição, no qual se designão os Empregados de que ella se deve compor, e seus res- pectivos vencimentos.	79
N.º 425.	— Decreto de 19 de Julho de 1845. Estabelece as regras, que se devem seguir para a censura das Pecas, que houve- rem de ser representadas nos Theatros desta Córte; e faz extensivas aos das Provincias as que lhes são applicaveis.	83
N.º 426.	— Decreto de 24 de Julho de 1845. Contém o Regulamento ácerca das Mis- sões de catechese, e civilisação dos In- dios.	86
N.º 427.	— Decreto de 26 de Julho de 1845. Manda proceder á avaliação dos escravos que servirão em armas a favor da rebel- lião na Provincia do Rio Grande do Sul.	97
N.º 428.	— Decreto de 31 de Julho de 1845. Revoga a disposição do Art. 487 do Re- gulamento N.º 120 de 31 de Janeiro de 1842, na parte somente em que exceptua das correições aos Tabellães e Escrivães, que servem perante os actuaes Juizes do Cível.	98
N.º 429.	— Decreto de 9 de Agosto de 1845. Declara que o exercicio do Lugar de Juiz Municipal he incompativel com o	

	do Cargo de Vereador.	100
N.º 430.	— Decreto do 1.º de Setembro de 1845. Altera a disposição do Art. 20 do Plano de Reforma da Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra, que baixou com o Decreto N.º 350 de 20 de Abril de 1844.	101
N.º 431.	— Decreto de 13 de Setembro de 1845. Supprimindo o lugar de Juiz dos Orphãos da 2.ª Vara da Capital da Provincia da Bahia.	102
N.º 432.	— Decreto de 27 de Setembro de 1845. Revoga o de N.º 174 de 15 de Maio de 1843, na parte em que separou a Vara de Orphãos da Municipal nos Termos reunidos do Penedo, e Porto da Folha ou Traipú, da Provincia das Alagoas.	103
N.º 433.	— Decreto de 27 de Setembro de 1845. Extingue o lugar de Juiz de Direito do Cível da Cidade de Oeiras, da Provincia do Piahy.	104
N.º 434.	— Decreto de 30 de Setembro de 1845. Determina que os Tabelliães do Publico, Judicial e Notas da Villa de S. João da Barra sirvão os respectivos Officios igual- mente, e por distribuição, o de Escrivão de Orphãos, Capellas e Resíduos.	105
N.º 435.	— Decreto de 30 de Setembro de 1845. Approva o Plano da nova organização da força de oito Companhias de Pedes- tres, fixada no Art. 1.º § 3.º da Lei N.º 341 de 6 de Março do corrente anno.	106
N.º 436.	— Decreto de 2 de Outubro de 1845. Estabelece nas Provincias da Bahia, Pernambuco e Pará Contadorias de Ma- rinha.	109
N.º 437.	— Decreto de 14 de Outubro de 1845. Reune o Termo de Barras ao de Campo Maior, e o de Peracuruca ao da Parna- hiba, na Provincia do Piahy.	118
N.º 438.	— Decreto de 13 de Novembro de 1845.	

	Approva os Estatutos do Banco Commer-	
	cial da Provincia da Bahia.	119
N.º 439.	— Decreto de 2 de Dezembro de 1845.	
	Funda na Cidade de Porto Alegre hum	
	Collegio para educação de meninas or-	
	phãs.	134
N.º 440.	— Decreto de 10 de Dezembro de 1845.	
	Regula o modo dos concursos ás Cadeiras	
	Públicas de Primeiras Letras pertencen-	
	tes ao Municipio da Côrte.	135
N.º 441.	— Decreto de 27 de Dezembro de 1845.	
	Marca os vencimentos dos Carcereiros	
	das Cadêas da Provincia do Grão Pará.	139
N.º 442.	— Decreto de 27 de Dezembro de 1845.	
	Marca os vencimentos dos Carcereiros das	
	Cadêas de diversas Villas da Provincia de	
	Sergipe d'El-Rei.	140

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 1.ª

DECRETO N.º 400 — de 18 de Janeiro de 1845.

*Reune ao Termo do Codó o do Croatá, creado na
Provincia do Maranhão.*

Hei pr bem Decretar o seguinte.

Artigo unico. O Termo do Croatá, creado pela Lei da Assembléa Legislativa da Provincia do Maranhão, numero cento e setenta e tres, será reunido ao Termo do Codó, debaixo da jurisdicção de hum Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos; ficando nesta parte alterado o Artigo quarto do Decreto numero cento e setenta e tres de quinze de Maio de mil oitocentos e quarenta e dous.

Manoel Antonio Galvão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Janeiro de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Antonio Galvão.



COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 2.ª

DECRETO N.º 401 — do 1.º de Fevereiro de 1845.

Fixa a quantia que deve pagar cada Colono transportado ao Imperio.

O desconto no imposto d'ancoragem, que pelo Decreto de 26 de Abril de 1844 se manda fazer por cada Colono que fôr transportado ao Imperio, na fórma do mesmo Decreto, fica reduzido a dez mil réis, revogada a parte do Art. 5.º, que manda que os Inspectores das Alfandegas fixem a quantia com recurso ao Tribunal do Thesouro, e a parte do Art. 6.º que obriga os Commandantes á fiança, em quanto não chegar a decisão do mesmo Tribunal.

Manoel Alves Branco, do Meu Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal de Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Fevereiro de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 3.ª

DECRETO N.º 402 — de 5 de Fevereiro de 1845.

*Desannexa o Termo de Villa Bella do de S. Sebastião, na
Provincia de S. Paulo; e crea nelle hum Juiz
Municipal e de Orphãos.*

Hei por bem Decretar o seguinte.

Art. 1.º Fica desannexado o Termo de Villa Bella do de S. Sebastião, na Provincia de S. Paulo; e alterado nesta parte o Artigo primeiro do Decreto numero cento e sessenta e dous de dez de Maio de mil oitocentos quarenta e dous.

Art. 2.º Em cada hum dos Termos, de que trata o Artigo antecedente, haverá hum Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz dos Orphãos; vencendo cada hum o ordenado de duzentos e cincoenta mil réis annuaes.

Manoel Antonio Galvão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Fevereiro de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Antonio Galvão.



COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 4.ª

DECRETO N.º 403—de 12 de Fevereiro de 1845.

Declara o de N.º 291 de 6 Maio de 1843.

Hei por bem, em declaração do Decreto numero duzentos e noventa e hum de seis de Maio de mil oitocentos quarenta e tres, Decretar o seguinte.

Artigo unico. As disposições do Decreto numero cento e trinta e tres de vinte e seis de Fevereiro de mil mil oitocentos quarenta e dous, a que se refere o de numero duzentos e noventa e hum acima citado, são extensivas á Comarca, e não sómente ao Municipio, da Capital da Provincia da Bahia, como se menciona no mesmo Decreto.

Manoel Antonio Galvão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Fevereiro de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Antonio Galvão.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 5.ª

DECRETO N. 404—de 1 de Março de 1845.

Manda executar provisoriamente os Estatutos da Escola Militar, em virtude do Art. 15 § 2.º da Lei de 15 de Novembro de 1831.

Mostrando a experiencia que as Reformas da Escola Militar, feitas por Decretos de 9 de Março de 1832, 22 de Outubro de 1833, 23 de Fevereiro de 1835, N.º 25 de 14 de Janeiro de 1839, e N.º 140 de 9 de Março de 1842, ainda não tem produzido todos os bons resultados que dellas se devião esperar: Hei por bem, Tendo mandado ouvir a Secção de Guerra e Marinha, do Meu Conselho d'Estado, determinar que os Estatutos da mesma Escola Militar, que com este baixão, assignados por Jeronimo Francisco Coelho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, sejam desde já executados provisoriamente na parte doutrinal, e por fôrma que na relativa á despesa não exceda esta aos fundos decretados pelo Corpo Legislativo, a cuja approvação serão submettidos. O mesmo Ministro e Secretario de Estado da referida Repartição o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em hum de Março de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronimo Francisco Coelho.



Estatutos da Escola Militar.

Art. 1.º O Curso completo da Escola Militar constará de sete annos de estudos, nos quaes, e m 14 Cadeiras, se ensinarão as materias seguintes :

1.º Anno.

- 1.ª Cadeira. — Arithmetica, Algebra elementar, Geometria, e Trigonometria plana.
- 2.ª Cadeira.—Desenho.

2.º Anno.

- 1.ª Cadeira. — Algebra superior, Geometria analytica, Calculo differencial e integral.
- 2.ª Cadeira.—Geometria descriptiva, e suas applicações á Stereotomia, e á Perspectiva.
- 3.ª Cadeira.—Desenho.

3.º Anno.

- 1.ª Cadeira.—Mechanica racional e applicada ás machinas.
- 2.ª Cadeira.—Physica experimental, comprehendendo a Optica, e Acustica.
- 3.ª Cadeira.—Desenho.

4.º Anno.

- 1.ª Cadeira. — Trigonometria espherica, Astronomia, e Geodesia.
- 2.ª Cadeira.—Chimica, Mineralogia.
- 3.ª Cadeira.—Desenho.

5.º Anno.

- 1.ª Cadeira.—Topographia, Tactica, Fortificação passageira, Estrategia, Historia Militar, e Principios de Direito natural e das gentes.

applicaveis aos usos da guerra, e ás Capitulações.

2.^a Cadeira.—Desenho.

6.^o Anno.

1.^a Cadeira.—Artilharia, Minas, Fortificação permanente, Ataque e defesa de praças.

2.^a Cadeira.—Geologia, Montanhistica, Metallurgia.

3.^a Cadeira.—Desenho.

7.^o Anno.

1.^a Cadeira.—Architectura Civil, Hydraulica, e Militar.

2.^a Cadeira.—Desenho de Architectura, e Machinas hydraulicas.

Art. 2.^o Os alumnos do quarto anno serão obrigados a frequentar o Observatorio Astronomico, e os dos annos seguintes, que se destinarem aos estudos completos do Curso de Engenharia, deverão concorrer a elle sempre que forem chamados. Nos tempos das ferias de todos os annos haverá exercicios praticos.

Art. 3.^o O referido Curso será subdividido em tres. O primeiro destinado para os alumnos pertencentes ás Armas de Cavallaria, e Infantaria comprehenderá o primeiro, segundo, e quinto annos. O segundo Curso para a Arma d'Artilharia e Estado Maior, constará do primeiro, segundo, terceiro, quinto, e sexto, substituindo-se a segunda aula do sexto pela segunda do quarto. O terceiro Curso para Engenharia abrangerá todos os sete annos completos.

Art. 4.^o Para a regencia das Cadeiras da Escola Militar haverá quatorze Lentes, sendo hum especialmente encarregado do Observatorio, e sete Substitutos, a saber: hum especialmente para Desenho, hum para as Cadeiras de Sciencias naturaes, e os outros cinco Substitutos geraes. Haverá mais tres Ajudantes preparadores.

Art. 5.^o Os Lentes vencerão o Ordenado annual de

hum conto e duzentos mil réis, e os Substitutos de oitocentos mil réis, além do Soldo correspondente ás suas Patentes. Os Lentes e Substitutos, que não tiverem Patente Militar, perceberão além do Ordenado huma gratificação equivalente ao Soldo de Capitão, cujas honras lhe ficarão competindo, em quanto forem Lentes da Escola. Os Ajudantes preparadores perceberão huma gratificação de seiscentos mil réis annuaes.

Art. 6.º Poderão ser jubilados, com o Ordenado por inteiro, os Lentes que contarem vinte annos de exercicio Academico. Os jubilados poderão continuar a reger Cadeiras, se o Governo julgar conveniente, vencendo mais huma gratificação, que não poderá exceder de metade do respectivo Ordenado.

Art. 7.º A primeira nomeação de Lentes e Substitutos será feita pelo Governo, que escolherá entre os actualmente existentes que tiverem as habilitações adequadas á nova distribuição de doutrinas. Os Lentes para o futuro serão promovidos por antiguidade, e os Substitutos nomeados sob proposta da Congregação dos Lentes.

Art. 8.º Haverá annexas á Escola Militar, Escolas de Equitação, e Esgrima, vencendo os seus Professores as gratificações que o Governo julgar conveniente arbitrar-lhes, não excedendo á metade do Ordenado dos Lentes.

Art. 9.º Haverá para o expediente e serviço da Escola Militar os seguintes Empregados: hum Secretario, servindo de Bibliothecario com novecentos e sessenta mil réis annuaes, e a graduação de Capitão em quanto exercer o lugar; hum Escripturario com quatrocentos e oitenta mil réis; hum Porteiro e Archivista com seiscentos mil réis; e seis Guardas (cada hum) com trezentos e sessenta mil réis.

Art. 10. O Governo administrativo e o regimen militar da mesma Escola he confiado a hum Director, que será sempre escolhido da Classe de Officiaes de Patente Superior, ou Generaes, que tenham conhecimentos profissionaes das materias que nella se ensinão, e vencerá, além do Soldo da sua Patente, huma gratificação annual de dous contos de réis.

Art. 11. A reunião dos Lentes, presidida pelo Director da Escola, constitue a Congregação dos Lentes, sendo sufficiente que se achem presentes metade e mais hum para poder deliberar-se. Compete á Congregação dos Lentes: 1.º, propor ao Governo os Compendios das Aulas: 2.º, formular os programmas dos exames, concursos, e exercicios praticos: 3.º, qualificar os alumnos habilitados para fazerem exames, e o merecimento dos que annualmente forem approvados: 4.º, fazer a proposta, precedendo concurso, dos oppositores aos lugares de Substitutos: 5.º finalmente, propor ao Governo o que julgar conveniente para o regular andamento, e melhoramento da Escola.

Art. 12. Para a matricula do primeiro anno da Escola Militar requer-se: 1.º, ser Cidadão Brasileiro: 2.º, quinze annos de idade, não podendo exceder a vinte o numero dos alumnos que se destinarem ao segundo, e terceiro Curso: 3.º, exames preparatorios de grammatica da lingua Nacional, de traducção e leitura da lingua Franceza, e de pratica corrente das quatro operações de Arithmetica, e Geographia, e tambem de grammatica latina, mas somente aos que se destinarem ao Curso de Engenharia: 4.º, licença do Governo, que fixará o numero de alumnos que annualmente devem ser admittidos á matricula do primeiro anno.

Os Estrangeiros, e os que se não destinarem ao Serviço Militar, serão matriculados como Voluntarios, ficando em tudo sujeitos ao regimen da Escola, mas não terão direito ás vantagens concedidas aos alumnos Militares nos Artigos treze e quatorze dos presentes Estatutos.

Art. 13. Os alumnos que se propuzerem a seguir a carreira Militar, logo que se matricularem, deverão assentar praça, se antes não a tiverem, e serão mandados addir aos Corpos da Guarnição desta Capital da arma a que pertencer o Curso a que se destinarem. Os alumnos Engenheiros serão addidos aos Corpos de Artilharia.

Art. 14. Os alumnos Militares terão os vencimentos de segundos Sargentos no primeiro anno, e de primeiros Sargentos no segundo e nos seguintes, em quanto não obtiverem a graduação de Alferes. São

comprehendidos nesta disposição as praças dos Corpos do Exercito que se matricularem como alumnos na Escola Militar, quando os seus vencimentos nos respectivos Corpos forem menores; mas sendo maiores os conservarão.

Art. 15. Os que tiverem dous annos approvados plenamente, e só houverem distinguido nos exercicios praticos, com applicação, e aproveitamento, serão promovidos ao posto de ~~Afferes~~ alumnos, com os vencimentos de soldo correspondente ao mesmo posto; mas só poderão passar a effectivos os de Cavallaria e Infantaria depois de terem hum anno de serviço effectivo nos Corpos das armas a que pertencerem, e os de Artilharia e Engenharia depois de quatro annos approvados.

Art. 16. Perderá o anno qualquer alumno que faltar quinze dias uteis a todas ou a cada humas das Aulas do anno respectivo, sem causa justificada, e trinta uteis, contadas as falhas pela mesma fórma, ainda que seja por causa justificada. O que perder dous annos consecutivos por faltas, ou porque seja reprovado, não poderá mais ser admittido á matricula.

Art. 17. Os alumnos que tiverem os sete annos do Curso completo terão o titulo de Bachareis, e os que se mostrarem approvados plenamente em todos os referidos annos, e se habilitarem pela fórma que for determinada nas Instrucções, ou Regulamentos do Governo, receberão o Grão de Doutor em Sciencias Mathematicas. Os Lentes e Substitutos receberão o referido Grão em Sciencias Mathematicas ou naturaes, sem outra alguma habilitação, que não seja o titulo Academico de seus estudos regulares nas ditas Sciencias.

Art. 18. A Escola Militar he sujeita ao regimen e Leis da disciplina Militar.

Art. 19. O regimen administrativo, economico, e policial da mesma Escola, a fórma das matriculas, exames, concursos, e exercicios praticos dos seus alumnos, e tudo mais que for necessario para a boa execução dos presentes Estatutos será determinado por Instrucções e Regulamentos do Governo.

Art. 20. Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Março de 1845.—*Jeronimo Francisco Coelho.*

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 6.ª

DECRETO N.º 405—de 6 de Março de 1845.

*Deroga o Decreto N.º 269 de 20 de Fevereiro de 1843,
e modifica o artigo 14 do de 31 de Janeiro de 1839,
N.º 27, ácerca da Academia da Marinha.*

Tendo Ouvido a Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado sobre o que ponderarão os Lentes da Academia da Marinha, ácerca da necessidade de serem alteradas as disposições do Decreto numero duzentos e sessenta e nove de vinte de Fevereiro da mil oitocentos quarenta e tres, e do artigo decimo quarto do de trinta e hum de Janeiro de mil oitocentos e trinta e nove, numero vinte e sete, relativas á Academia da Marinha; e Conformando-Me com o parecer da dita Secção, emit-tido em Consulta de vinte e cinco do mez proximo pre-terito; Hei por bem, Derogando o referido Decreto nu-mero duzentos e sessenta e nove, Determinar que ne-nhum discipulo seja admittido a matricular-se mais de duas vezes no mesmo anno do Curso Academico, nem possa matricular-se no segundo, ou terceiro, sem que tenha sido approved em ambas as Aulas do antecedente; e, Modificando o mencionado Artigo, Ordenar outro-sim, que, para os exames preparatorios e matriculas, se destinem em cada anno os ultimos treze dias do mez de Fevereiro, dando-se começo ás lições impreritivel-mente no primeiro de Março, como dispõe os Estatutos; que se fechem as Aulas no dia trinta e hum de Outubro, e comecem os exames no primeiro dia util de Novembro, continuando pelo tempo, que necessario for; e que sejam tambem feriados os dias do Carnaval, os tres ultimos da Semana Santa, os Domingos, Dias Santos de Guarda,

~~de Festa Nacional, e de Grande Gala, e as Quintas
feiras das Semanas, em que não houver outro feriado.~~

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti
de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario
de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim en-
tendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em
seis de Março de mil oitocentos quarenta e cinco, Vig-
~~esimo quinto da Independencia e do Imperio.~~

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti
de Albuquerque.*

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 7.ª

DECRETO N.º 406—de 15 de Março de 1845.

Reune aos Termos de Villa Nova da Formiga e Piumhy, o de Tamanduá, na Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Decretar o seguinte.

Artigo unico. Fica reunido debaixo da jurisdicção de hum Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz de Orphãos, o Termo de Tamanduá aos de Villa Nova da Formiga e Piumhy, na Provincia de Minas Geraes; ficando nesta parte alterado o Artigo segundo do Decreto numero duzentos quarenta e tres de seis de Novembro de mil oitocentos quarenta e dous.

Manoel Antonio Galvão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Março de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Antonio Galvão.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 3.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 8.ª

DECRETO N.º 406 A—de 19 de Abril de 1845.

*Marca os vencimentos dos Carcereiros das Cadêas da
Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.*

Hei por bem, para execução do Artigo oitavo da Lei numero duzentos e sessenta e hum de tres de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e hum, Marcar aos Carcereiros das Cadêas da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul os vencimentos annuaes, constantes da Tabella que com este baixa, assignada por Manoel Antonio Galvão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Abril de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Antonio Galvão.

*Tabella dos vencimentos dos Carcereiros das Cadêas da
Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul,
a que se refere o Decreto da data desta.*

Ao actual Carcereiro da Cadêa da Capital Manoel Pereira Maciel.....	600	7
Ajudante ou fiel do mesmo.....	240	7
	840	7
Carcereiro da Cadêa da Villa de S. Antonio.....	200	7
» » » do Triumpho.....	150	7
» » da Cidade do Rio Grande.....	300	7

Carcereiro da Cadea da Cidade de Pelotas.....	300\$
» » da Villa do Norte.....	200\$
» » do Rio Pardo....	200\$
» » da Cachoeira.....	150\$
» » de Caçapava.....	200\$
» » de Alegrete.....	200\$
» » de São Borja....	150\$
» » da Cruz Alta.....	150\$
» » de Piratinim.....	200\$
» » de Jaguarão.....	150\$

Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Abril de 1845.

Manoel Antonio Galvão.

DECRETO N.º 406 B—de 19 de Abril de 1845.

Em additamento ao Decreto N.º 220 de 6 de Setembro de 1842, Crea os Lugares de Promotores Publicos para as Comarcas de Piratinim, e de Missões, na Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, e os de Juizes Municipaes e de Orphãos para diversos Termos da mesma Provincia, marcando-lhes os respectivos ordenados.

Hei por bem, para execução da Lei numero duzentos e sessenta e um de tres de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e hum, e em additamento ao Decreto numero duzentos e vinte de seis de Setembro de mil oitocentos quarenta e dous, Decretar o seguinte.

Art. 1.º Haverá um Promotor Publico em cada huma das Comarcas de Piratinim, e de Missões, na Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, vencendo o ordenado annual de seiscentos mil réis.

Art. 2.º Em cada um dos Termos do Triunpho, Santo Antonio, Pelotas, São José do Norte, Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava, Piratinim, Jaguarão, São Borja, Alegrete, e Cruz Alta, da mesma Provincia, haverá um Juiz Municipal, que accumulará as func-

ções de Juiz de Orphãos, vencendo cada hum o ordenado annual de quatrocentos mil réis.

Manoel Antonio Galvão, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Abril de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Antonio Galvão.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1843.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 9.ª

DECRETO N.º 407 — de 8 de Maio de 1843.

Manda imprimir, publicar, e remetter, para conhecimento de todas as Autoridades do Municipio da Côrte, e das Provincias, o Instrumento do Reconhecimento do Principe Imperial o Senhor Dom Affonso.

Hei por bem, em observancia do Artigo decimo da Lei de vinte e seis de Agosto de mil oitocentos e vinte e seis, que o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio faça imprimir, e publicar, e remetta para conhecimento de todos, ás Autoridades do Municipio da Côrte, e das Provincias, o Instrumento, que abaixo segue, do Reconhecimento do Principe Imperial, Dom Affonso, Meu muito Amado, e Prezado Filho, como Successor no Throno, e Corôa do Imperio do Brasil, segundo a ordem de Successão estabelecida na Constituição, Titulo quinto, Capitulo Quarto, Artigo cento e dezesete.

José Carlos Pereira de Almeida Torres, do Meu Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Maio de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Carlos Pereira de Almeida Torres.

*Instrumento do Reconhecimento do Principe Imperial o
 Senhor Dom Affonso, como Successor no Throno, e
 Corôa do Imperio do Brasil.*

Saibão quanto este Instrumento virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio do Brasil, aos seis dias do mez de Maio, pelas onze horas da manhã, nesta muito Leal, e Heroica Cidade do Rio de Janeiro, no Paço do Senado, onde se reunirão as duas Camaras de que se compoem a Assembléa Geral Legislativa do mesmo Imperio, estando presentes trinta e quatro Senadores, e sessenta e oito Deputados, sob a Presidencia do Exm. Marquez de Lages, para se fazer o Reconhecimento do Principe Imperial na conformidade da Constituição, Titulo quarto, Capitulo primeiro, Artigo quinze, Paragrapho terceiro, se procedeo ao Acto Solemne do dito Reconhecimento; e o Senhor Dom Affonso Pedro Christino Leopoldo Felipe Eugenio Miguel Gabriel Raphael Gonzaga, Principe Imperial, Filho legitimo, Primeiro Varão existente, do Senhor Dom Pedro Segundo, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil, e da Senhora Dona Thereza Christina Maria, Imperatriz. Sua Mulher, Nascido aos vinte e tres dias do mez de Fevereiro do corrente anno, e Baptisado aos vinte e cinco dias do mez de Março do dito anno na Imperial Capella desta Côrte, pelo Exm. e Reverendissimo D. Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, Bispo Diocesano, Capellão Mór de Sua Magestade Imperial, Conde de Irajá, pela Assembléa Geral Legislativa foi reconhecido por Successor de Seu Augusto Pai no Throno, e Corôa do Imperio do Brasil, segundo a ordem da Successão estabelecida na Constituição, Titulo quinto, Capitulo quarto, Artigo cento e dezeseite, com todos os direitos, e prerogativas, que pela mesma Constituição competem ao Principe Imperial Successor do Throno. E para perpetua memoria se lavrou este Auto em duplicado na conformidade da Lei, para os fins nella declarados; o qual foi lido pelo Exm. José da Silva Mafra, segundo Secretario do Senado, em voz

intelligível, perante a Assembléa Geral Legislativa, cujos Membros abaixo vão assignados: e eu Cassiano Spiridião de Mello Matos, primeiro Secretario do Senado, o escrevi, e subscreevo. Cassiano Spiridião de Mello Matos. Marquez de Lages, Presidente. Ernesto Ferreira França. Caetano Maria Lopes Gama. Jeronimo Francisco Coelho. Gabriel José Rodrigues dos Santos. José Antonio Marinho. Joaquim Candido Soares de Mello. João José de Oliveira Junqueira. José Jansen do Paço. José Antonio da Silva Maia. Felipe Lopes Neto. Fernando Sebastião Dias da Matta. Manoel José de Sousa França. Luiz José de Oliveira. Urbano Sabino Pessoa de Mello. José Joaquim Machado de Oliveira. José Joaquim de Carvalho. Antonio Luiz Damas de Barros Leite. Manoel Odorico Mendes. Francisco Gonçalves Martins. Thomaz Gomes dos Santos. José Carlos Pereira de Almeida Torres. Manoel Mendes da Cunha e Azevedo. Manoel Ignacio de Carvalho Mendonça. José Ferreira Souto. Antonio Thomaz de Godoy. José Edifonso de Sousa Ramos. Antonio da Costa Pinto. Angelo Moniz da Silva Ferraz. Bernardo do Sousa França. Francisco Moniz Tavares. Francisco de Paula de Almeida Albuquerque. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. Joaquim Franco de Sá. Tristão Antonio de Alvarenga. Jeronimo Villela de Castro Tavares. Antonio Manoel de Campos Mello. José Thomaz dos Santos e Almeida. Marcos Antonio Bricio. Antonio da Cunha Vasconcellos. José Joaquim Fernandes Torres. Visconde de Olinda. Doutor Manoel de Mello Franco. Antonio Pedro da Costa Ferreira. Josino do Nascimento Silva. Manoel Paranhos da Silva Velloso. Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça. Manoel Maria do Amaral. Antonio José da Veiga. Joaquim Nunes Machado. José Thomaz Nabuco da Araujo. Felizardo Toscano de Brito. André de Albuquerque Maranhão Junior. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Antonio Alfonso Ferreira. Manoel, Bispo Capellão Mór, Conde de Irajá. Bernardo José Pinto Gavião Peixoto. João Coelho Bastos. Felix Peixoto de Brito e Mello. José Pedro Dias de Carvalho. Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto. Raphael Tobias de Aguiar. Antonio Joaquim de Mello. Pedro d'Alcantara

Cerqueira Leite. José Saturnino da Costa Pereira. Manoel Alves Branco. Francisco de Paula Cavalcanti d'Albuquerque. José Jorge da Silva. José Martiniano de Alencar. Manoel Antonio Galvão. Francisco Alves Machado e Vasconcellos. Antonio Paulino Limpo de Abru. João Mauricio Wanderley. Barão do Pontal. Alvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti. Francisco de Paula Sousa. Herculano Ferreira Penna. Antonio da Costa Rego Monteiro. Manoel Joaquim Pinto Paça. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. Manoel de Jesus Valdetaro. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha. Francisco Antonio de Sousa Queiroz. Francisco de Lima e Silva. Manoel do Nascimento Castro e Silva. José Clemente Pereira. Marquez de Itanhaem. Conde de Valença. Visconde de Mont'Alegre. João Paulo dos Santos Barreto. Joaquim Antônio Fernandes Leão. Antonio Ferreira dos Santos Azevedo. Marcos Antonio Monteiro de Barros. D. Manoel de Assis Mascarenhas. Saturnino de Sousa e Oliveira. Aureliano de Sousa e Oliveira Coitinho. Paulo Parbosa da Silva. José Cesario de Miranda Ribeiro. Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. Candido José de Araujo Vianna. Honorio Hermeto Carneiro Leão. José da Silva Mafra. Marquez de Bapendy. Manoel dos Santos Martins Vallasques. Visconde de Congonhas do Campo. Januario da Cunha Barbosa. Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Maio de 1845.

José Carlos Pereira de Almeida Torres.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 10.ª

DECRETO N.º 408 — de 28 de Maio de 1845.

Manda observar os limites, que na inauguração da Villa de Rezende, pertencente á Provincia do Rio de Janeiro forão marcados a esta Villa.

Constando na Minha Imperial Presença que se tem suscitado conflictos entre as Autoridades da Villa de Arêas, pertencente á Provincia de São Paulo, e as da Villa de Rezeade, pertencente á Provincia do Rio de Janeiro, pondo-se assim em perigo a segurança e a tranquillidade dos habitantes daquelles lugares, por se não haverem guardado, entre o pé do Morro de Santa Anna, e o lugar denominado — Maximo —, os limites, que na inauguração desta ultima Villa forão a ella demarcados pelo Ouvidor da Comarca José Albano Fragoso, em vinte e nove de Setembro de mil oitocentos e hum, época muito anterior á creação da Villa de Arêas, que teve lugar por Alvará de vinte e oito de Novembro de mil oitocentos e dezaseis, e deixou subsistentes aquelles limites; e desejando occorrer com o conveniente remedio, para que não continuem os mencionados conflictos. Hei por bem, Tendo ouvido a Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio, que d'ora em diante se respeitem, e observem os ditos limites, os quaes ultimamente Mandeí avivar por huma Commissão, composta do Doutor Anonio Manoel Fernandes Junior, do Major do Corpo de Engenheiros Joaquim José de Oliveira, do Segundo Tenente do mesmo Corpo Marcolino Rodrigues da Costa, e do Amanuense addido á Secretaria da Policia da Provincia do Rio de Janeiro Mathias Moreira Barrei-

ros: tendo esta Commissão fixado, para maior clareza, e perduravel memoria dos mesmos limites, hum marco no alto do Morro de Santa Anna, setecentas e cincoenta braças distante do pé do mesmo Morro, outro na margem esquerda do regato Carrapatinho, em distancia de quatro milhas do primeiro marco; e finalmente outro na margem esquerda do Rio Formoso, em distancia de quatro milhas e meia do segundo; comprehendendo a estrada em sua extensão oito milhas e meia, contadas pelas voltas do caminho, desde o Morro de Santa Anna, que divide a Freguezia de Barreiros da de Arêas, até ao Rio Formoso, que divide a Freguezia de Barreiros da do Bananal, como tudo se mostra do auto de avivamentos de limites, que se lavrou, e do Mappa respectivo, os quaes se conservarão annexos ao presente Decreto.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres, do Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Maio de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 11.º

DECRETO N.º 409 — de 4 de Junho de 1845.

*Alterando e additando o Regulamento N.º 152 de
16 de Abril de 1842, para a arrecadação
da Decima Urbana.*

Hei por bem Ordenar que se execute o seguinte.

Art. 1.º A demarcação dos limites da Cidade, e designação dos lugares notaveis, cujos predios forem sujeitos á imposição da Decima Urbana, de que trata o Art. 1.º do Regulamento N.º 152 de 16 de Abril de 1842, será fixada de quatro em quatro annos, por huma Comissão composta do Administrador da Recobedoria, do Inspector das Obras Publicas, ou seu Ajudante, e de hum Vereador da Camara Municipal, proposto por esta, e approvado pelo Governo.

Art. 2.º O districto da Cidade estabelecido pelo Art. 5.º do Regulamento para o lançamento da Decima, será dividido em cinco Secções com a possível igualdade; sendo a 1.ª a do Centro; a 2.ª a do Norte; a 3.ª a do Sul; a 4.ª a de Leste; a 5.ª a do Oeste. Esta divisão será feita pela Comissão creada pelo Art. 1.º, e approvada pelo Tribunal do Thesouro.

Art. 3.º A disposição da 2.ª parte do § 1.º do Art. 11 do Regulamento será entendida da maneira seguinte: se porém os predios forem occupados pelos proprios donos, será fixada a quota de imposto por meio de hum arbitramento razado.

Art. 4.º Serão tambem sujeitos ao pagamento do imposto os predios occupados gratuitamente, e aquelles que, não estando effectivamente habitados, se acharem mobiliados.

Art 5.º Não serão comprehendidas na disposição do § 2.º do Art. 12 do Regulamento, as bemfeitorias voluptuarias ou de capricho particular; tanto as que forem feitas pelos donos dos predios, que nelle habitarem, como as que forem feitas pelos inquilinos.

Art. 6.º As disposições do § 2.º do Art. 21 do Regulamento de 16 de Abril de 1842, devem entender-se da maneira seguinte, a saber:

§ 1.º Quando se penhorarem os alugueis dos predios, de que se dever decima, os actuaes inquilinos, se nelles se quizerem conservar, assignarão termo de depositario, dos alugueis futuros para os recolherem á Recebedoria no tempo de seu vencimento, até se effectuar o pagamento do imposto devido, sujeitando-se para esse fim ás Leis dos depositarios judiciaes.

§ 2.º Se ao tempo de se fazer a penhora o predio não estiver alugado, achando-se porém em termos de o ser, ou se o inquilino se mudar, o Administrador da Recebedoria o alugará a pessoa idonea, que assigne termo, e se sujeite ás obrigações do § antecedente. Se em qualquer destes casos o Administrador da Recebedoria entender ser precisa fiança ao inquilino, o fiador que fór apresentado assignará o mesmo termo de depositario.

§ 3.º Não estando o predio em circumstancias de ser alugado ao tempo de se fazer a penhora, por estar em ruina, será elle mesmo penhorado, seguindo-se a seu respeito os termos na conformidade das Leis, que regulão as execuções fiscaes.

Art. 7.º A demarcação de que trata a segunda parte do Art. 24 do Regulamento será feita pela Commissão estabelecida no Art. 1.º deste Decreto.

Art. 8.º Sendo provado que algum proprietario sonega o rendimento de seus predios para fraudar o imposto será elle condemnado pelo Administrador da Recebedoria, com recurso para o Thesouro, a pagar o dobro da decima que se achar ser a exacta de hum anno, ou 200\$000 além da dita decima, no caso de que o imposto passe dessa quantia.

Art. 9.º Fica revogada a disposição do Art. 12 § 4.º do Regulamento de 16 de Abril de 1842, e todas as mais que estiverem em opposição ao presente.

Manoel Alves Branco, do Meu Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Junho de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.

DECRETO N.º 410 — — de 4 de Junho de 1845.

Additando o Regulamento N.º 156 de 28 de Abril de 1842 para a arrecadação da taxa das heranças e legados.

Hei por bem ordenar que se observe o seguinte.

Art. 1.º São comprehendidos na disposição do Alvará de 17 de Junho de 1809, para pagamento da taxa do sello das heranças e legados, os Estrangeiros, (Art. 31 da Lei N.º 317 de 21 de Outubro de 1843) e delles se cobrará nos mesmos casos, e pela mesma fórma, por que se cobra dos Nacionaes.

Art. 2.º O pagamento da taxa a que se offerecer qualquer herdeiro, nos termos do Art. 5.º do Regulamento de 28 de Abril de 1842, se poderá tambem fazer, em qualquer estado que esteja o inventario, logo que se possa directamente liquidar o imposto, ou elle esteja liquido pelo testamento.

Art. 3.º Sempre que se houver de apresentar louvados por parte da Fazenda Nacional, nos casos de que trata o dito Regulamento, devem elles ser nomeados pelo Administrador da Recebedoria do Municipio. (Portaria de 6 de Junho de 1842.)

Art. 4.º Os Escrivães dos Juizos, perante quem se proceder á arrecadação, e inventario dos bens dos fallecidos abintestados, de que se deva pagar taxa, que deixarem de cumprir a disposição do Art. 19 do Re-

gulamento, incorrerão em huma multa de 500 rs. por cada hum inventario, que deixarem de remetter á Recebedoria do Municipio, para o effeito de ser inscripto, a qual será imposta pelo Procurador dos Feitos, e applicada á Fazenda Nacional.

Art. 5.º No principio de cada trimestre remetter-se-ha ao Procurador dos Feitos hum extracto da inscripção, que se tiver feito no trimestre anterior, para proceder ás diligencias que lhe incumbe o Regulamento.

Art. 6.º A quota do imposto, estabelecida pelo § 8.º do sobredito Alvará de 17 de Junho de 1809, será deduzida na fôrma seguinte:

1.º Pelas quitações, que derem os herdeiros, ou legatarios, por effeito de testamento, que não forem ascendentes ou descendentes do testador, se pagará a taxa correspondente á decima do valor da herança ou legado que effectivamente se arrecadar.

2.º Pelas quitações que derem os herdeiros abintestados, que não forem descendentes, ou ascendentes do fallecido, mas parentes até o 2.º grão inclusive, na fôrma do Direito Canonico, pagar-se-ha a quota igual á decima da herança, que realmente se arrecadar.

São parentes collateraes ou transversaes dentro do 2.º grão, para serem sujeitos sómente ao imposto da decima da herança havida por testamento, ou abintestado:

1.º Os irmãos.

2.º Os sobrinhos filhos de irmãos.

3.º Os tios irmãos dos pais.

4.º Os primos filhos dos tios, irmãos dos pais.

5.º Pelas quitações, que em igual caso, derem os parentes do fallecido intestado fóra do 2.º grão, se pagará taxa igual á 5.ª parte da herança arrecadada por elles.

Art. 7.º São isentos do pagamento do imposto:

1.º As heranças e legados, ou usufructo deixados á Santa Casa da Misericordia, aos Expostos, e ao recolhimento, como partes integrantes deste instituto. (Alvará de 28 de Setembro de 1810, e Resolução de 13 de Dezembro de 1831.)

2.º Os premios ou legados deixados aos testamen-

teiros, que não excederem á vintena testamentaria. (Resolução do 1.º de Julho de 1817.)

3.º As heranças ou legados consistentes em apolices de fundos publicos e seus juros. (Art. 37 da Lei de 13 de Novembro de 1827.)

Art. 8.º As guias passadas pelos Escrivães dos Juizes, perante quem se fizerem os inventarios ou se derem as contas testamentarias, para pagamento do imposto, deverão conter o anno do fallecimento do testador ou abintestado, a natureza da herança ou legado, e a declaração do gráo de parentesco do herdeiro.

Art. 9.º A cobrança das taxas devidas das heranças já inventariadas e partilhadas, que não tiverem sido pagas dentro do prazo de 8 dias, da data das sentenças da partilha, ou despachos de entrega, tenha-se ou não verificado o recebimento pelos herdeiros ou legatarios, será promovida pelos meios executivos na fórma do Art. 11 do Regulamento.

Manoel Alves Branco, do Meu Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Junho de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.

DECRETO N.º 411— de 4 de Junho de 1845.

Alterando, e additando o Regulamento n.º 151 de 11 de Abril de 1842, para a arrecadação da Taxa dos escravos, e da Meia sisa no Município da Côte.

Hei por bem ordenar quo se observe o seguinte :

Art. 1.º A matricula geral dos escravos residentes dentro dos limites das Cidades e Villas do Imperio, de

que trata o Art. 1.º do Regulamento n.º 151 de 11 de Abril de 1842, será renovada de cinco em cinco annos.

A da Cidade do Rio de Janeiro, mencionada no § unico do dito Artigo, só comprehenderá nos termos do disposto no Art. 11 da Lei de 21 de Outubro de 1843, os escravos residentes dentro dos limites da Decima urbana, na fórma do Decreto desta data n.º 409 Art. 1.º

A das outras Cidades e Villas do Imperio, tam-bem comprehenderá somente os escravos residentes dentro dos limites dellas, marcadas por huma Commissão composta do Administrador da Recebedoria, ou Mesa de Rendas, onde a houver, ou Collector, e mais dous Cidadãos residentes no lugar, propostos pela Camara Municipal, ou (quando o não faça no tempo que lhe for designado pelo Inspector da Thesouraria) pelo mesmo Administrador, ou Collector, e approvados pela Thesouraria.

Art. 2.º Concluida a matricula de cada quinquennio, se farão os additamentos e alterações que occorrerem.

Art. 3.º Serão isentos do pagamento da Taxa annual dos escravos os que não tiverem a idade completa de 12 annos, o que se verificará á vista da certidão de baptismo, e exame da matricula.

Art. 4.º Os escravos, que entrarem nas Cidades e Villas com o destino de serem vendidos, serão manifestados na Estação Fiscal competente, para serem matriculados até terem novo destino; mas de nenhum, de que se mostre paga a Taxa em qualquer Repartição competente do Imperio, se exigirá outro pagamento dentro do anno, ainda que a propriedade delles seja transferida a outros Senhores.

Art. 5.º Os escravos matriculados, que sahirem das Cidades e Villas para residirem fóra de seus limites, em lugares de habitação dos seus donos, ou nas suas Fazendas, serão averbados nas matriculas, á vista do certificado da Autoridade policial do lugar do domicilio.

Art. 6.º Os Chefes de Policia nas Capitães das Provincias, e os seus Delegados nas Cidades e Villas re-

metterão de quinze em quinze dias ás Estações Fiscaes, onde se fizer a arrecadação da Taxa, relações nominaes com as precisas declarações, dos escravos que entrarem ou sahirem por mar ou por terra, a fim de que na matricula respectiva se fação as notas e alterações que forem convenientes.

Art. 7.º Os escravos que transitarem, ou se demorarem nas Cidades e Villas com passaportes ou guias das Autoridades competentes, sem destino de nellas residirem, não serão ahi sujeitos á matricula; salvo se essa demora exceder o tempo dos passaportes ou guias, que se não passarão por mais de seis mezes; tambem não serão sujeitos á matricula os escravos que se recolherem ás prisões publicas das ditas Cidades e Villas, e que tenham de reverter aos seus donos, mediante as convenientes justificações.

Art. 8.º Serão solidarios ao pagamento do imposto da Meia siza da compra e venda dos escravos que se fizer no Municipio da Côrte, o vendedor e o comprador: o vendedor do escravo só ficará desonerado desta responsabilidade quando entregar o escravo vendido ao comprador, á vista da quitação do imposto, passada pela Recebedoria do Municipio, e annotada com a verba da transferencia, extrahida da matricula respectiva.

Art. 9.º Ficão revogadas as disposições do sobre-dito Regulamento, que forem contrarias ao presente Decreto.

Manoel Alves Branco, do Meu Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Junho de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 12.ª

DECRETO N.º 412—de 14 de Junho de 1845.

Declara de Grande Gala o dia 23 de Fevereiro, em substituição ao Dia 11 de Março.

Tendo cessado os motivos, pelos quaes foi declarado de Grande Gala o dia onze de Março: Hei por bem que, em lugar daquelle Dia, seja de Grande Gala o dia vinte e tres de Fevereiro, em que teve lugar o Feliz Nascimento do Principe Imperial Dom Affonso, Meu Muito Amado e Prezado Filho; ficando nesta Parte alterada a Tabella que acompanhou o Decreto de trinta de Março do anno passado.

José Carlos Pereira de Almeida Torres, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Carlos Pereira de Almeida Torres.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 13.ª

DECRETO N.º 411 A — de 5 de Junho de 1845.

Deroga o Decreto N.º 304 de 2 de Junho de 1843, e manda pôr em execução o Regulamento para o Corpo dos Imperiaes Marinheiros.

Tendo Ouvido a Secção de Marinha e Guerra do Conselho d'Estado, sobre o Regulamento do Corpo dos Imperiaes Marinheiros, organizado por huma Comissão para esse fim nomeada; e Conformando-Me com o parecer da dita Secção, emittido em Consulta de vinte do mez proximo preterito; Hei por bem Derogar o Decreto numero trezentos e quatro de dous de Junho de mil oitocentos e quarenta e tres, e o Regulamento mandado por elle executar no referido Corpo: e Ordenar que no mesmo se observe o Regulamento, que com este baixa, assignado por Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, excepto o Artigo vigesimo nono, e a segunda parte do sexagesimo sexto, em quanto não forem suas disposições approvadas pela Assembléa Geral Legislativa. O mesmo Ministro e Secretario d'Estado o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Junho de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

**REGULAMENTO DO CORPO DO IMPERIAES MARINHEIROS, A
QUE SE REFERE O DECRETO DESTA DATA.**

Organisação, instrucção, disciplina e recrutamento.

Art. 1.º O Corpo de Imperiaes Marinheiros será composto de um Estado maior, e menor, e de tantas Companhias, quantas forem determinadas por lei.

Art. 2.º O estado maior e menor do Corpo de Imperiaes Marinheiros se comporá da maneira seguinte: Commandante Geral — Official d'Armada de Patente

não menor de Capitão de Fragata, hum.....	1
Segundo Commandante — Official Superior d'Ar-	
mada, hum.....	1
Ajudante — Primeiro ou Segundo Tenente d'Ar-	
mada, hum.....	1
Commissario de Numero, hum.....	1
Escrivão dito, hum.....	1
Primeiro Cirurgião do Numero, hum.....	1
Capellão, hum.....	1
Sargento Ajudante, hum.....	1
Fieis do Commissario, dous.....	2
Tambor-mór, hum.....	1
Mestre d'Armas, hum.....	1
Mestre d'Apparelho, Mestre do Numero, hum.....	1
Mestre Carpinteiro e Calafate, hum.....	1
Mestre Espingardeiro, hum.....	1
Mestre de Velas, hum.....	1

Somma..... 16

Art. 3.º A força de cada Companhia será a seguinte:

Capitão — Primeiro, ou Segundo Tenente d'Ar-	
mada, hum.....	1
Tenente Segundo dito, hum.....	1
Primeiro Sargento, hum.....	1
Segundos ditos, dous.....	2
Forriel, hum.....	1
Cabos — Marinheiros de Classe superior, quatro.	4
Marinheiros de 1.ª Classe, vinte.....	20

Ditos de 2. ^a dita, vinte.....	20
Ditos de 3. ^a dita, vinte.....	20
Grumetes, trinta e seis.....	36
Somma.....	106

Art. 4.^o Cada Companhia será formada de duas Divisões, a saber :

	1. ^a Divisão.	2. ^a Divisão.
Capitão	1	
Tenente.....		1
Primeiro Sargento	1	
Segundos ditos.....	1	1
Forriel		1
Cabos Marinheiros	2	2
Marinheiros de 1. ^a Classe.....	10	10
Ditos de 2. ^a dita.....	10	10
Ditos de 3. ^a dita	10	10
Grumetes	18	18
Somma..	53	53

Art. 5.^o Cada divisão se formará de duas Secções, sendo a força de cada uma destas a seguinte :

Sargento, ou Forriel, hum.....	1
Cabo Marinheiro, hum.....	1
Marinheiros de 1. ^a Classe, cinco.....	5
Ditos de 2. ^a dita, cinco.....	5
Ditos de 3. ^a dita, cinco.....	5
Grumetes, nove.....	9
Somma...	26

Art. 6.^o A Companhia actual d'Aprendizes Marinheiros será addida ao Corpo de Imperiaes Marinheiros, e da mesma fórma o serão todas as que a Lei houver de crear; devendo ser a organização de cada Companhia a seguinte:

Capitão — Primeiro Tenente d'Armada, hum..... 1

Tenente -- Segundo dito, hum.....	1
Primeiro Sargento, hum.....	1
Segundo dito, hum.....	1
Ferriel, hum.....	1
Cabos, oito	8
Aprendizes Marinheiros, duzentos.....	200
	<hr/>
Sómma....	213
	<hr/>

Art. 7.º Haverá em cada Companhia, tanto de Imperiaes Marinheiros, como de Aprendizes Marinheiros, dous Tambores, e dous Pifaros, que serão tirados d'entre os Grumetes, ou d'entre os Aprendizes; e poderão continuar nesse exercicio, ainda depois de passarem a Marinheiros de qualquer classe, quando de tal accesso se tornem merecedores.

Art. 8.º Em caso de embarque de huma só Divisão da Companhia dos Imperiaes Marinheiros, poderá ella ser indifferentemente commandada pelo Capitão, ou pelo Tenente; e aquelle destes dous Officiaes, que não embarcar, commandará a outra Divisão. Embarcando huma só Secção, ou outra fracção qualquer, será commandada por hum Official Inferior, o na falta deste, por hum Cabo Marinheiro.

Ar. 9.º Os Officiaes empregados em cada Companhia servirão, ao menos, dous annos consecutivos; e salvo o caso de absoluta necessidade, mediará sempre, ao menos, seis mezes entre a substituição do Capitão, e a do Tenente da mesma Companhia.

Estes Officiaes, logo que forem nomeados para servir no Corpo, deverão ser tirados da escala do serviço do Quartel General da Marinha; residir no Quartel, quando desembarcados, e d'alli embarcar, na conformidade do Art. 8.º, por nomeação do Commandante Geral.

Art. 10. Haverá no Corpo hum Livro de Registro geral pelo Modelo N.º 1, no qual se lançá o nome, idade, filiação, signaes, e mais circumstancias das praças de todas as Companhias.

Art. 11. Cada Companhia terá hum semelhante Livro de Registro para os suas respectivas praças, que

será escripturado por hum Inferior, sob a responsabilidade do Capitão; devendo, além disso, cada Divisão, Secção, ou fracção de Companhia que destacar ter hum Livro auxiliar de igual modelo, onde se registem todas as alterações que occorrerem durante o tempo que estiver destacada, as quaes alterações se transportarão para o Livro de Registro da Companhia, e deste para o Livro Mestre, ou de Registro geral do Corpo.

Art. 12. No primeiro, ou segundo dia de cada mez, o Encarregado do Quartel General da Marinha, acompanhado de um Official da Intendencia da Marinha, passará mostra ao Corpo de Imperiaes Marinheiros, para o que os Commandantes das Companhias terão promptas, em duplicata, relações de mostra, conforme o Modelo N.º 2, as quaes contenhão as alterações occorridas durante o mez anterior.

Estas relações, recebidas pelo Commandante Geral, serão por elle entregues ao Encarregado do Quartel General, que, depois de ter passado mostra as enviará á Intendencia da Marinha; ficando na mão do Commandante Geral o outro autographo das mesmas relações, que serão depositadas no Archivo do Corpo depois de transportadas as observações para os Livros do Registro Geral, e particular das respectivas Companhias.

Art. 13. Quando estiverem destacadas Companhias, Divisões, ou fracções quaesquer, organisarão seus Commandantes, no primeiro dia de cada mez, relações de mostra, segundo o modelo; e depois de registradas as alterações nos competentes Livros auxiliares, as remetterão todos os mezes ao Commandante Geral do Corpo.

Art. 14. O Commandante Geral remetterá ao Quartel General da Marinha, para ser enviado á Secretaria d'Estado, um mappa semanal da força, e estado das differentes Companhias, especificando o numero de praças, que estiverem destacadas em cada Navio.

Art. 15. Haverá um navio armado, o apparelhado convenientemente para exercitar as praças do Corpo, e da Companhia de Aprendizés na pratica de

todas as manobras navaes; sendo o Commandante Geral responsavel pela conservação, limpeza, e boa ordem desta Embarcação.

Art. 16. O Mestre de Apparelho dará lições de apparelho; o Carpinteiro ensinará a nomenclatura dos mastros, mastarêos, vergas, leme, e outras peças essenciaes do Navio; e bem assim os nomes das peças do que se compoem as bombas, e seu uso; o Mestre de Velas ensinará a cortar, coser, entralhar e tudo o mais que pertence á factura do velame; e finalmente, o Mestre d'Armas, o manejo das armas brancas.

Art. 17. Quando se houver de armar neste Porto alguma Embarcação do Estado, lastrar, tirar, ou metter mastros, ou querenar, serão os Imperiaes Marinheiros postos á disposição do Inspector do Arsenal, conforme as Ordens do Quartel General da Marinha.

Art. 18. Os Imperiaes Marinheiros aprenderão tambem o exercicio, e todo serviço d'artilharia. Estes trabalhos serão dirigidos pelos respectivos Officiaes, ou por Officiaes do Corpo d'Artilharia da Marinha, nomeados pelo Quartel General, os quaes terão, por isso, a gratificação que lhes for marcada pela respectiva Secretaria d'Estado.

Art. 19. Os mesmos Officiaes ensinar-lhes-hão tambem o exercicio de fusil, e de pistola; e bem assim a marchar, e a fazer algumas evoluções Militares; mas esta ultima instrucção não lhes será dada senão quando estiverem sufficientemente adiantados nas manobras navaes e d'artilharia.

Art. 20. Os Aprendizes Marinheiros receberão a mesma instrucção que as praças das outras Companhias; farão todo o serviço de Marinheiro, que for compativel com as suas forças; e além disso, na Escola, que deverá haver, e de que será Mestre hum Official, quando o haja, que a esse exercicio se queira prestar, ou hum Inferior que tenha as habilitações necessarias, aprenderão a ler, escrever, contar, riscar mappas, e a doutrina christã.

Art. 21. O Commandante Geral fará a distribuição das horas para os differentes exercicios, tendo attenção aos trabalhos que possam haver, em consequen-

cia do disposto no art. 17, ao serviço da Praça, á gente que tiver disponível, e á estação do anno.

Art. 22. Para a classificação dos Imperiaes Marinheiros nas praças que devão competir-lhes, e para o seu regular accesso nas Companhias, passarão elles por hum exame de todos os mi-teres em que são instruidos, feito na presença do Commandante Geral, do segundo Commandante, e do Capitão da respectiva Companhia; pelos differentes mestres, e Instructores, dando-se a principal importancia nestes exames, ao que diz respeito á arte de Marinheiro; em segundo lugar á de Artilheiro, e por ultimo ás restantes.

Só mediante taes exames, e consequentes approvações, de cujos actos se fará Termo, em Livro para isso destinado, poderão ser classificados os que assentão praça na de Marinheiros de qualquer classe, ou passar de hum para outra immediatamente superior, e dahi aos differentes grãos de Officiaes Inferiores das Companhias, sendo tambem para estes ultimos necessaria a qualidade de saber ler e escrever. Quando porém nas Companhias, ou destacamentos quaesquer, embarcados em Navios estacionados fóra da Côrte, occorrer a necessidade de preencher, por accesso, algumas praças de Inferiores, ou Marinheiros, proceder-se-ha ao exame determinado, sendo a elle admitidas aquellas praças do destacamento que mais instrucção tenham; cujo exame será feito perante o Chefe da Estação, á que o Navio pertença, do Commandante do proprio Navio, e do Commandante do Destacamento, lavrando o Escrevão o respectivo Termo, e dando logo o Chefe da Estação parte ao Quartel General da Marinha; e o Commandante do Destacamento ao Commandante Geral do Corpo, por quem serão confirmados os promovidos, se achar que em tudo se procedeu com a devida formalidade.

Art. 23. Formar-se-ha em cada Companhia hum Esquadra de vinte homens, escolhidos d'entre os Marinheiros das differentes classes, que mais aptidão mostrarem para o serviço d'artilharia, e terão por dis-

tinctivo hum galão de lã amarello sobre o canhão da farda.

Art. 24. Estes Marinheiros, destinados a preencher a bordo as funcções de chefes de peça, e carregadores, terão uma instrução mais especial sobre a manobra e pontaria das bocas de fogo, que se usão no mar, e geralmente sobre todos os trabalhos, e exercicios que dizem respeito a esta arma.

Art. 25. O Commandante Geral, segundo Commandante, os Commandantes de Companhias, e todos os mais Officiaes, e os Officiaes Inferiores deste Corpo exercerão as attribuições, e deveres que estão determinados aos individuos de iguaes postos, ou Comissões pelas Leis em vigor, e ordens estabelecidas, ou usos adoptados nos Corpos do Exercito, e no d'Artilharia de Marinha, na parte que lhes for applicavel, e o contrario não dispuzer o presente Regulamento.

Art. 26. Os officiaes, e mais praças do Corpo de Imperiaes Marinheiros exercerão, além das funcções marcadas neste Regulamento, todas as que lhes competirem, como praças dos Navios em que se acharem embarcados.

Art. 27. O Comenissario, além das obrigações que, como tal lhe competem, cumprirá tambem as que pertencem ao Quartel-Mestre nos Corpos do Exercito; e o Escrivão fará toda a escripturação do Comenissario, a do Livro Mestre, a dos Livros de soccorros, e a do Livro de Termos da classificação das praças, de que trata o Artigo vinte e dous.

Art. 28. O recrutamento para as Companhias de Imperiaes Marinheiros será feito na fórma das Leis em vigor.

Art. 29. Os Imperiaes Marinheiros que, como taes, servirem por espaço de seis annos, obterão, se quizerem, licença, em tempo de paz, para navegar em Navios Mercantes, por tempo de tres annos, finidos os quaes deverão apresentar-se no Corpo, sob pena de serem considerados desertores. Os que completarem doze annos de serviço terão as suas baixas, excepto se quizerem continuar no mesmo serviço; e neste caso perceberão, além dos soldos competente ás suas respe-

elivas classes, huma gratificação de mais um terço do mesmo soldo. Havendo completado dezeseis annos de serviço terão direito a sua reforma, com uma pensão igual a metade do respectivo soldo.

Art. 30. Aquelles que assentarem praça voluntariamente, e que forem classificados em qualquer das praças de Marinheiros, ou Inferiores, só serão obrigados a servir por tempo de seis annos; querendo pôr continuar, gozarão das vantagens que offerece o Artigo antecedente, começando a vencer a gratificação da terça parte do soldo desde o dia em que completarem nove annos de serviço.

Art. 31. Para ser admittido nas Companhias de Aprendizizes Marinheiros he necessario: 1.º, ter de dez até dezeseite annos de idade: 2.º, constituição robusta, e propria para a vida do mar: 3.º, apresentar-se voluntariamente.

Tambem poderão ser admittidos nestas Companhias os orphãos, e desvalidos, que alem de satisfazerem as duas primeiras condições, seião para isso remettidos ao Commandante Geral do Corpo pelos Tutores, ou Curadores, e respectivas Autoridades locais.

A's praças das Companhias d'Aprendizizes só será contado como tempo de serviço, para ter direito ás vantagens concedidas pelo Art. 29, o decorrido desde a data em que passarem a ser praças do Corpo de Imperiaes Marinheiros.

Art. 32. Só na Côrte, e por ordem do Commandante Geral, serão admittidos os recrutas a assentar praça no Corpo de Imperiaes Marinheiros. Os Chefes porem das Estações Navaes, e Commandantes de Navios soltos, poderão admittir nos portos das Provincias os voluntarios que se lhes apresentarem e recrutas, com destino a servirem no Corpo, dando-lhes as praças que julgarem merecer, não no Corpo de Imperiaes Marinheiros, mas na marinhagem da guarnição do Navio, ficando addidos ao destacamento que exista a seu bordo, até que, recolhendo-se a Côrte, ou sendo taes praças remettidas com Guia ao Quartel General da Marinha, possa então verificar-se o assentamento de praça no Corpo; devendo contar-lhe o

tempo que tiver já de serviço, na conformidade do Art. 29.

Art. 33. Logo que se ordenar neste Porto o armamento de qualquer navio, que deva ser tripulado por Imperiaes Marinheiros, o Quartel General da Marinha designará as Companhias, Divisões, Secções, ou fracções de Companhias, que devem ser embarcadas conforme a lotação do Navio.

Art. 34. Os chefes de peça e carregadores serão escolhidos pelos Commandantes dos Navios: 1.º, d'entre os Marinheiros das Esquadras de que trata o Artigo vinte e tres: 2.º, dos destacamentos de Inferiores, Cabos, e Soldados do Corpo d'Artilharia de Marinha.

Art. 35. Os chefes de peça, e carregadores gozarão, quando estiverem neste exercicio, de uma gratificação adicional de sessenta réis diarios.

Aquartelamento, serviço, fornecimentos, e administração.

Art. 36. O Corpo de Imperiaes Marinheiros, e Companhia de Aprendizes Marinheiros, serão aquartelados na Fortaleza de Villegaignon, e considerados como formando a guarnição da mesma Fortaleza, da qual será Commandante o Commandante Geral do Corpo.

O serviço da praça será feito pelo mesmo modo que a bordo dos Navios de Guerra, observando-se em tudo, quanto for applicavel, as disposições do Regulamento Provisional d'Armada.

Art. 37. Pela Fortaleza será feito o registro do Porto, havendo sempre, para este fim, hum Official prompto, além dos necessarios para o serviço da praça.

Art. 38. A' mesma Fortaleza incumbe a vigia, e policia do Porto, e ancoradouro dominado por suas Baterias, segundo os Regulamentos em vigor, para o que será nomeado um Official Commandante da Bateria, além dos do serviço do Corpo; devendo tambem prestar os auxilios que forem requeridos pelos Officiaes do Saude, Alfandega, Policia e Correio,

quando de taes auxilios careção, para o bom desempenho de suas funcções.

Art. 39. Todos os Artigos constantes das Tabelas N.^{as} 1 e 2, serão fornecidos pela Intendencia da Marinha, em consequencia de pedidos feitos pelo Escrivão, assignados pelo Segundo Commandante, e rubricados pelo Commandante Geral, e pelo Encarregado do Quartel General da Marinha.

Art. 40. Os objectos, de que trata o Artigo antecedente, serão entregues, e carregados por seus preços, pelo Escrivão, ao Commissario do Corpo.

Art. 41. O armamento, e mais artigos que devão ser dados para o serviço das Companhias, e seu aquartelamento, serão entregues, por ordem do Commandante Geral, aos Commandantes de Companhias, que delles passarão a ter carga, exhibindo o competente recibo ao Commissario, para sua descarga.

Art. 42. Os Imperiaes Marinheiros serão armados de fusis de adarme 12, com bayoneta, pistola, sabre, e cartuxeira de cintura sem patrona. Os Sargentos e Forrieis usarão de sabre com cinturão preto.

Art. 43. As Companhias, Divisões, Secções, ou fracções de Companhias que embarcarem, lavarão seu armamento.

Art. 44. As praças de pret do Corpo de Imperiaes Marinheiros, e da Companhia, ou Companhias addidas de Aprendizizes Marinheiros, serão providas pelo Commissario, das peças de fardamento constantes da Tabella N.^o 2, e conformes ao modelo determinado pelo Governo. Todas estas peças, e as de equipamento constantes da Tabella N.^o 1, ser-lhes-hão dadas gratuitamente, e serão lançadas, por datas nos seus assentamentos nos Livros de soccorros, para se lhes contar o tempo de duração, na fôrma das mesmas Tabellas; na intelligencia de que taes Artigos são dados a vencer.

Poderão além disso haver as mais peças de que extraordinariamente precisarem para completar os seus saccos, pagando-as pelos seus vencimentos, na fôrma disposta no art. 48; observando-se a respeito dos menores, o que dispõe o Decreto de 9 de Agosto de 1841.

No acto porém d'assentar praça se lhes dará gratuitamente, por huma vez, hum fardamento constante de hum Bonet — hum Lenço — huma Farda — huma Camisa — huma Calça branca — hum par de Sapatos.

Art. 45. Os Officiaes Inferiores, e Cabos usarão dos distinctivos marcados ao Corpo d'Artilharia de Marinha.

Art. 46. No principio de cada mez procederão os Commandantes de Companhias á revista dos sacco dos Marinheiros, e, fazendo uma relação das peças que faltarem a cada um delles, as haverão do Commissario, na fórma determinada no Art. 48. Além destas revistas, farão os Commandantes das Companhias todas as que julgarem necessarias para conservação, e limpeza dos mencionados sacco; e quando reconhecerem que da parte de qualquer Marinheiro houve negligencia, ou fraude na conservação do seu fardamento, o farão castigar na fórma dos Artigos de Guerra.

Art. 47. A nenhum Marinheiro, todavia, se fornecerá extraordinariamente, por huma vez, em peças de fardamento, um valor maior que metade de sua soldada mensal, e quando deste modo se não possa completar de huma só vez o sacco de qualquer delles, ir-se-lhe-hão fornecendo mensalmente as peças para isso necessarias, abonando-se-lhe sempre, de preferencia, as que mais indispensaveis lhe forem.

Art. 48. Haverá em cada Companhia hum Livro de soccorros, ou de alardo, escripturado conforme o Modelo N.º 3, e todas as vezes que se fornecer a qualquer Marinheiro alguma, ou algumas das peças designadas nos Arts. 44 e 48, far-se-lhe-ha' ahi a competente carga, e este assentamento será assignado pelo Marinheiro, e rubricado pelo Commandante da Companhia, ficando entendido que só se lançarão em debito, a cada praça, os objectos que assim lhe estiverem carregados no Livro de soccorros.

Art. 49. Todas as vezes que se fizerem as relações de pret, descontar-se-ha, da quantia que houver de receber cada hum, o valor dos objectos que lhe tiverem sido extraordinariamente fornecidos.

Art. 50. Os sacco dos Marinheiros que mor-

rerem, ou desertarem, quer a bordo, quer no Quartel, serão logo vendidos na fôrma do disposto no Decreto de 10 de Julho de 1833, dando-se ao producto o destino que o citado Decreto manda.

Art. 51. Pelo Quartel General da Marinha se fará constar na Intendencia da Marinha o numero das praças de Imperiaes Marinheiros, que embarcarem em qualquer Navio d'Armada, e a duração provavel da Commissão do mesmo Navio, a fim de que pela Intendencia se mande entregar ao respectivo Commissario huma quantidade das peças de fardamento, que á vista de taes dados se julgarem necessarias.

Os Commandantes dos Navios, aonde existlrem praças deste Corpo, poderão, por intermedio do Commandante da Estação respectiva, pedir lhe sejam fornecidos pelas Intendencias, ou Inspecções das Provincias, os fardamentos, ou equipamentos que carecerem as referidas praças.

Art. 52. Estes fardamentos serão carregados aos Commissarios dos Navios, e a sua distribuição será feita por ordem do Commandante, á requisição do Commandante da Companhia, Secção, etc.; devendo o Escrivão do Navio fazer os lançamentos.

Art. 53. Os Commandantes de Companhias, Divisões, etc., prestarão toda attenção, não só no completo do fardamento de cada huma das praças que commandarem, na conformidade do Art. 47, como no armamento e equipamento: entendendo, que todos os extravios que apparecerem nestes dous ultimos objectos, serão preenchidos á custa das referidas praças, ou por elles Commandantes.

Art. 54. Haverá no Corpo hum Cofre, de que serão clavicularios o Commandante Geral, o segundo Commandante e o Commissario, no qual se recolherá o producto dos espolios, na conformidade do Art. 51; bem como as importancias, que sobrarem dos prets recebidos, provenientes das praças que tiverem fallecido, desertado, ou tido baixa ao Hospital depois da conclusão do pret.

Art. 55. No dia primeiro de cada mez os Commandantes de Companhias formarão os prets parciaes,

dos soldos vencidos no mez antecedente; e no dia seguinte o Commissario com o Escrivão formarão por aquelles, o prete geral, o qual pret será assignado pelo Escrivão, Commissario, e segundo Commandante, e authenticado pelo Commandante Geral: irá á Contadoria da Marinha, para ser conferido, e sua importância será acompanhada de huma Guia do Escrivão da Pagadoria, á vista da qual se fará a competente carga. Modelos (N^{os} 4 e 5.)

Art. 56. As rações para o Corpo de Imperiacs Marinheiros, e para as Companhias de Aprendizizes Marinha, serão fornecidas pela Intendencia da Marinha, mediante os mesmos pedidos, e pela mesma maneira que se pratica com os Navios d'Armada fundeados no Porto. A distribuição aos ranchos e praças será feita pela mesma forma.

Art. 57. Os Fieis do Commissario serão nomeados pelo Commandante Geral, sob proposta do mesmo Commissario; e he seu dever coadjuval-o no desempenho de suas obrigações, especialmente no recebimento de generos, e distribuição de rações.

Art. 58. Quando houver necessidade de distribuir fardamento, na forma do Art. 44, as praças de qualquer Companhia, formará o respectivo Commandante huma relação, por elle assignada, em que se declare o numero, e qualidade das peças que deve cada huma das ditas praças receber; e esta relação, depois de rubricada pelo segundo commandante, será apresentada ao Commandante Geral, para lhe pôr este despacho—Dê-se—: e com elle receberá as peças de fardamento determinadas. (Modelo N.º 6)

Art. 59. Tanto as peças de fardamento, como quasquer outros objectos que despende o Commissario ser-lhes-hão lançados em despeza, com declaração do numero da ordem por que foi feita; ordem que deverá ser archivada pelo Commissario, para lhe servir de título da despeza.

Art. 60. Alem dos Livros de Receita e Despeza, e Livro Mappa, ou de Conta corrente de generos, segundo o systema de escripturação em vigor a bordo dos Navios armados, terá mais o Commissario hum

Livro Caixa (Modelo n.º 7), em cujo debito lançar-se-hão todas as quantias que receber provenientes do pret, e das que trata o Art. 51, e no credito os pagamentos da entrega que fizer.

Art. 61. Terá mais o Commissario hum jogo de Livros, sendo o de Receita para se-lhe carregado, por inventario, todo o material pertencente á Fortaleza; e o de Despeza para se-lhe dar descarga dos objectos que se gastarem por ordem do Commandante Geral, pertencentes ao mesmo inventario. Em quanto aos generos seguirá o mesmo processo, que a bordo dos Navios armados.

Art. 62. No fim de cada anno financeiro fechar-se-hão todas as contas, e serão entregues, até o ultimo dia do mez de Julho, na Intendencia da Marinha, os Livros, e o Balanço Geral, os quaes serão encerrados por um Termo lavrado pelo Escrivão, e assignado pelo Commandante Geral, Segundo Commandante, e Commissario, declarando-se ahi o numero de documentos que os acompanharem.

Hospital.

Art. 63. As praças enfermas do Corpo de Imperiaes Marinheiros, que pela gravidade de suas molestias não puderem ser tratadas no Quartel, serão admittidas no Hospital da Marinha desta Córte, na conformidade do Regulamento do mesmo Hospital; praticando-se a respeito de taes praças, o mesmo que se faz com as praças d'Armada, e Corpo d'Artilharia de Marinha.

Vencimentos.

Art. 64. Os Officiaes do Corpo d'Armada, Officiaes Marinheiros, os de Fazenda, Saude, e Capella, e os Operarios empregados no Corpo de Imperiaes Marinheiros, e Companhia, ou Companhias addidas de Aprendizizes Marinheiros perceberão os vencimentos e vantagens que lhes competem, quando embarcados em Navios de Guerra.

Art. 65. O Sargento Ajudante, Mestre d'Armas, e primeiros Sargentos, vencerão mensalmente vinte mil réis; os segundos Sargentos dezoito mil réis; os Forrieis dezoito mil réis; os Cabos Marinheiros dezesseis mil réis; os Marinheiros de 1.^a Classe doze mil réis; os de 2.^a classe dez mil réis; os de 3.^a Classe oito mil réis; os Grumetes cinco mil réis, e os Aprendizes Marinheiros tres mil réis.

O Tambor-mór do Corpo terá os vencimentos de Cabo de Marinheiros, e os Cabos de Companhia de Aprendizes Marinheiros os vencimentos de 1.^o Marinheiro.

Castigos.

Art. 66. As praças do Corpo de Imperiaes Marinheiros ficarão sujeitas as disposições do Regimento Provisional, e Artigos de Guerra da Armada, sendo porém entendido que, no caso de primeira e segunda deserção simples, lhes serão applicadas as penas impostas no Art. 80 dos de Guerra pelo modo ali declarado.

Disposições diversas.

Art. 67. Os officiaes do Corpo de Imperiaes Marinheiros serão nomeados pelo Quartel General da Marinha; os Officiaes Inferiores, e Cabos pelo Commandante Geral do Corpo, sob proposta do Commandante da respectiva Companhia, d'entre as praças d'ella, que tiverem a necessaria idoneidade, precedendo os exames determinados no Art. 22: podendo ser pelo mesmo Commandante Geral demettidos, quando não cumprirem os seus deveres.

Art. 68. O Padre Capellão, alem da obrigação de dizer Missa na Capella do Quartel todos os Domingos, e Dias Santos, he tambem de seu dever ensinar a Doutrina, e explicar o Cathecismo ás praças do Corpo e das Companhias dos Menores: desobrigar a todos pela Quaresma, e' resar a Ladainha, e Orações do costume, conjunctamente com as ditas praças na respectiva Capella todos os Sabbados, e vesperas de Dias Santos ao entrar da noite.

Art. 69. Os Officiaes, Officiaes Inferiores, Cabos e Marinheiros não poderão passar de huma para outras Companhias, senão por ordem, ou authorisação especial do Quartel General da Marinha.

Art. 70. O Commandante Geral do Corpo de Imperiaes Marinheiros poderá dirigir a todos os Commandantes de Companhias, Divisões, Secções, ou fracções de Companhias embarcadas em Navios d'Armada, pelo intermedio dos Commandantes destes, todas as ordens que julgar convenientes para a manutenção da disciplina, economia, e uniformidade do seu Corpo, huma vez que não sejam contrarias ao serviço e disciplina de bordo dos ditos Navios.

Art. 71. Os Livros de Registro Geral do Corpo, e das Companhias, o de Termos de julgamentos e exames das praças, de que trata o Art. 22, e quaesquer outros que possão haver, pertencentes ao serviço e disciplina militar, serão rubricados pelo Encarregado do Quartel General da Marinha: os de Receita e Despeza do Commissario, o Livro caixa, os de soccorros das Companhias, e em geral todos que pertencão á arrecadação e contabilidade pelo Intendente da Marinha; não se podendo conceder novos Livros sem que sejam apresentados os findos á Autoridade que os deva rubricar.

Art. 72. Se, devendo embarcar alguma Divisão, ou Secção, não fôr possível formarem-se ellas com as praças das Classes designadas nos Arts. 4.º e 5.º, poderá o Commandante Geral preencher o numero de tal Descatamento com as praças que tiver disponiveis, ainda que sejam de Classes differentes.

Art. 73. Quando o Inferior, ou Cabo Marinheiro, que tiver de commandar huma Secção, ou outra fracção de Companhia que deva embarcar, não tenha a necessaria aptidão para bem desempenhar tal commando, deverá o Commandante do Navio, onde semelhante Destacamento embarcar, nomear um dos Officiaes subalternos da sua Guarnição para exercer huma inspecção constante sobre o mesmo Destacamento, cujo Commandante lhe ficará immediatamente subordinado.

Art. 74. Os Officiaes Commandantes de Companhias, ou Destacamentos quaesquer, quando embarcados em Navios estacionados fóra da Côte, não poderão ser passados de huns para outros navios, senão quando igualmente passar a força do seu Commando.

Art. 75. As praças do Corpo do Imperiaes Marinheiros, no acto de se alistarem no serviço, prestarão o juramento de Bandeiras, na fórmula declarada no Regulamento de Infantaria do Exercito, e em uso nos Corpos do mesmo.

Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1845.

*Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti
d Albuquerque*

Registro das praças de tal Companhia do Corpo de Imperiaes Marinheiros.

		NUMEROS.
		NOMES.
		FILIAÇÃO.
		CLASSES.
		IDADE NO ASSEN- TAR PRAÇA.
		ASSENTAMENTO DE PRAÇA.
		LUGAR DO NAS- CIMENTO.
		ESTATURA
		Côr.
		Cabellos
		Olhos.
		Barba.
		SIGNALES.
		ESTADO.
		OFFICIO.
		BAIXAS NO HOSPI- TAL.
		ALTAS DO DITO.
		EMBARQUES.
		DESEMBARQUES.
		PASSAGENS OU BAIXAS.
		DESERÇÕES.
		MORTES.
		OBSERVAÇÕES.

MODELO N. 2.

*Relação de Mostra do mez de**de*

GRADUAÇÕES.	PROMPTOS.	NÚMEROS.	NOMES.	ALTERAÇÕES.	VENCIMENTO DIÁRIO.	PRET.
Capitão.....						
Tenente.....						
Primeiro Sargento.						
Segundos ditos....						
Forriel.....						
Cabos Marinheiros.						
Marinheiros de 1. ^a Classe.....						
Ditos de 2. ^a						
Ditos de 3. ^a						
Grumetes.....						
Somma da Relação.						

MODELO N. 3.

LIVRO DE SOCCORROS.

Marinheiro de tal classe.

F.....

Filho de F... natural, etc.

VENCIMENTOS.	RECEBIMENTOS.	FARDAMENTO.	SOLDOS.
Assentou praça voluntariamente em tantos do mez de tal de tal anno.	Em tantos do mez de... de Huma Camisa e uma calça.	2.382	
F. F. 2.º Comm.º Escrivão.	F. Cap. de tal C. ^a F. (Marinheiro).		
Baixa do Hospital em tantos.			
F. F. 2.º Comm.º Escrivão.			
Alta em tantos.			
F. F. 2.º Comm.º Escrivão.			

MODELO N. 4.

F.
Commandante Geral:

Corpo de Imperlaes Marinheiros.

Pret geral para pagamento dos soldos vencidos no mez de tal de...

NUNERO DE PRAÇAS.	CLASSES.	DIAS VENCIDOS.	VENCIMENTO DIARIO.	PRET.
4	1. ^{as} Sargentos.....			
10	2. ^{as} ditos.....			
1	Dito differente.....			
3	Forrieis.....			
11	Cabos.....			
1	Dito differente.....			
32	Marinheiros da 2. ^a classe ...			
28	Ditos da 3. ^a dita.....			
72	Grumetes.....			
162	Somma....			

Importa o pret em..... Quartel na Fortaleza de Villegaignon, etc.

F.
2.^o Commandante.

F.
Commissario do N.^o

F.
Escrivão do N.^o

MODELO N. 5.

Pret para pagamento dos soldos vencidos no mez de tal de tal anno.

NUMERO DE PRAÇAS.	CLASSES.	DIAS VENCIDOS.	VENCIMENTO DIARIO.	PRET.
1	1.º Sargento.....			
2	2.ºs ditos.....			
1	Dito differente.....			
2	Cabos.....			
6	Marinheiros de 1.ª classe.....			
2	Ditos de 2.ª dita.....			
15	Grumetes.....			
1	Dito differente.....			
30	Somma.....			

Importa o pret em..... Quartel na Fortaleza de Villegaignon, etc.

F.

2.º Commandante.

F.

Capitão.

MODELO N. 6.

**Relação das praças que têm direito aos seus fardamentos,
vencidos no primeiro semestre do corrente anno.**

Dê-se.

F.

Commandante Geral.

PRAÇAS.	NUMEROS.	NOMES.	CAMISAS.	CALÇAS DE BRIM.	PARES DE SAPATOS.
1.º Marinheiro ..		Fulano.....	1	1	1
2.º dito.....		Fulano.....	1	1	1
3.º dito.....		Fulano.....	1	1	1
Grumete.....		Fulano.....	1	1	1
Somma.....			4	4	4

São quatro camisas, quatro calças de brim, e quatro pares de sapatos.

Quartel da Fortaleza de Villegaignon tantos de tal mez e anno.

Confere.

F.

2.º Commandante.

F.

Capitão.

Caixa do Corpo de Imperlaes Marinheiros

DEVE.					
DATAS.		N.º	NOTAS.	COBRE.	TOTAL.
ANNO.					
Mez.	Dia.				
		Importancia que se recebeu do Thesoureiro e Pagador da Marinha F.. para pagamento dos soldos do mez de.... p. p....	1	2:217\$000	\$500 2:217\$500
		F. F. Commis.º Escriv.			
		A importancia que se recebeu pelo producto do espolio do Marinheiro F.. de tal Companhia, que foi vendido na fórma do Decreto de 15 de Julho de 1833, dez mil e quatrocentos reis....	2	6\$000	4\$100 10\$400
		F. F.			
				2:223\$000	4\$900 2:227\$900

a cargo do Quartel Mestre F....

HAVER.						
DATAS.		N.º	NOTAS.	COBRE.	TOTAL.	
ANNO.						
Mez.	Dia.					
		A importancia com que pagou de pret da 1.ª Companhia dos soldos do mez de... p. p.; setecentos e quarenta e um mil quinhentos e setenta e dous réis.....	1	730\$000	118572	7418572
		F. Escrivão.				
		Idem da 2.ª dita, idem; seiscentos mil réis....	2	600\$000	600\$000
		F.				
		Idem da 3.ª dita, idem; setecentos e oitenta mil réis.....	3	780\$000	780\$000
		F.				
				2:110\$000	118572	2:118572

TABELLA N. 1.

Tabella por onde se deve regular a distribuição do armamento e utensis do Corpo de Imperiaes Marinheiros.

	QUANTI- DADES.	DURAÇÃO.
Espingardas.....	Uma para cada praça.	} 8 annos.
Clavinas para Apprendizes Marinheiros.....		
Espadas.....		
Martellinhos.....		
Sacatrapos.....		
Cinturão com fivela de metal amarello.....	}	} 6 annos.
Cartucheiras.....		
Porta-espadas.....		
Porta-bayonetas.....		
Coldres para pistolas.....		
Bandoleiras.....		
Bainhas de espada.....	}	} 3 annos.
Bainhas de bayonetas.....		
<i>Para a Secretaria do Corpo.</i>		
Armarios grandes.....	2	} Sem tempo.
Graveira.....	1	
Cadeiras com assento de palhinha..	6	} 6 annos.
Escrivaninhas de metal.....	3	
Moxos com assento de palhinha.....	6	
Mesa grande com gaveta.....	1	} 12 annos.
Ditas pequenas com ditas.....	2	
Sinete d'armas.....	1	Sem tempo.
<i>Casa da Ordem.</i>		
Armario grande.....	1	Sem tempo.
Cadeiras com assento de palhinha..	6	} 6 annos.
Escrivaninha de latão.....	1	
Mesa com gaveta.....	1	12 annos.
<i>Para cada um Quartel de Marinhagem.</i>		
Caixas de guerra.....	2	8 annos.
Jarra para agua.....	1	3 »
Barris para dita.....	4	1 »
Baldes para baldear.....	8	3 »
Carrinho de mão.....	1	8 »
Enchadas.....	2	6 »
Pás de ferro.....	2	6 »
Mesa para escrever com gaveta.....	1	12 »
Tamboretos de páo.....	8	6 »
Lampeões.....	2	Sem tempo.
Vassouras.....	12	»
Pifaros.....	2	8 annos.
Bancos para caixas de guerra.....	8	8 »

TABELLA N. 2.

Tabella das differentes peças de fardamento, e seus vencimentos.

TEMPO DE VENCIMENTO.	BONET.	LENÇO PRETO.	FARDA.	CAMISA.	CAIÇA AZUL.	DITA DE BRIM.	PAR DE SAPATOS.	MACA.	COLXÃO E TRAVESSIEIRO	MANTA.	SACCO.
Ao assentar praça.....	1	1	1	1	..	1	1	1	1	1	1
De seis em seis mezes.....	1	..	1	1				
De anno em anno.....	1	1									
De dous em dous annos.....	1	..	1						

Observações.

Ao assentar praça recebem as dez peças constantes do mappa acima; podendo-se dias depois, em caso urgente, dar a vencer, por conta de seus semestres, mais uma camisa, e uma calça de brim, não sendo permitido, depois disto, dar-se mais fardamento algum sem que esteja vencido, sendo os prazos marcados.

N. B. As camisas dos semestres são de colarinho branco, pois as de gola azul serão dadas só por conta dos seus soldos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 14.ª

DECRETO N.º 413.—de 10 de Junho de 1845.

Alterando o Regulamento de 9 de Abril de 1842, para a cobrança da Dízima da Chancellaria.

Hei por bem Ordenar que se observe o seguinte :

Art. 1.º Se o valor do objecto demandado em Juizo não exceder de 1:000\$000, na forma do Decreto de 22 de Outubro de 1842, a parte vencedora pagará o Imposto antes de tirar sentença ou mandado, em cujas costas o Escrivão copiará o Conhecimento do dito pagamento, para que depois a parte vencedora o possa haver da vencida.

Art. 2.º Se o valor da cousa demandada exceder de 1:000\$000, ou se a parte vencedora fizer certo por juramento, perante a Repartição Fiscal que tiver de arrecadar o Imposto, que a vencida não tem dentro do Imperio bens conhecidos por onde se possa haver a importancia da condemnação, obrigando-se perante a mesma Repartição a responder pelo Imposto em qualquer tempo em que haja a sua cobrança, o Escrivão lhe dará a sentença ou mandado com essa declaração, e com a da do Imposto, para que a parte vencida a possa pagar quando for requerida, ou seja obrigada quando haja de ser penhorada pelo pagamento do principal e custas.

Art. 3.º Acontecendo que a parte vencedora de quitação extrajudicial, á vencida em fraude do Imposto, ficarão taes quitações nullas e de nenhum effeito, e cada huma das partes (vencida e vencedora) sujeita á multa do dobro da importancia do Imposto até a quantia de 200\$000, e á mesma pena ficarão sujeitos os Escrivães que derem quitação judicial, sem que lhe seja apresentado o Conhecimento do pagamento do Imposto, o qual será tambem transcripto nos autos.

Art. 4.º Se finda a execução , o producto dos bens do executado não chegar para o pagamento da parte vencedora , e do Imposto , aquella preferirá a este, ficando reservado o direito da Fazenda Nacional contra o devedor.

Art. 5.º Os Escrivães dos Juizos de primeira Instancia, e dos Tribunaes na segunda, remetterão no principio de cada trimestre ás Estações Fiscaes, na conformidade do disposto no dito Decreto , relações de todas as sentenças que tenham passado em julgado no trimestre anterior, de que se tenha averbado o Imposto, para serem conferidas com o averbamento, a fim de conhecer-se do valor exacto de cada huma causa, e proceder-se á fiscalisação e arrecadação do Imposto que estiver vencido.

Art. 6.º Os Escrivães que deixarem de cumprir com a obrigação imposta no Artigo anterior, são responsáveis pelo prejuizo que disso resultar, e incorrerão na multa de 50\$000 em cada hum semestre em que deixarem de expedir as relações, a qual será promovida e arrecadada pelos meios executivos, em vista de requisição dos Chefes das Estações Fiscaes.

Art. 7.º Os casos em que se incorrer em multas, na fórma dos Artigos antecedentes, serão objecto de denuncia dada perante o Juizo dos Feitos da Fazenda, e os denunciantes haverão a metade da importancia dellas.

Art. 8.º Além dos Procuradores da Corôa, Sobe-
rania, e Fazenda Nacional, e Promotores dos Resíduos, na fórma do Art. 10, §§ 1.º e 2.º do Regulamento de 9 de Abril de 1842, ninguem mais será isento do pagamento do Imposto senão as pessoas miseraveis.

Art. 9.º Ficão revogadas todas as mais disposições em contrario.

Manoel Alves Branco, do Conselho d'Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Junho de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 15.ª

DECRETO N.º 414—de 11 de Junho de 1845.

Isentando do imposto das Typographias as de propriedade da Fazenda Provincial.

Hei por bem declarar, que não são sujeitas ao imposto, de que trata o Decreto n.º 384 de 16 de Outubro de 1844, as Typographias de propriedade da Fazenda Publica das Provincias, com tanto que nellas sómente se imprimão os papeis officiaes do Governo Provincial.

Manoel Alves Branco, do Conselho d'Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Junho de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PART 2.ª

SECÇÃO 16.ª

DECRETO N.º 415—de 12 de Junho de 1845.

*Substituindo o Regulamento n.º 149 de 8 de Abril de 1842,
para a arrecadação do Imposto d'aguardente.*

Hei por bem ordenar que se execute o Regulamento que com este baixa, substituindo o de n.º 149 de 8 de Abril de 1842, para a cobrança do Imposto de Patente no consumo d'aguardente, assignado por Manoel Alves Branco, do Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, que assim o terá entendido, e fará executar. Palácio do Rio de Janeiro, em doze de Junho de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.

*Regulamento substituindo o de n.º 149 de 8 de Abril de
1842, para a cobrança do Imposto de Patente no
consumo d'aguardente.*

CAPITULO I.

Do lançamento e percepção.

Art. 1.º O Imposto de Patente no consumo d'aguardente de produção do paiz, e nos productos della, estabelecido para o Municipio da Corte pelo Art. 12 da Lei de 30 de Novembro de 1841, n.º 243, e paragrapho ultimo do Art. 30 da Lei de 21 de Outubro de 1843, n.º 317, continuará a ser administrado, arrecadado e fiscalizado pela Recebedoria do Municipio.

Art. 2.º Todos os engenhos, alambiques, casas, tavernas, botecos, lojas, armazens, depósitos, trapiches, &c., quaesquer que sejam as suas denominações, em que se vender aguardente de produção do paiz, simples ou composta, quer em grosso ou por miúdo, serão inscriptos na Recebedoria do Município, e seus donos obrigados a manifestar annualmente a quantidade de seu consumo, e a munir-se de hum Patente passada pela Administração da dita Repartição, sob pena de pagarem a multa de 50\$ a 100\$, além de incorrerem na de contrabando, como dispõe o Art. 13 da dita Lei de 30 de Novembro de 1841.

Art. 3.º Os donos das casas, tavernas, &c., que não venderem o dito genero, para não serem inscriptos no lançamento, serão obrigados a justificar esta circumstancia perante a Recebedoria do Município.

Art. 4.º A Patente será tirada até o fim do mez de Junho de cada anno, sendo cortada de livro de alão, contendo em resumo as convenientes disposições da Lei do Imposto. Os que, passado o referido prazo, deixarem de tirar a dita Patente, tendo casa aberta de vendagem d'aguardente, incorrerão nas mesmas penas do Art. 2.º; da mesma fórma os que abrirem de novo casas de vendagem d'aguardente serão obrigados a tirar previamente a Patente, sob as mesmas penas.

Art. 5.º Nenhuma casa, taverna, &c., poderá ser aberta, sem que primeiro se proceda á lotação do seu consumo em hum anno, e obtenha a respectiva Patente, nos termos do Art. 2.º

Art. 6.º O processo de lançamento annual deste Imposto será inspecionado pelo Administrador da Recebedoria, e feito nos mezes de Abril e Maio de cada anno pelos Lançadores da Recebedoria, assistido dos Escrivães respectivos, conforme dispõe este Regulamento, e constará:

1.º De todas as casas, tavernas, &c., de que trata o Art. 2.º

2.º Do nome do contribuinte, denominação e natureza do estabelecimento, seu numero, rua ou paragem em que for situado.

3.º Do numero de pipas em que for lotado o consumo de cada hum estabelecimento.

4.º Do valor da Patente, que será formado da quota dos 20 por cento correspondentes ao prego d'aguardente que se possa vender em grosso ou miúdo, ou em qualquer porção abaixo de pipa de 180 medidas.

Art. 7.º A lotação da quantidade de pipas destinadas ao consumo de cada hum dos estabelecimentos, será feita com attenção ás circumstancias que pôdem influir para o maior ou menor consumo provavel do anno, tendo-se em vista, além das declarações dos contribuintes:

1.º Os livros de sahida d'aguardante dos depositos para o consumo.

2.º A venda annual, fundada na media dos dez annos anteriores.

3.º A capacidade e localidade do estabelecimento.

Art. 8.º Se o numero de pipas que se vender no estabelecimento for tão pequeno, que 20 por cento do total dellas não proficção a quota de 20%, será este, não obstante, o valor da Patente que deve pagar o referido estabelecimento, na conformidade do Art. 13 da citada Lei.

Art. 9.º Todos os mais valores serão calculados, deduzindo-se 20 por cento do preço da quantidade total de pipas em que for lotado o estabelecimento.

Art. 10.º O preço das aguas ardentes de que se deve deduzir o valor da Patente realisavel, em cada semestre, será calculado na Recebedoria do Municipio pelo termo medio dos preços que tiver o referido genero no mercado durante o semestre antecedente, e que forem verificados, á vista das pautas semanarias da Praça, os quaes poderão ser corrigidos pelo Administrador da Recebedoria, quando reconheça que são lesivos á Fazenda Nacional, procedendo as informações convenientes.

Art. 11.º Inscripto no rol o lançamento do engenho, casa, taverna, &c., será elle notificado ao contribuinte, que poderá no mesmo acto impugnar qualquer inexactidão attendivel, que será rectificada convenientemente, se nisso for accorde o Lançador, e na falta deste accordo, poderá o contribuinte recorrer aos meios indicados no Capitulo 2.º

Art. 12.º Encerrado o lançamento ordinario e regular, poder-se-hão fazer as modificações que forem justificadas, e os additamentos que occorrerem, procedendo-se ás diligencias e verbas convenientes.

Art. 13.º A quota do Imposto procedente da lotação da quantidade de pipas, huma vez inscripta no lançamento, só poderá ser reduzida sem fracção, á trimestres inteiros, nos casos seguintes:

1.º Quando a casa ou taverna, &c., for fechada, ou passar a ser occupada com outro negocio que não seja o d'aguardente, o que se verificará á vista da competente reclamação.

2.º Quando deixar de absolutamente vender o dito genero, o que será examinado, procedendo justificação.

3.º Quando não se tiver consumido a aguardente correspondente á lotação, o que será justificado.

4.º Quando existir mais de metade da quantidade de pipas por que foi lotada, e passar para o seguinte anno, o que será do mesmo modo justificado.

5.º Quando a casa, taverna, &c., consumir dentro do anno maior quantidade d'aguardente da que foi lotada, e neste caso será o respectivo dono obrigado a manifestal-a para pagar o excesso que se reconhecer, e se liquidar no semestre seguinte.

6.º Quando no decurso do anno se abrir casa, taverna, &c., sendo obrigado o respectivo dono a pagar a quota do Imposto correspondente ao tempo que faltar para completar o anno.

CAPITULO II.

Da reclamação e recursos.

Art. 14. He permittido ao contribuinte reclamar contra a lotação que se tiver feito do engenho, casa, taverna, &c., fazendo a reclamação até o fim do mez de Junho, sob pena de ser desattendido se a fizer depois deste tempo. Não terá porém effeito suspensivo, no caso de não ter sido decidida até a epocha do pagamento.

Art. 15. Se o contribuinte se sentir lesado pela lotação feita, interporá a sua reclamação perante o Administrador da Recebedoria, em hum requerimento, justificando verdadeira quantidade que poderá consumir annualmente no engenho, casa, taverna, &c., precedendo informação por escripto do Lancador respectivo. E se ainda assim o reclamante se sentir prejudicado no deferimento do Administrador, recorrerá ao Tribunal do Thezouro Publico, que á vista da sua allegação e dos documentos que produzir, a julgará definitivamente.

CAPITULO III.

Do prazo do pagamento.

Art. 16. O pagamento do valor da Patente será realísado na Recebedoria á boca do cofre, a semestres adi-antados, nos mezes de Julho e Janeiro. Para se calcular a somma que devem pagar os contribuintes, dividir-se-ha em duas partes o numero de pipas em que estiver lo-tado o estabelecimento por anno, e do preço de huma das partes serão deduzidos os 20 por cento. A quitação do pagamento será passada no verso da Patente, com referencia ao folio do livro de receita, em que se cre-ditar o contribuinte.

Art. 17. Findo o prazo marcado no Artigo antecede-dente para o pagamento á boca do cofre, se procederá executivamente contra os devedores que deixarem de sa-tisfazer a quota respectiva; e além disso ser-lhes-ha cas-sada a Patente, ficando dahi em diante incursos nas penas de que trata o Art. 2.º

Art. 18. No caso de venda, cessação, ou traspasse, por qualquer titulo das casas, tavernas, &c., o novo dono ficará responsavel pelo Imposto devido, que o seu antecessor tiver deixado de pagar, averbando-se o lança-mento e a Patente transferida.

CAPITULO IV.

Da escripturação.

Art. 19. Haverá para o expediente da contabilidade do Imposto de Patente, os seguintes livros, abertos, nu-merados, rubricados e encerrados na fórma da Lei, con-forme os modelos annexos.

1.º Livro de guías de talão para os engenhos do Mu-nicipio.

2.º De entrada e sahida d'aguardente do deposito geral da Cidade no Trapiche da Ordem.

3.º Dos armazens de fóra da Cidade.

4.º Do lançamento do Imposto.

5.º De Patentes de talão.

6.º De receita.

Art. 20. Os livros estabelecidos nos §§ 1.º, 2.º e 3.º do Artigo antecedente, serão fornecidos pela Rece-

bedoria do Municipio nas epochas competentes, com anticipação, e recolhidos á mesma no principio de Julho de cada anno, e por elles se fará o juizo definitivo da safra d'aguardente, e da fiscalisação do Imposto naquelle anno.

CAPITULO V.

Disposições geraes.

Art. 21. A arrecadação da Taxa adicional de 40 réis sobre cada medida d'aguardente de produção do paiz, creada para a Renda da Municipalidade, pelo Art. 49 da Lei de 31 de Outubro de 1833, continuará a ser feita pela Recebedoria do Municipio, pelo mesmo modo por que se faz a do Imposto de Patente, e o seu producto entregue á Camara no principio de cada mez, nos termos do Art. 47 da Lei de 30 de Outubro de 1843.

Art. 22. A Camara Municipal não concederá Alvarás de licença annuaes para a abertura de casas de molhados, sem que previamente lhe seja apresentada a respectiva Patente, com a quitação do pagamento passada no verso della.

Art. 23. A dita Camara será obrigada, na conformidade do disposto no Art. 13 da Lei de 30 de Novembro de 1844, a remetter á dita Recebedoria, em Março de cada anno, humma relação de todos os estabelecimentos de que trata o Art. 2.º, com declaração dos seus numeros, nomes dos donos, ruas ou lugares em que forem situados.

Art. 24. Toda a aguardente fabricada na Provincia, e que vier por agua ou por terra, será acompanhada de guia, datada, e legalisada com a assignatura do dono do engenho, ou do seu Administrador. Na guia se escreverá:

1.º O nome do engenho, e do Municipio em que for situado, e da pessoa a quem vier consignada.

2.º O do arrâes do barco, se vier por agua; e do conductor, se vier por terra.

3.º O numero de pipas ou vasilhas, por extenso, em que for contida, e os grãos de força que ella tiver.

Art. 25. As guias, de que trata o Artigo antecedente, serão recebidas pelo Agente do deposito geral da Cidade no Trapiche da Ordem, as quaes, depois de verificadas e averbadas convenientemente, e contr'assignadas

pelo dito Agente, deverão ser remettidas á Recebedoria no principio de cada semestre, por intermedio do Administrador da Mesa do Consulado.

Art. 26. A aguardente porém fabricada nos engenhos do Municipio da Côte, que sahir para o consumo delle, será acompanhada de guia cortada do livro de talão, contendo:

1.º O numero de pipas ou vasilhas em que vier.

2.º A quantidade de medidas que em cada humas dellas se contém, e o grão que tiver.

3.º O trapiche, armazem, ou deposito para onde for remettida.

4.º O dia e hora em que sahir da fabrica.

Art. 27. Os talões das guias, de que trata o Artigo antecedente, serão arrecadados pelo Lançador respectivo no mez de Julho de cada anno.

Art. 28. Será apprehendida, como extraviada ao Imposto da Patente, toda a aguardente que vier dos engenhos da Provincia e Municipio, que for encontrada sem ser acompanhada da guia, de que tratão os Arts. 24 e 26, e os infractores serão obrigados a pagar a multa de 50% a 100%, além de incorrerem nas penas de contrabando.

Art. 29. A's mesmas multas e penas ficão sejeitos:

1.º Os que não manifestarem verdadeiramente a quantidade d'aguardente do consumo provavel da casa, taverna, &c., para servir de base á lotação respectiva, com o fim de defraudar o Imposto.

2.º Os que venderem ou introduzirem clandestinamente aguardente nos ditos estabelecimentos, sem que tenham sido devidamente lançados, e estejam munidos das Patentes respectivas.

Art. 30. Os donos, Administradores ou propostos dos trapiches, armazens, ou depositos situados fóra da Cidade, nos portos de S. João, Bemfica, Praia Grande e Pequena, e em outros quaesquer do Municipio que de futuro se estabelecerem, em que se recolher aguardente de origem da Provincia ou do Municipio, no principio de cada mez são obrigados a remetter á Recebedoria humas relação das aguas ardentes recolhidas nos ditos armazens, no mez antecedente, com declaração, não só da origem dellas, da safra a que pertencem, e da quantidade que vendêrão para o consumo da Cidade e Freguezias de fóra, como também dos nomes dos compradores, e lugares em que estiver feito o consumo. Os infractores pagarão

humma multa de 50\$ a 100\$, além de incorrerem nas penas de contrabando.

Art. 31. Os ditos armazens, &c., de que trata o Artigo antecedente, que servirem como de interposto das aguas ardentes, com destino de serem vendidas para o consumo de fóra della, serão sujeitos á inscripção e fiscalisação da Recebedoria, sendo visitados quando assim convier. Assim o serão pelos Lancadores ou Fiscaes da Camara Municipal, as casas, tavernas, &c., quando o julgarem conveniente, exigindo neste acto a apresentação da Patente respectiva.

Art. 32. As apprehensões e as multas, serão julgadas na conformidade do disposto no Regulamento de 3 de Outubro ultimo, e applicadas metade para a Fazenda Nacional, e outra metade para o Lancador ou Fiscal da Camara municipal, ou qualquer Agente Fiscal ou Policial, a cuja diligencia se verificar a sue importancia.

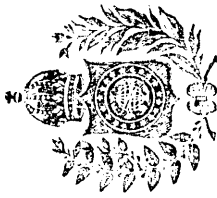
Art. 23. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Ri de Janeiro 12 de Junho de 1845.

Manoel Alves Branco.

MODELO N.º 10

N.º



N.º

FREGUEZIA DE

Engenho

segue hoje de

de 18 pelas

com

ardante fabricada no dito Engenho, na Safra de para

de

FREGUEZIA DE

Engenho

Segue hoje de

de 18

pelas

com

abricada no dito Engenho, na Safra de 18

ardante para

E para não ser apprehendida a dita ardante se passou a presente Guia de Talão, em virtude do Artigo 26 do Regulamento de 12 de Junho de 1845, por mim assignada.

E para não ser apprehendida a dita ardante passei a presente Guia de Talão, em virtude do Artigo 26 do Regulamento de 12 de Junho de 1845, por mim assignada.

RECEBEDORIA DO MUNICIPIO.

MUNICIPIO DA CORTE

MODELO

Movimento d' aguardente do Paiz no Deposito Geral da Cidade

ENTRADA.

Data.	Dono, e consignatario.	Navios.	Origem.	Engenho.	Numero.	Capacidade.	Contida	Prova.	Especies.	QUANTI- DADE.		TOTAES.		Data da sahida.	Destino.	Folio da sahida.
										Pipas.	Med.	Pipas.	Med.			

N.º 2 E 3.

no Trapiche da Ordem no anno financeiro de 184 a 184

SAHIDA.

Data.	Compradores.	Residencias.	N.º das Pipas.	MUNICI- PIO.		PROVIN- CIAS.		FÓRA DO IMP.º		Despacho.	Folio da entrada.
				Pipas.	Med.	Pipas.	Med.	Pipas.	Med.		

N. B. A sahida das pipas se fará em hum dos tres los indicativos dos lugares do destino d'aguar a saber: — Municipio da Côte — Provincias — do Imperio — tendo cada pipa a referencia folio da pagina da entrada, e esta do folio da hida.

As sommas parciaes da sahida dos tres tit com o saldo das pipas existentes no fim do a deverá ser igual á somma total da entrada.

O saldo das pipas do anno findo será pa para o seguinte anno com as mesmas declar com que forão as pipas escripturadas na en do anno findo.

RECEIVED: 1997 JAN 13 10:44AM

七

Ans.

no 1.º Semestre

(1) Lançador

MODELO N.º 5.

N.º

184 — 184

O Sr.

Rua de
N.º

Quantidade

RECEBEDORIA
DO MUNICIPIO.

RECEBEDORIA



DO MUNICIPIO.

Lei de 30 de Novembro de 1841.

N.º

Patente para a vênda d'Aguardente do Paiz

ANNO FINANCEIRO DE JULHO DE 184 A JUNHO DE 184

O Sr.

he obrigado a pagar na Recebedoria do Municipio,
em Semestres adiantados, nos mezes de Julho e Ja-
neiro do dito anno, o imposto de 20 por % d'Aguar-
dente do Paiz, correspondente a

em que foi lotado o consumo da sua
sita na Rua de N.º

E para poder ter aberta a
e vender o dito genero, se passou a presente, que
valerá, tendo no verso a verba da quitação do paga-
mento de cada Semestre; e em caso de contravenção
incorrerá nas penas e multas decretadas na Lei na
forma do Regulamento de 12 de Junho de 1845. Rio
de 184

O Administrador

O Escrivão

Rio

Pelo Escrivão

QUITAÇÃO.

1.º SEMESTRE.

N.º	Imposto.....	\$
	Taxa.....	\$
		<hr/>
		\$
		<hr/>

[illegible]

2.º SEMESTRE.

N.º	Imposto	\$
	Taxa	\$
		<hr/>
		\$

A fl.	do Livro respectivo	fica lançada a quantia de
	Em de	pelo dito Semestre.
		de 184
	O Escrivão	O Thesoureiro

MODELO N.º 6.

RECEBEDORIA DO MUNICIPIO DA CORTE.

Receita do Imposto de Patente para a venda d'aguardente do Paiz no anno financeiro de 184 a 184

1.º SEMESTRE.

Rua.		Contribuintes.	Verba.	Patente.	Pipas.	Folio.	Productos.	Somma.	Taxa. Municipal.	Somma.
		1.º de Julho de 1854.								
S. Bento....	38	Manoel Gomes Guimarães	1	803	4	1 v.	\$		\$	
S. Pedro....	13	Emilio Privat.....	2	184	20	7	\$		\$	
"	52	Francisco Cardoso.....	3	53	7	14 v.	\$		\$	
"	21	João Gomes.....	4	20	18	3	\$		\$	
		(Assignado o Escripturario.)						\$		\$
		F.								
		— 2 —								
Sabão.....	18	Bernardo Francisco	5	17	2	8 v.	\$			

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 17.ª

DECRETO N.º 416—de 13 de Junho de 1845.

Autorisando a arrematação de alguns ramos da Renda Publica.

Hei por bem ordenar que se execute o seguinte :

Art. 1.º Em todas as Provincias do Imperio serão arrematados, sempre que seja possível, aquelles ramos de Renda Publica que actualmente são arrecadados nas Collectorias, e Agencias de Rendas pertencentes ao Ministerio da Fazenda fóra das Capitães, affixando-se para esse fim Editaes, na fórma do estylo, dous mezes antes do anno da cobrança.

Art. 2.º As arrematações serão feitas por Provincias, ou por Comarcas, ou por Collectorias e Agencias, como melhor convier aos interesses da Fazenda, e conforme for a concorrência dos licitantes.

Art. 3.º Serão feitas com todas as formalidades prescriptas no Art. 56 da Lei de 4 de Outubro de 1831, Alvará de 28 de Janeiro de 1808, Tit. 7.º §§ 13 e 14, tendo sido annunciadas com a precisa anticipação (nunca menor de dous mezes) por Editaes em todas as Cidades e Villas cabeças de Comarca, e por annuncios nas folhas publicas da Provincia.

Art. 4.º Na conformidade das sobreditas disposições, e da Lei de 21 de Outubro de 1843, Art. 46, se organizarão as condições do contracto de arrematação, tendo por principaes e indispensaveis bases :

1.º A duração por tempo de hum a trez annos.

2.º O pagamento do preço feito a mezes, ou a quartéis depois de vencidos, por meio de Letras passadas pelos arrematantes, e abonadas e indossadas por

seus fiadores , entregues á Thesouraria no mesmo acto da assignatura do termo respectivo.

3.º Que toda a despeza de livros, sellos, Escripturarios, Agentes, Cobradores, &c., será por conta dos arrematantes.

4.º Que se hão de regular no lançamento e cobranças dos Impostos arrematados, pelo que se acha estabelecido nas Leis, Regulamentos e Ordens do Thesouro Publico Nacional.

5.º Que lhes será concedido o privilegio de executivo para a arrecadação das suas dividas activas provenientes dos Impostos arrematados, ainda por mais seis mezes depois de findo o tempo do contracto, assim como aos Empregados nella, todas as isenções concedidas pelas Leis a quaesquer Empregados na arrecadação da Renda Publica, Ord. Liv. 2.º Tit. 73, Reg. da Fazenda Cap. 151, e Lei de 29 de Novembro de 1844 N.º 242.

6.º Que renunciação a todos os casos fortuitos, ordinarios ou extraordinarios, e a todos os casos solitos ou insolitos, cogitados ou não cogitados. Lei de 22 de Dezembro de 1761 Tit. 2.º § 34.

Art. 5.º Nenhuma destas arrematações se fará por menos de 10 por cento sobre o maior rendimento, que o artigo da Renda arrematada tiver tido em algum dos tres exercicios anteriores, incluindo o que ficou por arrecadar.

Art. 6.º Os fiadores dos arrematantes deverão ser residentes na Capital da Provincia, com a necessaria idoneidade; e quando não seja possível havel-os, nunca se accitarão fiadores que não sejam residentes na Provincia.

Art. 7.º Os Inspectores das Thesourarias farão entregar aos arrematantes, quando tiverem assignado o respectivo termo, huma relação de todas as Leis, Regulamentos, Instrucções, e Ordens por que se devem governar, dando-se-lhes copias authenticas das que não tiverem sido publicadas pela imprensa.

Art. 8.º Os mesmos Inspectores, em qualquer occasião, darão aos mesmos arrematantes todas as declarações e explicações que lhe pedirem para solução

de duvidas occorrentes, e lhes facultarão à consulta dos livros dos lançamentos, que tiverem servido nas Collectorias nos tres annos anteriores.

Art. 9.º Logo que se effectuarem as arrematações se fará publico por Editaes em todas as Cidades, e Villas, da Provincia ou da Comarca, quaes os ramos de rendas arrematados, quaes os arrematantes, e qual o dia em que começa a ser effectiva a arrematação.

Art. 10. Verificadas as arrematações, se fixará hum prazo razoavel a todos os Recebedores e Collectores das rendas arrematadas, para prestarem suas contas, e recolher aos respectivos cofres o que tiverem recebido, findo o qual se procederá na fórmula da Lei contra os omissos e alcançados.

Manoel Alves Branco, do Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro treze de Junho de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 18.ª

DECRETO N.º 417 — de 14 de Junho de 1845.

Para a arrecadação do Imposto sobre os Corretores.

Hei por bem Ordenar que se observe o seguinte:

Art. 1.º Os Corretores são agentes intermediarios para comprar e vender por seus committentes, mercadorias, navios, fundos publicos, e outros effectos e obrigações, letras de cambio, bilhetes á ordem, e quaesquer papeis commerciaes, fazer negociações por descontos, seguros, contractos em grosso, fretamentos, empréstimos sobre penhores, ou de outro qualquer modo.

Art. 2.º Os Corretores ou são geraes ou parciaes, os primeiros serão autorisados a tratar de todo o genero de transações, os segundos somente de hum ou mais generos dellas; huns e outros serão nomeados na Côte pelo hribunal do Thesouro, e nas Provincias pelas Thesourarias, ouvido o Corpo do Commercio, por intermedio das Commissões da Praça, ou dos Negociantes mais notaveis do lugar, onde as não houver.

Art. 3.º Para ser Corretor qualquer individuo, he preciso que seja maior de vinte e cinco annos, que tenha praticado o commercio por tres annos, pelo menos, em alguma casa mercantil, ou de Corretor de qualquer das Praças do Imperio, não podendo sê-lo os Ecclesiasticos, Militares, Funcionarios Publicos, os Negociantes quebrados e não rehabilitados, e os Corretores huma vez demittidos; sendo demais obrigados:

§ 1.º A prestar, perante as Autoridades que os nomearão, juramento de bem servirem.

§ 2.º Apresentar huma fiança idonea com relação ao giro commercial da Praça, fixada pelo Tribunal do Thesouro e Thesourarias.

§ 3.º A pagar nas Recebedorias annualmente huma Patente, que não excederá de 200 \mathbb{D} na Côte, 100 \mathbb{D} nas Províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Sul, e de 50 \mathbb{D} nas outras Cidades maritimas do Imperio, sendo elles geraes; e da metade dessas quantias, sendo elles especiaes.

Art. 4.º Os Corretores que não forem assim constituídos, pagarão a multa de 200 \mathbb{D} ; e a sua gestão não produzirá outro algum effeito que não seja o do simples contracto do mandato.

Art. 5.º Os Corretores nem por si, nem por interposta pessoa, nem como socios, nem como commissarios, poderão fazer por sua conta transacções, não comprehendidas no numero daquellas de que trata o titulo de sua nomeação, e menos ser fiadores de quaesquer que sejam feitas por seu intermedio.

Art. 6.º Os Corretores são obrigados a notar em seus cadernos as transacções, immediatamente depois da conclusão de cada huma dellas, e a consignal-as em seguida, dia por dia, em seu livro diario, sem brancos, entrelinhas ou transportes á margem, com annotação exacta dos nomes das partes, do tempo da operação, e distincção da qualidade e quantidade dos preços das mercadorias, assim como de todas as condições da operação.

Os Juizes podem ordenar aos Corretores que apresentem seus livros em Juízo, a fim de compararem os extractos dados com as notas originaes, e poderão exigir todos os esclarecimentos a este respeito.

Art. 7.º Logo que a convenção não seja inteiramente negada, as notações feitas pelo Corretor em seu livro, na conformidade de seus cadernos, farão prova entre as partes, da data da operação e da entrega, qualidade e quantidade das mercadorias, do preço e das condições com que a operação fora contractada.

Art. 8.º Os Corretores, não sendo desonerados pelas partes, são obrigados a conservar as amostras de

todas as mercadorias vendidas por seu intermedio á vista dellas, munindo-as de huma nota que faça reconhecer sua identidade até ao momento da entrega das mesmas mercadorias.

Art. 9.º O Corretor, que tendo concluido a compra e venda de huma letra de cambio ou de qualquer effeito negociavel, a entregar ao comprador, he responsavel pela veracidade da assignatura que nella se achar.

Art. 10. Os Corretores que se acharem culpados de contravenção ás disposições deste Regulamento, serão, segundo as circumstancias, suspensos ou demittidos pela Autoridade que os nomeou, sem prejuizo das penas impostas peloCodigo penal, e dos prejuizos e interesses a que são obrigados como mandatarios.

Art. 11. Os Corretores são obrigados a guardar inteiro segredo nas negociações de que se encarregarem.

Art. 12. Os Corretores, no caso de fallimento, serão suspensos por esse motivo de suas funcções, podendo mesmo ser demittidos depois, pelo Juizo que do caso conhecer.

Em caso de contravenção ao Art. 5.º, os Corretores fallidos devem ser demittidos.

Art. 13. Pela existencia dos Corretores não ficão inhibidos os Commerciantes, e mesmo os que o não forem, de tratar de todos os seus negocios por si, seus agentes, e caixeiros, e bem assim por qualquer pessoa que nisso intervenha gratuitamente, ou por menos do que os ditos Corretores.

Art. 14. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Manoel Alves Branco, do Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro de quatorze de Junho de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 19.ª

DECRETO N.º 418—de 15 de Junho de 1845.

Additando o Regulamento de 26 de Abril de 1844, para a arrecadação da Taxa do Sello das cartas de jogar.

Hei por bem Ordenar que se execute o seguinte :

Art. 1.º A Taxa do Sello das cartas de jogar será arrecadada pelas Recebedorias ou Estações fiscaes, encarregadas da cobrança do Sello no Municipio da Córte, e Capitaes das Provincias do Imperio.

Art. 2.º Os fabricantes ou importadores de cartas de jogar ficão obrigados a mandar á Estação competente as cartas para serem selladas, e pagarem o Imposto de 160 réis por baralho, antes de as exporem á venda.

Art. 3.º Nas Estações de arrecadação deste Imposto haverá hum carimbo, para sellar as cartas que forem apresentadas, as quaes deverão levar na capa huma abertura redonda, para sobre ella se imprimir o Sello, que será da maior circumferencia que a abertura; de sorte que o Sello fique estampado, parte sobre a primeira carta (a qual deverá ser o az de espadas) e parte sobre a capa na circumferencia da abertura.

Art. 4.º As cartas que se acharem expostas á venda ou em uso nas mãos dos particulares, sem o Sello designado no Artigo antecedente, ou com Sello falsificado, serão apprehendidas, e aquelle em cujo poder forem encontradas fica sujeito a huma multa de 50⁰⁰ por cada baralho, além das penas dos Arts. 167 e 168 do Codigo penal, no caso de falsificação do Sello, conhecido o falsificador.

Art. 5.º Os Inspectores das Alfandegas ficão obrigados a participar aos Chefes das Estações Fiscaes, a

cujo cargo estiver a arrecadação do Sello das cartas de jogar, os nomes das pessoas que despacharem cartas de jogar para consumo, e as quantidades de baralhos que despacharem. Esta participação deverá ser feita até o dia seguinte ao em que se verificar o despacho.

Art. 6.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Manoel Alves Branco, do Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Junho de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 20.ª

DECRETO N.º 418 A — de 21 de Junho de 1845.

Dá providencias sobre o impedimento dos Auditores de Guerra, para que não embarace a marcha dos Processos.

Tendo-Me Conformado com o Parecer da Secção da Guerra e Marinha de Conselho d'Estado, exarado em Consulta de dezoito de Junho corrente, acerca dos meios de remover os embaraços occasionados na marcha dos Processos dos Conselhos de Guerra, por impedimentos dos respectivos Auditores: Hei por bem Determinar que, nos impedimentos dos Juizes de Direito, quando se tiver de proceder á Conselhos de Guerra por crimes capitaes, os Presidentes das Provincias nomeem para servir interinamente, algum outro Ministro em identicas circumstancias, e na sua falta algum Advogado dos de melhor opinião, a quem se abonará, pelos dias que servir, huma gratificação deduzida do soldo do Auditor proprietario, que he o correspondente á patente de Capitão: ficando outrossim determinado, que os Juizes de Direito só percebem esta gratificação na proporção do tempo durante o qual servirem, quando não tiverem titulo de Auditores de Guerra, passado pela respectiva Secretaria d'Estado.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, e encarregado interinamente dos da Guerra, assim o tenha entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio

do Rio de Janeiro em vinte hum de Junho de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti
d'Albuquerque*

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 21.ª

DECRETO N.º 419 — de 26 de Junho de 1845.

*Dá providencias sobre as duvidas que occorrem nas
decisões das Juntas de Justiça, e nas nomeações
dos seus Membros.*

Tendo-Me Conformado com o Parecer da Secção da Guerra e Marinha do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de dezoito de Junho corrente, ácerca dos meios de remover as duvidas que occorrem nas decisões das Juntas de Justiça, e nas nomeações de seus Membros; Hei por bem Determinar: 1.º, que os Presidentes das ditas Juntas não tem voto de desempate, devendo lavar-se sentença pela pena menor, quando houver empate: 2.º, que devem ser Membros da Junta tres Officiaes dos de maior patente que existirem na Capital, quer pertenção ás quatro classes que compõem o Exercito e Armada, e o Corpo de Artilharia de Marinha, quer sejam de segunda Linha: 3.º que, na falta dos Juizes de Direito da Capital, não deve ser chamado para a Junta o Chefe de Policia, mas sim o Juiz Municipal respectivo, e em ultimo lugar hum Bacharel com as qualidades recommendadas na Carta Regia de vinte e nove de Novembro de mil oitocentos e seis.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, e encarregado interinamente dos da Guerra, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos neecessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Junho

de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

DECRETO N.º 420 — de 26 de Junho de 1845.

Declara o modo, por que se deve proceder para com os Officiaes da 3.ª e 4.ª Classe do Exercito, e da extincta 2.ª Linha, a quem aproveitou o Decreto de amnistia de 14 de Março de 1844.

Tendo-Me Conformado com o Parecer da Secção da Guerra e Marinha do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de dezoito de Junho corrente, sobre o Officio numero cincoenta e seis de nove de Abril de mil oitocentos quarenta e quatro, do Presidente da Provincia de Minas Geraes; Hei por bem Determinar, que o mencionado Presidente, a fim de ter conhecimento da existencia daquelles Officiaes que por motivo da rebelião que ultimamente tivera lugar na referida Provincia, abandonárão o serviço do Governo legal, occultarão-se, e forão depois amnistiados, estabeleça hum prazo, dentro do qual se lhe apresentarão os ditos Officiaes para serem convenientemente detalhados para o serviço, comprehendidos nos mappas, informações semetraes, ou relações, de que trata o Regulamento de oito de Maio de mil oitocentos quarenta e tres, e mesmo abonados de soldo (os que a elle tem direito), segundo o disposto no Decreto numero cento e cincoenta e cinco de nove de Abril de mil oitocentos quarenta e dous, desde o dia em que se lhes effectuou a amnistia: procedendo-se contra os infractores na fórma determinadas pelas Leis.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secre-

tario d'Estado dos Negocios da Marinha, e encarregado interinamente dos da Guerra, assim o tenha entendido, e o faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Junho de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

DECRETO N.º 421 — de 26 de Junho de 1845.

Dá providencias sobre os abonos que se devem fazer aos presos sentenciados.

Tendo-Me Conformado com o Parecer da Secção de Guerra e Marinha do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de dezoito de Junho corrente, ácerca dos abonos que se devem fazer aos presos sentenciados; Hei por bem Determinar, que seja elevada a cento e quarenta réis a diaria com que devem ser soccorridas as praças de pret sentenciadas.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, e encarregado interinamente dos da Guerra, assim o tenha entendido, e o faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Junho de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 22.ª

DECRETO N.º 422—de 27 de Junho de 1845.

Alterando o Regulamento de 9 de Maio de 1842, para a arrecadação dos bens de defuntos e ausentes.

Hei por bem ordenar que se observe o Regulamento, que com este baixa, alterando o de 9 de Maio de 1842 para a arrecadação dos bens dos defuntos e ausentes, assignado por Manoel Alves Branco, do Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thezouro Publico Nacional, que assim o terá entendido, e fará executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Junho de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.

Regulamento alterando o de 9 de Maio de 1842, sobre a arrecadação dos bens de defuntos e ausentes.

Art. 1.º A disposição do Art. 2.º do Regulamento de 9 de Maio de 1842 não terá lugar.

1.º A respeito dos bens do defunto, testado ou intestado, que deixar conjuge na terra, ou herdeiros presentes ascendentes ou descendentes, a que, conforme a direito pertença ficar em posse e cabeça de casal, para proceder ao inventario e partilhas.

2.º A respeito dos bens do defunto com testa-

mento, que tiver deixado testamenteiro, que esteja presente na terra, e acceite a testamentaria; a este pertencerá proceder a inventario, administrar os bens, e dar partilhas, na falta do conjuge e herdeiros mencionados no § 1.º

Se ao tempo do fallecimento estiver ausente o testamenteiro, se fará a arrecadação judicial; mas se acontecer apresentar-se o testamenteiro antes de feita a entrega aos herdeiros, e recolhido o producto dos bens ao Thesouro e Thesourarias, lhe será tudo entregue para o cumprimento do testamento.

3.º A respeito dos bens pertencentes aos herdeiros ausentes, dos defuntos testados ou intestados, quando estiverem no lugar procuradores legalmente autorizados para receber o que lhes pertencer.

Art. 2.º Nos casos dos dous §§ 1.º e 2.º do Artigo antecedente, se houverem herdeiros ausentes, o Juiz nomeará sempre Curador que assista ao processo do inventario e partilhas, arrecade e administre os bens, se, findo o tempo da conta não tiverem os herdeiros entrado na posse da herança por qualquer motivo.

Art. 3.º Ficção supprimidas, no Art. 3.º § 2.º do Regulamento de 9 de Maio de 1842, as palavras — ou sem elle —, e no § 3.º as palavras — no Municipio da Côrte —, que serão substituidas pelas palavras — em todo o Imperio.

Art. 4.º He da obrigação dos Delegados e Subdelegados da Policia, o darem parte ao Juiz dos Orphãos dos obitos de todos os intestados, na fórma do Art. 13, como tambem de todos os que morrerem com testamento.

Art. 5.º Se, feitas as averiguações do Art. 15, vier o Juiz dos Orphãos no conhecimento de que o intestado he estrangeiro, participal-o-ha ao respectivo Consul, quando já antes o não tenha feito, e no caso de não o haver, ao Ministro dos Negocios Estrangeiros, para communicar-o ao paiz da naturalidade do fallecido.

Art. 6.º As diligencias, e processos ordenados pelo Art. 21 ficão a cargo dos Juizes dos Orphãos.

Art. 7.º Dos 6 1/2 por cento, deduzidos dos bens arrecadados, terá o Escrivão 1 por cento somente, passando o 1/2 por cento, que de mais tinha até hoje, para o Curador, que assim virá a ter 3 por cento.

Art. 8.º Os bens de raiz pertencentes ás heranças arrecadadas só poderão ser vendidos, como os outros bens, quando da demora se puder seguir ruina dos mesmos bens, segundo o juizo dos peritos.

Art. 9.º As justificações e libellos para a cobrança de dividas, a que estejam expostas as heranças dos defuntos e ausentes, serão intentadas perante os Juizes que as arrecadarem, citados o Curador da heranças, o Procurador da Fazenda no Municipio da Côrte, e os Procuradores Fiscaes, ou seus Ajudantes, ou os Collectores em todas as Províncias, com appello *ex-officio* para a Relação do districto, onde será outra vez ouvido o Procurador da Fazenda, ficando assim revogado o Art. 32 do Regulamento. Não serão admittidas justificações por dividas maiores de 100 \$.

Art. 10. O Art. 36 do Regulamento deve ser entendido nos termos do § 42 p. 3.ª da Lei de 30 de Novembro de 1841, pelo que respeita aos 2 por cento que no dito Artigo se manda arrecadar.

Art. 11. Na assistencia que he facultada aos Consules das Nações estrangeiras, aos actos judiciaes e administrativos relativos a heranças dos defuntos e ausentes de suas Nações, deve entender-se permittida a faculdade de requererem, perante as Autoridades do paiz, todas as providencias legaes que forem conducentes á boa arrecadação e administração das mesmas heranças, e bem assim o direito de serem ouvidos a respeito da escolha e nomeação dos Curadores, e Administradores dos bens dellas.

Art. 12. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1845.

Manoel Alves Branco.

DECRETO N.º 423 — de 27 de Junho de 1845.

Regula a maneira, pela qual devem ser examinados os Machinistas empregados nas Barcas de Vapor.

Tendo ouvido a Secção de Marinha e Guerra do Conselho d'Estado sobre o requerimento, em que a Directoria da Companhia de Navegação de Nicterohy pede que os Machinistas empregados nas suas Barcas sejam examinados pela competente Commissão; e Conformando-Me com o Parecer da mesma Secção, emittido em Consulta de doze de Março ultimo; Hei por bem Ordenar o seguinte :

Art. 1.º Achando-se disposto no Decreto de quatro de Outubro do anno passado « que nenhuma das Barcas de Vapor das Companhias de Nicterohy, Macahé e Campos poderá navegar dentro, ou fóra da barra, « sem que tenha a seu bordo hum Machinista approvedo pela Repartição dos Negocios da Marinha » fica esta m'dida extensiva a todas as outras semelhantes Barcas, a fim de se evitarem sinistros acontecimentos, pela impericia dos Conductores, como desgraçadamente tem acontecido.

Art. 2.º Para o exame dos Machinistas deverá nomear-se, pela Repartição da Marinha, huma Commissão, composta de tres Examinadores, a saber : o Lente d'Artilharia da Academia de Marinha, que deve ser o Presidente, e na sua falta algum dos outros Lentes, com as habilitações de que trata o Decreto numero trezentos e quarenta de viute e cinco de Janeiro de mil oitocentos quarenta e quatro, e mais dous Engenheiros Machinistas do Arsenal da Marinha, ou de fóra, na falta destes.

Art. 3.º Os exames devem ser feitos a bordo de huma Barca de Vapor do Estado, e, não a havendo no Porto, em algum Vapor particular.

Art. 4.º Concluido o exame, e sendo o Candidato approvedo, se lhe passará huma Carta, pelo Secretario da Academia de Marinha, pela qual pagará de emolumentos ao dito Secretario, o mesmo que está estabelecido para os primeiros Pilotos, com excepção dos Por-

tos d'Asia, isto he, seis mil e quatrocentos réis; a cada hum dos Examinadores oito mil réis; e á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha os emolumentos correspondentes ás Cartas dos Pilotos.

Art. 5.º Em consideração aos incommodos pessoas que supportão os Membros da Commissão, que costuma fazer as vistorias nas Barcas de Vapor, e aos prejuizos que soffrem em suas vestimentas, quando entrão nas caldeiras, e no lugar das machinas; deverão os proprietarios particulares das mesmas Barcas, havendo vistorias, pagar a cada hum dos referidos Membros dous mil réis.

Art. 6.º Feita a vistoria em qualquer Barca de Vapor, hum dos Membros da Commissão examinadora lavrará em livro proprio, quedeve existir na Inspeção do Arsenal da Marinha, rubricado pelo respectivo Inspector, hum Termo dessa vistoria, em que assignarão os Membros da Commissão; sendo extrahidas do sobredito livro as Certidões, que requererem as Partes, a bem do seu direito.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Junho de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 23.ª

DECRETO N.º 424—de 12 de Julho de 1845.

Crea na Côrte huma Contadoria Geral da Marinha, independente da Intendencia, e manda observar provisoriamente o Regulamento para a mesma Repartição, no qual se designão os Empregados de que ella se deve compor, e seus respectivos vencimentos.

Hei por bem, para execução da Lei numero trezentos e cincoenta de dezeseite de Junho de mil oitocentos quarenta e cinco, crear na Côrte huma Repartição com o titulo de Contadoria Geral da Marinha, independente da Intendencia; e Ordenar que na mesma Repartição se observe provisoriamente o Regulamento que com esta baixa, no qual se designão os Empregados de que elle se deve compor e seus respectivos vencimentos, assignado por Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Julho de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

*Regulamento provisório para a Contadoria Geral da
Marinha, a que se refere o Decreto desta data.*

Art. 1.º A Contadoria Geral da Marinha, destinada para executar os trabalhos de que trata o Artigo terceiro da Lei numero trezentos e cincoenta de dezeseite de Junho de mil oitocentos quarenta e cinco, será composta provisoriamente :

§ 1.º Dos Officiaes e Amanuenses da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, que pertencião á extincta Secção de Contabilidade da mesma Secretaria.

§ 2.º Dos Empregados da extincta Contadoria da Intendencia da Marinha da Côrte.

Art. 2.º Todos estes Empregados continuão a perceber os mesmos vencimentos de que actualmente gozão, em quanto não for definitivamente organisada a mencionada Repartição.

Art. 3.º A Contadoria Geral da Marinha será dirigida por hum dos Empregados, que o Governo nomear, das Repartições que pela citada Lei ficão extinctas.

Art. 4.º Este Empregado, que se denominará provisoriamente Contador Geral da Marinha, será privativamente incumbido de estabelecer a referida Repartição, classificar o serviço por Secções, regular a sua marcha, e distribuir os Empregados, conforme julgar mais conveniente, para o bom desempenho e certeza de todos os trabalhos, em perfeita harmonia com a Lei; para cujo fim dará as precisas instrucções, precedendo approvação do Governo.

Art. 5.º As attribuições que devem competir ao Contador Geral, e aos demais Empregados, serão por ora reguladas pelos Alvarás de 3 de Junho de 1793, e 13 de Maio de 1808, Lei de 4 de Outubro de 1831, Decreto e Regulamento de 13 de Janeiro de 1834, e ordens posteriores, em tudo quanto lhes for applicavel, e que se não opponha á litteral execução da Lei numero trezentos e cincoenta de dezeseite de Junho de mil oitocentos quarenta e cinco.

Art. 6.º O Contador Geral será substituido nos seus impedimentos pelo primeiro Official da Contadoria, em quanto o Governo não designar outra qualquer pessoa.

Art. 7.º O Contador Geral informará ao Governo, á medida que a pratica lhe for suggerindo, sobre as providencias que serão convenientes adoptarem-se para harmonisar a marcha do serviço das differentes Repartições com os trabalhos da Contadoria Geral, tendo em vista os Regulamentos e ordens em vigor; devendo porêr em executar-se desde já as seguintes disposições:

§ 1.º Nenhuma Portaria ou ordem será expedida pela Intendencia para fazer carga ao Thesoureiro Pagador da Marinha, de qualquer quantia que este receber do Thesouro Publico Nacional, ou de outra qualquer Repartição, ou individuo, sem que as guias ou documentos respectivos tenham sido apresentados na Contadoria Geral ex-officio, e delles conste a verba assignada ou rubricada pelos Empregados da mesma Contadoria a que competir, relativamente á competente escripturação.

§ 2.º Tambem se não dará despacho, pela referida Intendencia, para pagamento, seja elle de que natureza for, sem ser em folha processada na Contadoria Geral, ou em documento n'ella liquidado. Tanto estes documentos, como aquellas Folhas serão, por intermedio do Contador Geral, enviadas officialmente ao respectivo Intendente, para ordenar os competentes pagamentos nos devidos tempos.

§ 3.º Nenhuma letra será acceita pela Intendencia da Marinha, sem preceder ordem da respectiva Secretaria d'Estado; devendo na occasião do acceite registrar-se a letra n'aquella Repartição, bem como a carta da crença que a acompanhar, dando-se depois conhecimento disto á Contadoria Geral.

§ 4.º Os conhecimentos em fôrma, pretis, e guias, ou outros quaesquer documentos, que até agora erão apresentados na Intendencia para obter o despacho de liquide-se e pague se, serão d'ora em diante levados pelas proprias partes ex-officio á Contadoria Geral, a fim de serem nesta Repartição liquidados e convertidos em Folhas pela Secção a que competir, excepto porêr em ditos conhecimentos em fôrma e pretis; seguindo-se depois, tanto a respeito destes documentos, como d'aquellas Folhas, o que se acha disposto no § 2.º do Artigo 6.º deste Regulamento.

§ 5.º Nenhuma remessa de generos será feita para as Provincias, ou para as Divisões Navaes surtas em Portos Estrangeiros, nem supprimento a nenhuma Estação, ou individuo, ainda mesmo que seja por emprestimo, sem que pela Intendencia da Marinha sejam enviadas á Contadoria Geral as contas d'esses fornecimentos, para ser tudo lançado na competente escripturação.

Art. 8.º A correspondencia entre o Contador Geral e a Intendencia, Inspeccão e mais Repartições de Marinha da Côrte, será feita por Offícios assignados pelos respectivos Chefes, guardadas as formalidades do estilo.

Art. 9.º O Intendente será substituido nos seus impedimentos pelo Inspector do Arsenal, em quanto não for pelo Governo nomeada outra qualquer pessoa para esse fim.

Art. 10. Em quanto se não estabelecerem as Contadorias de Marinha das Provincias, na conformidade da Lei numero trezentos e cincoenta de dezeseite de Junho de mil oitocentos quarenta e cinco, o Contador Geral proporá ao Governo as providencias que forem precisas para se obter, tanto das Repartições da Marinha das Provincias onde tem Arsenaes, como d'aquellas em que só ha Patrões móres, as contas, balanços, e mais esclarecimentos necessarios para o desempenho dos trabalhos a cargo da Contadoria Geral.

Art. 11. Ficão supprimidos deste já os lugares de Ajudantes dos Almoxarifados da Marinha do Rio de Janeiro e Bahia, passando estes Empregados a ter exercicio nas respectivas Contadorias, com os mesmos vencimentos que percebão, em quanto não se lhes der outro destino.

Art. 12. Ficão alterados os artigos 3 e 9 dos Tits. 1.º e 2.º do Decreto de 11 de Janeiro de 1834, e os Caps. 5.º, 6.º e 7.º do Tit. 1.º do Decreto de 13 de Janeiro do mesmo anno, em harmonia com este Regulamento, continuando em vigor todas as mais disposições dos ditos Decretos, que por elle não forem substituidas, ou expressamente alteradas.

Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Julho de 1845.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 24.ª

DECRETO N.º 425—de 19 de Julho de 1845.

Estabelece as regras, que se devem seguir para a censura das Peças, que houverem de ser representadas nos Theatros desta Côrte; e faz extensivas aos das Províncias as que lhes são applicaveis.

Convindo estabelecer as regras, que se devem seguir para a censura das Peças, que houverem de ser representadas nos Theatros desta Côrte, e das Províncias: Hei por bem, Tendo ouvido a Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio, Decretar o seguinte.

Art. 1.º As Peças, que tiverem de subir á scena nos Theatros desta Côrte, serão previamente remettidas pelas Directorias dos mesmos Theatros ao Secretario do Conservatorio Dramatico Brasileiro; o qual, lançando-as em hum Protocollo para isso destinado, e dando recibo da entrega, as enviará sem demora ao Presidente do mesmo Conservatorio.

Art. 2.º O Presidente, logo que lhe seja apresentada a Peça, a mandará rever, e censurar por hum dos Membros do Conservatorio, que designar ao Secretario, permissão, ou não, ao Conselho.

Art. 3.º Se o Censor não puzer duvida á representação da Peça, e o Presidente se conformar com este voto, expedirá logo a licença. Se o Presidente porém se não conformar, ou entender que a materia deve ser mais bem elucidada, mandará a Peça a novo Censor. Convindo este com o primeiro, o Presidente he obrigado a licenciar a representação; mas não convindo, fica ao arbitrio do Presidente dar, ou negar a licença.

Art. 4.º Quando o primeiro Censor negar a repre-

sentação, ou propuzer alguma, ou algumas duvidas, emendas, ou suppressões, irá a Peça a segundo Censor; e neste caso se os dous Censores forem de huma só opinião, o Presidente negará a licença. Se a opinião do segundo Censor não se conformar com a do primeiro, fica a arbitrio do Presidente encostar-se a huma, ou a outra opinião, e assim conceder, ou negar a licença.

Art. 5.º Quando o Presidente não queira usar do arbitrio, que lhe he dado pelo Artigo antecedente, ou quando não haja concordancia em todos os pontos da censura, o Presidente submeterá o licenciamento da Peça ao Jury Dramatico, na fôrma do Artigo setimo dos seus Estatutos.

Art. 6.º A censura será lançada em papel separado da Peça, e tendo por norma, para conceder, ou negar a representação, o que prescreve a Imperial ordem de dez de Novembro, será dada, e apresentada ao Secretario dentro do prazo de oito dias.

Art. 7.º O nome dos Censores ficará em lembrança no Protocollo do Secretario, mas guardar-se-ha em segredo, não sendo licito publical-o jámais.

Art. 8.º O Presidente, no acto de expedir a licença que será escripta no alto da Peça, mandará que o Secretario, sob sua responsabilidade, rubrique, ou carimbe com o Sello do Conservatorio, cada huma das folhas do original apresentado, e que outrosim atteste o encerramento.

Art. 9.º Qualquer decisão tomada pela Censura, ou pelo Jury Dramatico, será communicada á Directoria do Theatro pelo Secretario do Conservatorio Dramatico, que reenviará com ella o respectivo original, e exigirá recibo para a competente descarga no seu Protocollo.

Art. 10. Nenhuma Peça será apresentada ao Chefe de Policia para a sua approvação, em conformidade do Artigo cento e trinta e sete do Decreto de trinta e hum de Janeiro de mil oitocentos quarenta e dous, que não vá acompanhada da Censura do Conservatorio Dramatico Brasileiro, em qualquer sentido que seja; sem o que não lhe porá o visto.

Art. 11. No caso de se annunciar alguma, que não tenha o visto do Chefe de Policia, este fará saber

immediatamente á Directoria das Peças que o Theatro será fechado aquella noite, quando não faça annunciar outra, o que mandará publicar por cartaz na porta do mesmo, e mais lugares do costume, para conhecimento do Publico. Os interessados ficam com o direito salvo de haver da mesma Directoria indemnisação dos prejuizos, que o Theatro possa ter por essa suspensão de trabalhos.

Art. 12. Se for representada alguma Peça sem que tenha sido approvada pelo Chefe de Policia, a Directoria fica sujeita á prisão de tres mezes, e a multa, para cada hum dos seus Membros, de cem mil réis, para os Cofres da Policia. Por Directoria das Peças entende-se a pessoa, ou pessoas encarregadas de as fazer representar, e de obter o visto da Policia.

Art. 13. São extensivas aos Theatros das Provincias as disposições dos Artigos onze e doze do presente Decreto.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres, Conselheiro d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezenove de Julho de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio,

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 25.ª

DECRETO N.º 426 — de 24 de Julho de 1845.

*Contém o Regulamento ácerca das Missões de catechese,
e civilisação dos Indios.*

Hei por bem, Tendo ouvido o Meu Conselho d'Estado, Mandar que se observe o Regulamento seguinte.

Art. 1.º Haverá em todas as Províncias hum Director Geral de Indios, que será de nomeação do Imperador. Compete-lhe:

§ 1.º Examinar o estado, em que se achão as Aldêas actualmente estabelecidas; as occupações habituaes dos Indios, que nellas se conservão; suas inclinações, e propensões; seu desenvolvimento industrial; sua população, assim originaria, como mistiça; e as causas, que tem influido em seus progressos, ou em sua decadencia.

§ 2.º Indagar os recursos, que offerecem para a lavoura, e commercio, os lugares, em que estão collocadas as Aldêas; e informar ao Governo Imperial sobre a conveniencia de sua conservação, ou remoção, ou reunião de duas, ou mais, em huma só.

§ 3.º Precaver que nas remoções não sejam violentados os Indios, que quizerem ficar nas mesmas terras, quando tenham bom comportamento, e apresentem hum modo de vida industrial, principalmente de agricultura. Neste ultimo caso, e em quanto bem se comportarem, lhes será mantido, e ás suas viúvas, o usufructo do terreno, que estejam na posse de cultivar.

§ 4.º Indicar ao Governo Imperial o destino, que se deve dar ás terras das Aldêas, que tenham sido abandonadas pelos Indios, ou que o sejam em virtude do § 2.º deste Artigo. O proveito, que se tirar da applicação

dessas terras, será empregado em beneficio dos Indios da Provincia.

§ 5.º Indagar o modo, pòr que grangeão os Indios as terras, que lhes tem sido dadas; e se estão occupadas por outrem, e com que titulo.

§ 6.º Mandar proceder ao arrolamento de todos os Indios aldeados, com declaração de suas origens, suas linguas, idades, e profissões. Este arrolamento será renovado todos os quatro annos.

§ 7.º Inquirir onde ha Indios, que vivão em hordas errantes; seus costumes, e linguas; e Mandar Missionarios, que solicitará do Presidente da Provincia, quando já não estejam á sua disposição, os quaes lhes vão pregar a Religião de Jesus Christo, e as vantagens da vida social.

§ 8.º Indagar se convirá fazel-os descer para as Aldêas actualmente existentes, ou estabelecê-los em separado; indicando em suas informações ao Governo Imperial o lugar, onde deve assentar se a nova Aldêa.

§ 9.º Diligenciar a edificação de Igrejas, e de casas para a habitação assim dos empregados da Aldêa, como dos mesmos Indios.

§ 10.º Distribuir pelos Directores das Aldêas, e pelos Missionarios, que andarem nos lugares remotos, os objectos, que pelo Governo Imperial forem destinados para os Indios, assim para a agricultura, ou para o uso pessoal dos mesmos, como mantimentos, roupas, medicamentos, e os que forem proprios para attrahir-lhes a attenção, excitar-lhes a curiosidade, e despertar-lhes o desejo do trato social; requisitando-os do Presidente da Provincia, segundo as instrucções, que tiver do Governo Imperial.

§ 11.º Propor ao Presidente da Provincia a demarcação, que devem ter os Districtos das Aldêas, e fazer demarcar as terras, que, na fôrma do § 15 deste Artigo, e do § 2.º, do Art. 2.º forem dadas aos Indios. Se a Aldêa já estiver estabelecida, e existir em lugar povoado, o Districto não se estenderá além dos limites das terras originariamente concedidas á mesma.

§ 12.º Examinar quaes são as Aldêas, que precisão de ser animadas com plantações em commum, e deter-

minar a porção de terras, que deve ficar reservada para essas plantações, assim como a porção das que possão ser arrendadas, quando, attenta ainda a pequena população, não possão os Indios aproveitá-las todas.

§ 13.º Arrendar por tres annos as terras, que para isso forem destinadas, procedendo ás mais miudas investigações sobre o bom comportamento dos que as pretenderem, e sobre as posses, que tem. Nestes arrendamentos, não se comprehende a faculdade de derrubar matos, para o que será necessario o consenso do Presidente, que será expresso no contracto, com declaração das lugares, onde os possão derrubar.

§ 14.º Examinar quaes são as Aldêas, onde, pelo seu adiantamento, se possão aforar terras para casas de habitação; informar ao Governo Imperial com o quantitativo do foro; e aforar-as segundo as Instrucções, que receber. Não são permittidos aforamentos para cultura.

§ 15.º Informar ao Governo Imperial ácerca daquelles Indios, que, por seu bom comportamento, e desenvolvimento industrial, mereção se lhes concedão terras separadas das da Aldêa para suas grangearias particulares. Estes Indios não adquirem a propriedade dessas terras, senão depois de doze annos, não interrompidos, de boa cultura, o que se mencionará com especialidade nos relatorios annuaes; e no fim delles poderão obter Carta de Sesmaria. Se por morte do concessionario não se acharem completos os doze annos, sua viuva, e na sua falta seus filhos, poderão alcançar a Sesmaria, se, além do bom comportamento, e continuação de boa cultura, aquella preencher o tempo que faltar, e estes a grangear pelo duplo deste tempo, com tanto que este nem passe de oito annos, e nem seja menos de quinze o das diversas posses.

§ 16.º Dar licença ás pessoas, que quizerem ir negociar nas Aldêas novamente creadas, com estabelecimento ou fixo, ou volante; e retirá-la quando o julgar conveniente. Quanto ás que já estão estabelecidas, examinará quaes as que estão nas circumstancias de precisarem desta protecção; e as declarará sujeitas a esta disposição, com dependencia de Approvação Imperial.

§ 17.º Representar ao Presidente da Provincia a ne-

cessidade, que possa haver, de alguma força Militar, que proteja as Aldêas, a qual poderá ter hum Regulamento especial.

§ 18.º Propor á Assembléa Provincial a criação de Escolas de primeiras letras para os lugares, onde não baste o Missionario para este ensino.

§ 19.º Empregar todos os meios licitos, brando, e suaves, para attrahir indios ás Aldêas; e promover casamentos entre os mesmos, e entre elles, e pessoas de outra raça.

§ 20.º Esmerar-se em que lhes sejam explicadas as maximas da Religião Catholica, e ensinada a doutrina Christã, sem que se empregue nunca a força, e violencia; e em que não sejam os pais violentados a fazer baptisar seus filhos, convindo attrahil-os á Religião por meios brandos, e suavios.

§ 21.º Cuidar na introdução na Vaccina nas Aldêas, e facilitar-lhes todos os soccorros nas epidemias.

§ 22.º Corresponder-se com os Missionarios, de quem receberá todos os esclarecimentos para a catechese, e civilisação dos Indios, providenciando no que couber em suas faculdades; e com todas as Autoridades, por quem possa ser auxiliado.

§ 23.º Vigiar na segurança, e tranquillidade das Aldêas, e seus districtos, requerendo, ou constituindo procurador para requerer perante as Justiças, e requisitando das Autoridades competentes as providencias necessarias.

§ 24.º Indagar se nas Aldêas, e seus districtos, morão pessoas de carácter rixoso, e de máos costumes ou que introduzão bebidas espirituosas, ou que tenham enganado aos Indios com lesão enorme; e fazel-as expulsar até cinco leguas fóra dos limites dos districtos.

§ 25.º Informar-se dos meios de subsistencia, que tem as Aldêas, para providenciar que não sobrevenha alguma fome, que seja causa de que os Indios abalem para os matos, ou se derramem pelas Fazendas, e Povoações.

§ 26.º Promover o estabelecimento de officinas de Artes mechanicas, com preferencia das que se prestão ás primeiras necessidades da vida; e que sejam nellas admittidos os Indios, segundo as propensões, que mostrarem.

§ 27.º Indagar quaes as produções do lugar de mais facil cultura, e de mais proveito; esmerando-se em fazer adoptar aquelle genero de trabalho, e modo de vida, que offereça mais facilidade, e a que os Indios mais prontamente se acostumem.

§ 28.º Exercer toda a vigilancia em que não sejam os Indios constrangidos a servir a particulares; e inquirir se são pagos de seus jornaes, quando chamados para o serviço da Aldêa, ou qualquer serviço publico; e em geral que sejam religiosamente cumpridos de ambas as partes os contractos, que com elles se fizerem.

§ 29.º Vigiar que não sejam os Indios avexados com exercicios militares, procurando que se lhes dê aquella instrucção, que permittir o seu estado de civilisação, suas occupações diarias, e seus habitos, e costumes, os quaes não devem ser aberta, e desabridamente contrariados.

§ 30.º Fiscalisar as rendas das Aldêas, quaesquer que sejam suas fontes; e exercer vigilante inspecção sobre as produções das lavouras, pescas e extracções de drogas, e de outro qualquer ramo de industria, e em geral sobre todos os objectos destinados para o uso, e consumo das Aldêas.

§ 31.º Aplicar os dinheiros, e outros quaesquer objectos, segundo as necessidades das Aldêas, e na conformidade das Ordens do Governo Imperial, dando huma conta circunstanciada todos os annos, e todas as vezes que huma urgente necessidade o obrigue a fazer alguma despesa extraordinaria, da applicação, que houver resoluto.

§ 32.º Servir de Procurador dos Indios, requerendo, ou nomeando Procurador para requerer em nome dos mesmos perante as Justiças, e mais Autoridades.

§ 33.º Propor ao Presidente da Provincia o Director da Aldêa, o Thesoureiro, Almoxarife, e o Cirurgião, preferindo-se para estes Empregos os casados aos solteiros; suspender os tres ultimos, e em geral a todos os que estão empregados no serviço das Aldêas, nomeando interinamente quem os substitua, e dando parte immediatamente ao Presidente, ou ao Director da Aldêa, segundo pertencer a nomeação ao primeiro, ou ao segundo.

§ 34.º Organisar a Tabella dos vencimentos dos Pedestres, e dos salarios dos officiaes de officios, que estiverem ao serviço das Aldêas; e leval-a ao conhecimento do Governo Imperial para sua approvação.

§ 35.º Approvar, e mandar pôr em execução provisoriamente a Tabella, organisada pelos Directores das Aldêas, dos jornaes, que devem ganhar os Indios, que forem chamados para o serviço das mesmas, ou qualquer outro serviço publico; levando-a ao conhecimento do Governo Imperial para sua final approvação.

§ 36.º Propor ao Governo Imperial os Regulamentos especiaes para o regimen das Aldêas, e as instrucções convenientes para o desenvolvimento de sua industria; tendo attenção ao estado de civilisação dos Indios, sua indole, e character; ás necessidades dos lugares, em que se acharem ellas estabelecidas; ás producções do Paiz, e ás proporções, que o mesmo offerece para o seu adiantamento moral, e material.

§ 37.º Apresentar todos os annos ao Governo Imperial o Orçamento da receita, e despeza das Aldêas, e hum Relatorio circunstanciado do seu estado em população, instrucção, e industria, com huma exposição miuda da execução das disposições deste Regulamento; exigindo dos Directores das Aldêas outros iguaes, que o habilitem a esclarecer o Governo sobre os progressos, ou decadencia das mesmas, e as causas, que para isso tem concorrido; e apontando as providencias, que convenha ser adoptadas.

§ 38.º Expor ao Governo Imperial os inconvenientes, que tenha encontrado na execução deste Regulamento, e de outros, que houver de fazer; indicando as medidas, que julgar apropriadas para se conseguir o grande fim da catechese, e civilisação dos Indios.

Art. 2.º Haverá em todas as Aldêas hum Director, que será de nomeação do Presidente da Provincia, sobre proposta do Director Geral. Compete-lhe:

§ 1.º Informar ao Director Geral a necessidade, que possa haver de trabalhos em commum, e a natureza destes; assim como sobre a parte dos productos desses trabalhos, que deva ser reservada para o uso commum dos Indios.

§ 2.º Designar as terras, que devem ficar reservadas para as plantações em commun, depois de determinada a porção, que o deve ser pelo Director Geral; assim como as que devem ficar para as plantações particulares dos Indios, e as que possão ser arrendadas, Art. 1.º, § 12.º

§ 3.º Inspeccionar essas plantações, ou outros quaesquer trabalhos da Aldêa; e procurar consumo aos seus productos, depois de feitas as reservas necessarias.

§ 4.º Nomear quem substitua o Thesoureiro, ou Almojarife, nos impedimentos imprevistos, e de caso repentino.

§ 5.º Nomear os Indios para as plantações, ou outros trabalhos em commun, ou para qualquer serviço Publico; procurando repartir o trabalho com igualdade, e ir de accordo, quanto ser possa, com o Maioral dos mesmos Indios.

§ 6.º Fazer entregar ao Thesoureiro, ou Almojarife, os productos dos trabalhos dos Indios, os objectos obtidos em troca dos que forem vendidos, o dinheiro pertencente a Aldêa, qualquer que seja sua origem, e em geral todos os objectos destinados para a Aldêa.

§ 7.º Distribuir os objectos, que forem applicados pelo Director Geral para os trabalhos communs, e particulares dos Indios; e os que forem destinados para animar, e premiar os Indios já aldeados, e attrahir os que ainda o não estejam.

§ 8.º Applicar os dinheiros, e mais objectos, segundo as determinações do Director Geral; podendo, em casos urgentes, gastar, sob sua responsabilidade, do dinheiro, que houver em caixa, até á quantia de cem mil réis, deque dará conta ao mesmo Director para sua approvação.

§ 9.º Nomear, suspender, e despedir os Pedestres, e officiaes de officios, que estiverem ao serviço da Aldêa, e determinar o serviço, que devem fazer.

§ 10.º Vigiar sobre a segurança, e tranquillidade da Aldêa, e seu districto; podendo, em casos menores, reter em prisão, até seis dias, o que a perturbar, sendo Indio; e não sendo, fazel-o expulsar para fóra da Aldêa, e até do seu districto: e em casos maiores, pren-

der, e remetter ás Justiças ordinarias com todas as indicações, que esclareção a verdade.

§ 11.º Requerer as Autoridades policiaes contra os que, tendo sido expulsos em virtude do § antecedente, ou do § 24 do Artigo 1.º, se estabelecerem dentro dos limites declarados no Mandado de despejo, ou não queirão obedecer a este.

§ 12.º Ter debaixo de suas ordens a força Militar, que se houver de mandar collocar na Aldêa, e seu districto; representando a necessidade, que della possa haver, ao Director Geral, conformando-se com as instrucções, que receber, e com o Regulamento especial do § 17.º do Artigo 1.º

§ 13.º Alistar os Indios, que estiverem em estado de prestar algum serviço militar, e acostumar-os a alguns exercicios, animando com dadivas aos que mostrarem mais gosto, e zelo pelo serviço, e tendo todo o cuidado em que não se desgostem por excesso de trabalho. Dará huma conta circunstanciada ao Director Geral das disposições, que encontrar, para ser levada ao conhecimento do Governo Imperial, que resolverá sobre a oportunidade de se crearem algumas Companhias, as quaes poderão ter huma organização particular.

§ 14.º Procurar que sejam demarcadas as terras dadas aos Indios, e proceder á demarcação das porções das mesmas, que, em virtude deste Regulamento, tenham de ser demarcadas dentro de seus limites.

§ 15.º Esmerar-se em que as Festas tanto Civis, como Religiosas, se fação com a maior pompa, e apparatus, que ser possa; procurando introduzir nas Aldêas o gosto da musica instrumental.

§ 16.º Servir de Procurador dos Indios, podendo nomear quem faça as suas vezes para requerer perante as Justiças, e outras Autoridades.

§ 17.º Dar parte todos os trimestres ao Director Geral dos acontecimentos mais notaveis na Aldêa, e fazer hum Relatorio annual do estado, em que se ella acha, com declaração da execução, que tem tido as disposições deste Regulamento, e com o Orçamento da receita e despesa para o anno seguinte.

§ 18.º Exercer as funções do Art. 1.º, desde o §

1.º até o § 9.º, e desde o § 19 até § 30.º; entendendo-se que suas faculdades são restrictas á Aldêa, de que he Director; e que em lugar do Presidente, ou Governo Imperial, deve dirigir-se ao Director Geral da Provincia.

Art. 3.º Ao Thesoureiro compete;

§ 1.º Receber os dinheiros pertencentes á Aldêa; qualquer que seja a origem d'onde provenha, recolhendo-os em huma caixa, de que o Director da Aldêa terá huma chave; assim como receber todos os objectos, que forem destinados para o serviço, e uso da Aldêa.

§ 2.º Ter a seu cargo a escripturação, e contabilidade, para o que terá os livros proprios fornecidos pela Fazenda Publica.

§ 3.º Ajudar ao Director da Aldêa na sua correspondencia, particularmente na confecção dos Mappas Estatísticos.

§ 4.º Fazer os pagamentos, e entregar os objectos, que estiverem debaixo de sua guarda, segundo as ordens, que receber do Director Geral, e as determinações do Director da Aldêa.

§ 5.º Dar todos os annos huma conta circunstanciada ao Director Geral de todos os dinheiros, e objectos, que houver recebido; dos empregos, que fez; e das ordens, que os autorisárão.

§ 6.º Escrever em todos os actos; que houverem de ser remettidos ás Justiças, e nos termos das demarcações das porções de terras, a que houver de proceder o Director da Aldêa dentro dos limites das terras da Aldêa.

§ 7.º Substituir ao Director da Aldêa em seus impedimentos imprevistos, e de caso repentino; dando parte immediatamente ao director Geral para prover interinamente.

Art. 4.º Quando o estado da Aldêa não exija hum Thesoureiro, hum Almoxarife receberá todos os objectos, que forem destinados para a Aldêa, e os entregará segundo as ordens do Director da mesma, dando annualmente conta ao Director Geral; e o Director da Aldêa receberá os dinheiros, que á mesma pertencerem.

Art. 5.º O Cirurgião tem a seu cargo a botica, e os instrumentos Cirurgicos; e cuidará da enfermaria

com hum Enfermeiro, que será hum dos Pedestres, que proporá ao Director da Aldêa.

Art. 6.º Haverá hum Missionario nas Aldêas novamente creadas, e nas que se acharem estabelecidas em lugares remotos, ou onde conste que andão Indios errantes. Compete-lhe:

§ 1.º Instruir aos Indios nas maximas da Religião Catholica, e ensinar-lhes a Doutrina Christã.

§ 2.º Servir de Parochô na Aldêa, e seu Districto, em quanto não se crear Parochia.

§ 3.º Fazer o arrolamento de todos os Indios pertencentes á Aldêa, e seu Districto, com declaração dos que morão nas Aldêas, e fóra dellas; dos baptisados, idades, e profissões; e dos nascimentos, e obitos, e casamentos: para o que lhe serão fornecidos os livros pelo Bispo Diocesano, pela caixa das Obras Pias.

§ 4.º Dar parte ao Bispo Diocesano, por intermedio do Director Geral da Provincia, do estado espirital da Aldêa; representando as necessidades, que encontrar, e apontando as providencias, que lhe parecerem mais proprias para occorrer a ellas.

§ 5.º Representar ao Director Geral, por intermedio da Aldêa, a necessidade, que possa haver de outro Missionario, que o ajude, principalmente se houver nas visinhanças Indios errantes, que seja mister chamar á Religião, e á Sociedade.

§ 6.º Ensinar a lêr, escrever, e contar aos meninos, e ainda aos adultos, que sem violencia se dispuzerem a adquirir essa instrucção.

§ 7.º Substituir ao Director da Aldêa, quando esteja impedido o Thesoureiro, e nos casos, em que este o póde substituir.

Art. 7.º A creação de Thesoureiro, Almoxarife, e Cirurgião, dependerá do estado, em que se achar a Aldêa, e da sua importancia; e do lugar, em que estiver collocada: sobre o que o Director Geral informará ao Governo Imperial para resolver. O Cirurgião poderá servir de Thesoureiro, se as circumstancias o permittirem. Seus vencimentos, e os dos Missionarios, serão fixadas segundo as informações dos Directores Geraes.

Art. 8.º A creação dos Pedestres, e officiaes de

offícios; seu numero, salario, organização, e a natureza dos officios, dependerão das circumstancias locais, segundo as informações dos Directores Geraes.

Art. 9.º As informações, de que trata o Artigo antecedente, as do Art. 7.º, e as do Art. 1.º §§ 2.º, 4.º, 8.º, 14.º, 15.º, 16.º, 34.º, 35.º, 36.º e 37.º serão transmittidas ao Governo Imperial por intermedio do Presidente da Provincia, que as acompanhará com as observações convenientes.

Art. 10. Nos impedimentos do Director Geral o Presidente da Provincia nomeará quem o substitua; e nos impedimentos do Director da Aldêa, que não sejam imprevistos, e de caso repentino, fará a nomeação o Director Geral.

Art. 11. Em quanto servirem, terão a Gradação Honoraria, o Director Geral de Brigadeiro, o Director da Aldêa de Tenente Coronel, e o Thesoureiro de Capitão; e usarão do uniforme, que se acha estabelecido para o Estado Maior do Exercito.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres, Conselheiro d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Julho de 1845, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.^o

PARTE 2.^a

SECÇÃO 26.^a

DECRETO N.º 427 — de 26 de Julho de 1845.

Manda proceder á avaliação dos escravos que servirão em armas a favor da rebellião na Provincia do Rio Grande do Sul.

Conformando Me com o paracer do Meu Conselho d'Estado, exarado em Consulta de vinte seis de Junho deste anno; Hei por bem Determinar que se crie nesta Côrte hum Commissão pela qual se proceda, na conformidade das instrucções que para esse fim lhe serão dadas, á avaliação dos escravos que servirão em armas a favor da rebellião na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ficando entretanto autorisado o Presidente da dita Provincia a mandar indemnisar immediatamente áquelles dos proprietarios dos referidos escravos, que transferirem ao Governo seus direitos, das quantias por que forem estes alli avaliados, e que não poderão exeder de quatrocentos mil réis.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, encarregado interinamente dos da Guerra, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Julho de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 27..

DECRETO N.º 428 — de 31 de Julho de 1845.

Revoga a disposição do Art. 487 do Regulamento N.º 120 de 31 de Janeiro de 1842, na parte sómente em que exceptua das correições aos Tabelliães, e Escrivães, que servem perante os actuaes Juizes do Cível.

Não estando de accordo com a letra, e espirito da Lei numero duzentos sessenta e hum de tres de Dezembro de mil oitocentos quarenta e hum, a disposição do Artigo quatrocentos e oitenta e sete do Regulamento numero cento e vinte de trinta e hum de Janeiro de mil oitocentos quarenta e dous, na parte em que declara exemptos das correições os Tabelliães, e Escrivães, que servem perante os actuaes Juizes do Cível, já porque no paragrapho terceiro do Artigo vinte e seis daquella Lei não se distingue entre Tabelliães, e Escrivães, que servem perante taes Juizes, e Tabelliães, e Escrivães, que servem perante outras Justiças; já porque a mesma razão, por que estes ultimos são sujeitos ás correições, milita para com aquelles, visto que, além de não ser o principal fim dos Juizes do Cível, quando examinão os processos, averiguar como os seus subalternos cumprem seus deveres, accresce que actos ha dos mesmos subalternos, que nem ao menos chegão ao conhecimento dos ditos Juizes, como são os lançados nos Livros de Notas, o que tudo bem demonstra quanto importa que taes actos fiquem sujeitos as correições dos Juizes de Direito, para que estes não só os examinem, e corrião, mas tambem procedão contra os culpados: Hei por bem, Tendo Ouvido o Conselho d'Estado, Decretar o seguinte:

Art. 1.º São tambem sujeitos ás correições, de que trata a Secção terceira, Capitulo primeiro das Disposições criminaes do Regulamento numero cento e vinte de trinta

e hum de Janeiro de mil oitocentos quarenta e dous, os Tabelliaes, e Escrivães, que servem perante os actuaes Juizes do Civel.

Art. 2.º Fica nesta parte sómente, revogado o disposto no Artigo quatrocentos e oitenta e sete do mencionadõ Regulamento.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres, do Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, e interinamente dos da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e hum de Julho de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.^oPARTE 2.^aSECÇÃO 28.^a

DECRETO N.º 429 — de 9 de Agosto de 1845.

Declara que o exercicio do Lugar de Juiz Municipal he incompativel com o do Cargo de Vereador

Devendo os Juizes Municipaes estar inteiramente desembaraçados, para que possam attender com a devida pontualidade ao desempenho de suas obrigações; e não se podendo isto verificar quando os mencionados Juizes forem ao mesmo tempo Vereadores das Camaras Municipaes, porque então muitas vezes acontecerá que se torne simultaneamente necessaria a sua presença em lugares differentes: Hei por bem Declarar, Tendo ouvido as Secções do Conselho d'Estado, a que pertencem os Negocios do Imperio, e os da Justiça, que o exercicio do Lugar de Juiz Municipal he incompativel com o do Cargo de Vereador; devendo as Camaras Municipaes, quando em algum de seus Membros se der a accumulção indicada, chamar, para substituir ao Vereador assim impedido, o Supplente immediato em votos, o qual deixará de servir logo que cesse o impedimento do mesmo Vereador.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres, Conselheiro d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845

TOMO 8.^o

PARTE 2.^a

SECÇÃO 29.^a

DECRETO N.^o 430 — do 1.^o de Setembro de 1845.

Altera a disposição do Art. 20 do Plano de Reforma da Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra, que baixou com o Decreto N.^o 350 de 20 de Abril de 1844.

Hei por bem Determinar que o Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra, e o Contador Geral da mesma Repartição sejam substituidos nos seus impedimentos pelos Chefes de Secção que o respectivo Ministro designar, ficando alterado o disposto no Artigo vinte do Plano de Reforma da dita Secretaria d'Estado, que baixou com o Decreto numero trezentos e cinquenta de vinte de Abril do anno proximo passado.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, encarregado interinamente dos da Guerra, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Setembro de mil oitocentos quarenta cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.^o

PART 2.^a

SECÇÃO 30.^a

DECRETO N.º 431 — de 13 de Setembro de 1845.

Supprimindo o lugar de Juiz dos Orphãos da 2.^a Vara da Capital da Provincia da Bahia.

Hei por bem Decretar o seguinte.

Art. unico. Fica em inteiro vigor o Artigo primeiro do Decreto numero duzentos e noventa e nove de vinte e hum de Maio de mil oitocentos e quarenta e tres, que supprimio o lugar de Juiz de Orphãos da segunda Vara do Municipio da Cidade Capital da Provincia da Bahia; e revogado, nesta parte, o Artigo primeiro do Decreto numero trezentos e cincoenta e nove de oito de Junho do anno proximo passado.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres, Conselheiro d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, encarregado interinamente dos da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em treze de Setembro de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PART 2.ª

SECÇÃO 31.ª

DECRETO N.º 432 — de 27 de Setembro de 1845.

Revoga o de N.º 174 de 15 de Maio de 1843, na parte em que separou a Vara de Orphãos da Municipal nos Termos reunidos do Penedo, e Porto da Folha ou Traipú da Provincia das Alagoas.

Hei por bem, á vista do que Me foi representado pela Camara Municipal da Cidade do Penedo, e da informação dada pelo respectivo Presidente da Provincia, Decretar o seguinte.

Artigo unico. Fica annexada a Vara de Orphãos á Municipal nos Termos reunidos do Penedo, Porto da Folha ou Traipú da Provincia das Alagoas, ficando nesta parte revogado o Decreto numero cento e setenta e quatro de quinze de Maio de mil oitocentos quarenta e tres, que separou as referidas Varas.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres, do Meu Conselho e do d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado encarregado interinamente dos Negocios da Justica, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Setembro de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

DECRETO N.º 433 — de 27 de Setembro de 1845

Extingue o lugar de Juiz de Direito do Cível da Cidade de Oeiras, da Província do Piauhy.

Hei por bem, Usando da attribuição, que Me confere o Artigo cento e dous, paragrapho doze da Constituição, e em conformidade da Lei de tres de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e hum, Dar por extinto o lugar de Juiz de Direito do Cível da Cidade de Oeiras, da Província do Piauhy

José Carlos Pereira d'Almeida Torres, do Meu Conselho, e do d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado, encarregado interinamente dos Negocios da Justica, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Setembro de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL

1845.

TOMO 8.^oPARTE 2.^aSECÇÃO 32.^a

DECRETO N.º 434 — de 30 de Setembro de 1845.

Determina que os Tabelhões do Publico, Judicial e Notas da Villa de S. João da Barra servirão os respectivos Offícios igualmente, e por distribuição, o de Escrivão de Orphãos, Capellas e Resíduos.

Hei por bem, á vista do Artigo primeiro da Resolução numero trezentos e sessenta, da Assembléa Legislativa do Rio de Janeiro, de trinta de Junho do corrente anno, e da informação dada pelo Presidente da mesma Provincia, Decretar o seguinte.

Artigo unico. Os deus Tabelhões do Publico, Judicial e Notas da Villa de São João da Barra, da Provincia do Rio de Janeiro, servirão igualmente, e por distribuição, de Escrivão de Orphãos, Capellas e Resíduos.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres, do Meu Conselho, e do d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado interinamente dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Setembro de mil oitocentos quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

DECRETO N.º 435 — de 30 de Setembro de 1845.

Approva o Plano da nova organização da força de oito Companhias de Pedestres, fixada no Art. 1.º § 3.º da Lei N.º 341 de 6 de Março do corrente anno.

Hei por bem Approvar o Plano da nova organização da força de oito Companhias de Pedestres, fixada no Artigo primeiro, paragrapho terceiro da Lei numero trezentos quarenta e hum de seis de Março do corrente anno, que com este haiva, assignado por Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra interino, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Setembro de mil oitocentos quarenta e cinco. vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

Plano da organização da Força de oito Companhias de Pedestres, a que se refere o Decreto desta data

Art. 1.º A Força de Pedestres, fixada no Art. 1.º § 3.º da Lei N.º 341 de 6 de Março do corrente anno, será composta de oito Companhias constantes do Quadro seguinte

Composição de huma Companhia.

Capitão, ou Subalerno Commandante.....	1	
Alferes Ajudante.....	1	
	—	2
1.º Sargento	1	
2.ºs Sargentos.....	2	

Forriell.....	1	
Cabos.....	4	
Soldados.....	71	
Corneta.....	1	
	—	80
Todos..		82

RECAPITULAÇÃO.

Officiaes.....	16
Pracas de pret de oito Companhias.....	640
Somma.....	656

Art. 2.º As sobreditas Companhias serão distribuidas pela maneira seguinte :

Provincia de Minas Geraes, Companhias.....	2
» do Maranhão. »	2
» de Goyaz. »	1
» de Mato Grosso. »	1
» de Santa Catharina. »	1
» do Espirito Santo. »	1
Todos...	8

Art. 3.º Os Commandantes, e Ajudantes das ditas Companhias serão nomeados d'entre os Officiaes da 2.ª, 3.ª, e 4.ª classe do Exercito, que tenham a capacidade necessaria.

Art. 4.º As pracas de pret serão armadas de huma clavina e pistola com o seu competente correame. O seu fardamento será jaqueta de panno azul com botões amarellos, e calças do mesmo panno, ou brancas, e bonet redondo do referido panno.

Art. 5.º Todas as pracas das mesmas Companhias receberão em dinheiro o soldo, etape, e fardamento, regulado tudo, em quanto outro arbitramento se não fizer, na conformidade da seguinte Tabella.

Os Commandantes, e Ajudantes terão os mesmos

vencimentos que competem aos que se achão em serviço de Companhias nos Corpos de primeira Linha

Os 1. ^{os} Sargentos terão mensalmente, cada hum.....	19 7 200
Os 2. ^{os} Sargentos.....	15 4 000
Os Forries.....	15 7 000
Os Cabos de esquadras.....	12 7 000
Os Soldados e Cornetas.....	9 7 600

Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Setembro de 1845.—Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 33.ª

DECRETO N.º 436 — de 2 de Outubro de 1845.

Estabelece nas Províncias da Bahia, Pernambuco e Pará Contadorias de Marinha.

Hei por bem, na conformidade do Artigo quinto da Lei N.º 350 de 17 de Junho de 1845, estabelecer nas Províncias da Bahia, Pernambuco e Pará Contadorias de Marinha, independentes dos respectivos Intendentes e Inspectores, e subordinadas à Contadoria Geral; e ordenar que nas mesmas Contadorias se observe provisoriamente o Regulamento, que com este baixa, no qual são designados os Empregados de que cada uma se deve compor, e seus respectivos vencimentos, assignado por Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, do Men Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro em dois de Outubro de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

Regulamento provisório para as Contadorias de Marinha das Províncias da Bahia, Pernambuco e Pará, a que se refere o Decreto desta data.

Art. 1.º As Contadorias de Marinha das Provin-

cias da Bahia, Pernambuco e Pará serão as Repartições pelas quaes a Contadoria Geral realisarâ nas ditas Provincias a effectiva fiscalisação da receita e despeza da Marinha nellas, ficando sujeitas á mesma Contadoria Geral, e independentes dos respectivos Intendentes, e Inspectores.

Art. 2.^o A Contadoria da Marinha da Bahia será composta de hum Contador com o ordenado annual de 1.600⁰⁰⁰; hum 2.^o Official com o de 1.200⁰⁰⁰; hum Amanuense com o de 600⁰⁰⁰; e dois Praticantes com o de 400⁰⁰⁰ cada hum: hum Porteiro com o de 480⁰⁰⁰; e hum Continuo com o de 300⁰⁰⁰.

Art. 3.^o As Contadorias de Marinha de Pernambuco e Pará terão a mesma organisação, e serão compostas de hum Contador com o ordenado annual de 1.200⁰⁰⁰; hum 3.^o Official com o de 800⁰⁰⁰; e 2 Praticantes com o de 400⁰⁰⁰ cada hum: hum Porteiro com o de 360⁰⁰⁰; e hum Continuo com o de 200⁰⁰⁰.

Art. 4.^o Em cada uma destas Contadorias se fará o que vai designado nos seguintes paragraphos.

§ 1.^o A escripturação, contabilidade, e fiscalisação da receita e despeza respectiva.

§ 2.^o O exame material, e legal de todas as folhas e documentos que se processarem.

§ 3.^o A liquidação, e exame das contas dos Pagadores, Almoxarifes, ou outros quaesquer Encarregados da Fazenda de Marinha das referidas Provincias, que nellas tenham recebido generos, ou dinheiro, pertencentes á mesma Repartição.

§ 4.^o A organisação dos elementos, balancos, demonstrações, e quinquennales, ou chapas relativos á receita e despeza da Marinha das Provincias.

§ 5.^o As informações, e esclarecimentos que forem relativos aos negocios da Fazenda de Marinha das referidas Provincias.

§ 6.^o Os assentamentos de todos os Empregados, tanto civis, como d'Arma, e de differentes classes, que perceberem vencimentos pela Repartição de Marinha das respectivas Provincias.

§ 7.^o A liquidação da divida activa, e passiva da Marinha das respectivas Provincias.

Art. 5.º A excepção das despesas determinadas por Lei, ou ordens do Ministro da Marinha, nenhuma outra será processada nestas Contadorias, salvo as que forem ordenadas pelos Presidentes, nos casos de que trata o Decreto de 7 de Março de 1842.

Art. 6.º Os Contadores de Marinha das Provincias são os Chefes das respectivas Contadorias, e os responsaveis pelos trabalhos dellas: como taes lhes serão subordinados todos os seus Empregados, sendo substituidos pelos Officiaes mais graduados das mesmas Contadorias.

Art. 7.º Compete aos Contadores:

§ 1.º A execução de todos os trabalhos declarados no Art. 4.º deste Regulamento, e seus paragraphos, e o cumprimento de todas as ordens que lhe forem dirigidas pelas competentes Autoridades.

§ 2.º Velar na prompta execução das Leis, deste Regulamento, e das ordens relativas á sua administração.

§ 3.º Informar ao Governo, no caso de vacatura, sobre os individuos que devem occupar os lugares de Officiaes, Amanuenses, Praticantes, Porteiros e Continuos das respectivas Contadorias.

§ 4.º Tomar juramento e dar posse a todos os providos nos Empregos que lhe são subalternos.

§ 5.º Mandar abrir assentamentos, e fazer as folhas para o abono dos vencimentos, e outros pagamentos que tenham de effectuar-se nas competentes Estações. Estas folhas depois de processadas nas Contadorias, pelo Empregado a que competir, e por elle assignadas, serão pelos Contadores enviadas officialmente aos Intendentes, ou Inspectores, para estes ordenarem os competentes pagamentos nos devidos tempos.

§ 6.º Mandar passar todas as Certidões que se lhe pedirem, dos Livres e documentos pertencentes ás Contadorias; deferir os requerimentos das partes dentro dos limites de suas attribuições, e cuidar do mais expediente.

§ 7.º Enviar, por intermedio da Presidencia, os balancos, balancetes, demonstrações e contas ou mappas tendentes a dar huma circunstanciada noticia da receita

e despesa da Marinha das Províncias, e do seu estado activo e passivo.

§ 8.º Enviar, nos devidos tempos, ao Contador Geral as contas que se liquidarem nas Contadorias, acompanhadas dos competentes relatórios, e documentos, para serem revistas na Contadoria Geral.

§ 9.º Prestar ás Thesourarias todos os esclarecimentos e contas que lhe forem exigidas, relativas ás despesas de Marinha das respectivas Províncias.

§ 10. Prestar ás differentes Autoridades de Marinha das Províncias, e exigir dellas, todas as informações que forem precisas para bem regular a marcha do serviço das Contadorias, solicitando dos respectivos Presidentes as providencias a tal respeito.

§ 11. Rubricar todos os Livros da escripturação, assentamentos, registros, e outros que se estabelecerem á cargo das Contadorias.

§ 12. Fazer registrar nas Contadorias todos os títulos ou diplomas, que se lhe apresentarem, e os Avisos e ordens que lhe forem dirigidas.

§ 13. Fazer a escripturação, e regular a marcha do serviço das Contadorias a seu cargo, nomeando os Empregados que se devem occupar nesses trabalhos da maneira que for mais conveniente á prompta solução dos negocios.

§ 14. Fazer emmassar, segundo a ordem numerica e chronologica, todos os Avisos, Instruções e Resoluções, que baixarem ás Contadorias; hem como os Livros e papeis findos das mesmas Repartições, ordenando que seja tudo arrumado em lugar proprio, e conservado convenientemente.

Art. 8.º Os Officiaes mais graduados das Contadorias substituirão os Contadores nos seus impedimentos, escreverão nos differentes Livros, e farão todo o mais expediente e trabalhos de que estes os incumbirem de baixo de sua direcção.

Art. 9.º Os outros Officiaes, Amanuenses, e Praticantes, que restarem farão todo o mais trabalho de que forem encarregados.

Art. 10. A nenhum destes Empregados será permitido distrahir-se dos seus trabalhos, durante as ho-

ras do exercicio effectivo da Contadoria, senão por justificado motivo, ou previa licença do respectivo Contador.

Art. 11. Compete aos Porteiros :

§ 1.º A guarda da Contadoria, devendo receber por inventario toda a mobilia e utensis da mesma Repartição.

§ 2.º Responder pelos Livros e papeis em serviço ; ter todo o cuidado no asseio dos moveis, e casa da Contadoria ; fechar o expediente, e sellar os papeis que levarem sello.

§ 3.º Fazer os pedidos, ou comprar por ordem escripta do Contador, tudo quanto for necessario para o expediente da Contadoria ; devendo trazer sempre providas de todo o necessario as mesas dos respectivos Empregados.

§ 4.º Receber e arrecadar todos os Livros, Officios, requerimentos, e mais papeis, que lhe forem entregues ; bem como todo o expediente que sahir da Contadoria, fazendo o competente lançamento no Livro da porta.

§ 5.º Transmittir a todos os Empregados da Contadoria os recados, ou avisos que lhe dirigirem quaesquer pessoas, devendo a todos tratar com a maior urbanidade.

§ 6.º Conservar a ordem, e o necessario respeito, entre as pessoas que se acharem fóra do resposteiro, requisitando do Contador as precisas providencias, quando aconteça haver quem se deslize dos seus deveres.

Art. 12. Os Porteiros não permitirão o ingresso na Contadoria a nenhum individuo, sem previo consentimento do Contador.

Art. 13. Os Continuos coadjuvarão aos Porteiros, em todas as incumbencias que lhes são prescriptas nos Artigos onze e doze e seus paragraphos, e terá a seu cargo a entrega do expediente, e as communicações, que se fizerem para as differentes Estações, bem como o arranjo, arrumação, e conservação, em lugar proprio, dos Livros, e mais papeis findos, debaixo da direcção do respectivo Contador.

Art. 14. O Intendente da Mariuha da Bahia, e os Inspectores dos Arsenaes de Pernambuco. e Pará

continuação a accumular as funcções, que competem ao Intendente e Inspector do Arsenal da Marinha da Córte, cada hum delles, relativamente á Provincia a que pertencem, e como taes terão as mesmas attribuições e vencimentos de que tratão os Decretos de onze e treze de Janeiro de mil oitocentos e trinta e quatro, com as alterações de que tratão os seguintes paragraphos; devendo ter em vista a necessaria independencia entre as suas respectivas Repartições, e ás Contadorias de Marinha das ditas Provincias, na conformidade do Artigo quinto da Lei numero trezentos e cincoenta de dezete de Julho de mil oitocentos e quarenta e cinco.

§ 1.º Farão apresentar na Contadoria, até o dia dez de todos os mezes, os Livros das escripturações de todas as Repartições, que lhe forem subalternas, para serem examinados, e fazerem-se os resumos da despesa, e nas epochas que forem fixadas os mesmos Livros, acompanhados dos competentes documentos, para serem tomadas as respectivas contas.

§ 2.º Ordenarão, de intelligencia com os respectivos Commandantes, que os Escrivães dos differentes Navios sejam pontuaes em apresentar na Contadoria os Livros de Soccorros, acompanhados das competentes relações, para alli serem examinadas, e convertidas em folhas, a fim de se prepararem com promptidão, e serem-lhes enviadas officialmente pelo respectivo Contador, para se effectuarem os competentes pagamentos.

§ 3.º Prestarão aos Contadores todos os esclarecimentos que estes lhes pedirem, a fim de harmonisar-se a marcha do serviço das differentes Repartições, que lhes são sujeitas, com os trabalhos das respectivas Contadorias.

§ 4.º Não deverão expedir Portaria, ou ordem para fazer carga aos Pagadores, ou Almojarifes, de qualquer quantia que estes receberem das Thesourarias da Fazenda, ou de outra qualquer Repartição, ou individuo, sem que as guias, ou documentos respectivos tenham sido apresentados ex-officio nas Contadorias. e

d'elles conste a competente verba, rubricada pelo Contador, relativa á escripturação das mesmas Repartições.

§ 5.º Também não deverão dar despacho para pagamento, seja elle de que natureza for, sem ser em folha processada na Contadoria, ou em documentos nella liquidados, devendo, tanto estes documentos, como aquellas folhas, ser-lhe enviadas officialmente pelo respectivo Contador.

§ 6.º Da mesma fôrma não deverão accceitar letra alguma, sem preceder autorisação da Presidencia, salvo se com anticipação a tiverem recebido da Secretaria d'Estado, devendo taes letras ser primeiramente apresentadas nas Contadorias, e alli registradas, praticando-se o mesmo antes do pagamento, a fim de haver tambem verba disso, pelas mesmas Contadorias.

§ 7.º Ordenarão que se não receba mais nas Intendencias e Inspeções os Conhecimentos em fôrma, pretz, guias, ou outros quaesquer documentos, que anteriormente lhes erão apresentados, para obter o despacho — liquide-se e pague-se —; devendo todos estes documentos, d'ora em diante, ser levadas pelas proprias partes á Contadoria, ex-officio, a fim de serem nesta Repartição liquidados, e convertidos em folhas, precedendo despacho do Contador neste sentido, á excepção dos Conhecimentos em fôrma e pretz, que só serão liquidados tambem com precedencia de despacho; seguindo tanto a respeito destes documentos, como d'aquellas folhas, o que fica declarado no § 5.º do Art. 7.º deste Regulamento.

§ 8.º Igualmente não farão remessas de generos, nem supprimento a nenhuma Estação, ou individuo, ainda mesmo que seja por emprestimo, sem que sejam enviadas ás Contadorias as contas d'esses fornecimentos, a fim de se fazer de tudo a competente escripturação. Também deverão remetter as copias de quaesquer contractos, que se effectuem em comprimento de ordens do Governo.

§ 9.º Farão apresentar nas Contadorias, até o dia 5 de todos os mezes, as fèrias dos operarios, escravos da Nação, africanos livres, remadores, e outros do servico dos Arsenaes, acompanhados dos respectivos

pontos, a fim de ser tudo examinado, e convertido em folhas.

§ 10. Não deverão ordenar alguma obra, quer de construção, ou edificação, quer de fabrico ou concerto, sem preceder a competente authorisação do Presidente, salvo quando a tiverem com anticipação da respectiva Secretaria d'Estado; exceptuão-se todavia pequenos reparos, dos quaes dará depois conta á mesma Secretaria, declarando a importância despendida com a mão de obra, e materia prima.

Art. 15. As Repartições e Empregados, que na Provincia da Bahia se achão sujeitos ao Intendente, e nas de Pernambuco e Pará aos Inspectores, continuão da mesma fôrma, e com os mesmos vencimentos, e obrigações que competem a taes Empregados pelos Decretos de 11 e 13 de Janeiro de 1834, e que não forem expressamente derogados pelo presente Regulamento.

Art. 16. Os Secretarios das Inspeções dos Arsenaes de Marinha das Provincias de Pernambuco, e Pará ficão limitados nas suas obrigações, somente ás Repartições a que pertencem, cessando todas as outras de processar relações, examinar ferias, e calcular conhecimentos, e outros de semelhante natureza, cujos trabalhos, pelo facto da creação das Contadorias, são commettidos a estas Repartições pelo presente Regulamento.

Art. 17. A correspondencia das Contadorias com a Contadoria Geral será feita, por intermedio das Presidencias, á Secretaria d'Estado.

Art. 18. As Contadorias terão exercicio cinco horas effectivas, em todos os dias que não forem Domingos, Dias Santos de guarda, ou feriados, começando as 9 horas da manhã, e finalizando ás 2 da tarde, salvo nos casos extraordinarios, em que os Contadores poderão providenciar a tal respeito como julgarem necessario. Os Porteiros e Continuos entrarão meia hora antes da marcada para os mais Empregados.

Art. 19. Haverá hum Livro de ponto, rubricado pelo Contador, e escripturado em fôrma de mappa, contendo os dias do mez, e nomes dos Empregados,

a fim de se notarem as faltas diárias, para no caso de não haver motivo justificado, proceder-se ao competente desconto no vencimento.

Palacio do Rio de Janeiro em dous de Outubro de mil oitocentos e quarenta e cinco.

*Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti
d'Albuquerque.*

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 34.ª

DECRETO N.º 437 — de 14 de Outubro de 1845.

Reune o Termo de Barras ao de Campo Maior, e o de Peracuruca ao da Parnahiba, na Provincia do Piauhy.

Hei por bem, á vista do que Me representou o Presidente da Provincia do Piauhy, Decretar o seguinte :

Artigo unico. Ficão reunidos, na Provincia do Piauhy, debaixo da jurisdicção de hum Juiz Municipal, que accumulará as funcções de Juiz dos Orphãos, o Termo de Barras ao de Campo Maior, e o de Peracuruca ao da Parnahiba; ficando, nesta parte, revogadas as disposições do Decreto numero trezentos e dezasete de seis de Agosto de mil oitocentos e quarenta e tres.

Antonio Paulino Limpo de Abreo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado, interino, dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio da Cidade do Desterro da Provincia de Santa Catharina em quatorze de Outubro de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.^oPARTE 2.^aSECÇÃO 35.^aDECRETO N.^o 438 — de 13 de Novembro de 1845.*Approva os Estatutos do Banco Commercial da Provincia da Bahia.*

Attendendo ao que Me representarão os Directores da associação mercantil estabelecida na Provincia da Bahia com a denominação de — Banco Commercial da Bahia — pedindo-Me a approvação dos seus Estatutos; e Tendo em consideração as vantagens, que daquelle Estabelecimento podem resultar, sendo regularmente organizado: Hei por bem Approvar os mencionados Estatutos, os quaes baixão juntos, assignados por José Carlos Pereira d'Almeida Torres, Conselheiro d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio da Cidade do Rio Grande na Provincia de São Pedro em treze de Novembro de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

*Estatutos do Banco Commercial da Provincia da Bahia,
a que se refere o Decreto desta data.*

TITULO I.

Do Banco.

Art. 1.º O Banco será de desconto, e deposito. Seu capital poderá ser elevado até dous mil contos de réis, divididos em acções de cem mil réis, em moeda legal.

Art. 2.º As entradas das acções serão realizadas em tres pagamentos, sendo metade á vista, huma quarta parte a dous mezes, e a outra quarta parte a quatro mezes. Findos quatro mezes, depois da installação, as entradas serão á vista.

Art. 3.º Os Accionistas, que não effectuarem pontualmente qualquer das entradas marcadas no Artigo antecedente, perderão, em beneficio do Banco, as quantias, com que já tivessem entrado, e o Banco disporá de suas acções. Exceptuão-se os casos de morte, fallimento, e de invencível embaraço, justificados perante a Direcção. Nestes casos, os herdeiros, credores, ou interessados, perderão os dividendos, em quanto não preencherem o valor das acções, e só principiarão a ter dividendo no semestre seguinte áquelle, em que tiverem effectuado o pagamento.

Art. 4.º O Banco durará quinze annos, contados da data da sua installação. Findo este prazo, poderá ser prorogado por determinação da Assembléa geral dos Accionistas.

Art. 5.º O Banco poderá ser dissolvido por deliberação de sua Assembléa geral, mesmo antes de findarem os quinze annos marcados no Artigo quarto, se se conhecer que a sua duração he prejudicial.

Art. 6.º O Banco será dissolvido de facto, e entrará em liquidação, se as suas perdas vierem a absorver o seu fundo de reserva, e vinte por cento do seu capital effectivo.

Art. 7.º A Assembléa geral para a eleição da

pela dita Direcção terá lugar logo que hajão subscritos Rs. 100.000.000.

TITULO II.

Dos Accionistas.

Art. 8.º O Banco considera seu Accionista toda a pessoa, que possuir acções, seja como primeiro proprietario, seja como cessionario, cujas acções estiverem competentemente averbadas no livro dos registros. O averbamento para fazer effectiva a transferencia terá lugar á vista das acções, e das partes contractantes, sem que jámais haja endosso no mesmo titulo.

Art. 9.º Os Accionistas não respondem por mais do que o valor de suas acções, as quaes podem ser dadas, vendidas, cedidas, hypothecadas, doadas, ou legadas na fórma do Artigo antecedente; mas o seu capital não poderá ser retirado, antes da extincção do Banco.

Art. 10. Os Accionistas de dez, ou mais acções, são habilitados para votar em Assembléa geral, e para exercerem os cargos de Presidente, e Secretarios da mesma Assembléa, e membros da Commissão de exame. Somente os Accionistas de vinte, ou mais acções, poderão ser nomeados para Directores.

Art. 11. Os Accionistas, o Presidente, os Secretarios da Assembléa geral, os membros da Commissão de exame, os Directores, e os Empregados do Banco, poderão ser Nacionaes, ou Estrangeiros indistinctamente.

Art. 12. Havendo Accionistas com firmas sociaes, só hum dos socios poderá votar, e ser votado; podendo este no impedimento nomear o socio, que o deva substituir como votante.

Art. 13. He permittido aos Accionistas, depois de concluida a revisão pela Commissão de exame, verificar o balanço, á vista dos livros, que lhes estarão para isso patentes por tres dias, sem com tudo poder extrahir copias. He prohibido o exame nas contas de depositos, e registro das letras, que só serão patentes á Commissão de exame.

Das operações do Banco.

Art. 14. As operações do Banco serão as seguintes:

§ 1.º Descontar letras de cambio, e da terra, que tiverem pelo menos duas firmas de reconhecido credito, das quaes huma, em todo caso, será de pessoa residente nesta Cidade.

§ 2.º Descontar bilhetes d'Alfandega, e quaesquer outros titulos do Governo, pagaveis em prazo fixo.

§ 3.º Emprestar dinheiro sobre penhores de prata, ouro, e brilhantes, mediante as cautelas marcadas no Art. 22.

§ 4.º Emprestar sobre Apolices da Divida Publica, pela fôrma que convier á Direcção.

§ 5.º Emprestar por meio de letras até tres mezes improrogaveis, sobre generos depositados em armazens alfandegados, quantias não excedentes a dous terços do valor, que tiverem no mercado.

§ 6.º Especular sobre operações de cambio, limitando-se ás Praças do Imperio.

§ 7.º Receber gratuitamente dinheiros de quaesquer pessoas para lhes abrir contas correntes, e verificar os respectivos pagamentos, e transferencias, por meio de cautelas cortadas dos talões, que devem existir no Banco, com a assignatura do proprietario na tarja; com tanto que taes cautelas não sejam de quantia menor de cem mil réis.

§ 8.º Receber em deposito ouro, prata, joias, e titulos de valor, mediante a commissão de meio por cento, a qual se repetirá cada vez que exceder a hum anno o tempo do deposito. Exceptuão-se quaesquer titulos do Banco, que se guardarão gratuitamente.

§ 9.º Cobrar, por conta de terceiros, quaesquer valores, e fazer delles remessa em dinheiro, ou letras, mediante a commissão do estilo.

§ 10. Encarregar-se da cobrança, gratuitamente, na Praça, de letras pertencentes a individuos, que já tenham conta corrente aberta.

§ 11. Receber, em quanto convier, dinheiro a

juro de seis por cento ao anno, a prazo fixo, não menor de tres mezes, e por quantia maior de cem mil reis inclusive.

§ 12. Emittir letras, e vales pagaveis ao portador, a prazo não maior de dez dias, e de valor não menor de cem mil réis: não podendo jamais a sua emissão exceder a cincoenta por cento do capital effectivo do Banco.

Art. 15. O juro para quaesquer descontos, e empréstimos, será de oito por cento ao anno, em quanto a Assembléa geral do Banco não julgar conveniente diminuil-o.

Art. 16. Nenhuma transacção de desconto, ou empréstimo, poderá ser feita, senão por meio de letra, a prazo não maior de seis mezes: mas, nos respectivos vencimentos terá lugar a sua reforma mediante a amortisação de dez por cento do capital primitivo, e pagamento do competente premio; tendo-se sempre em vista que as novas letras não diminuão em garantias. Exceptuão-se as letras de cambio, e aquellas, que não trouxerem declarado o premio comminatorio marcado no Artigo dezoito, as quaes deverão ser integralmente pagas.

Art. 17. Se em qualquer letra offerecida a desconto vier a firma de algum dos Directores, não se contará no numero das exigidas para garantia; e nenhuma letra será descontada trazendo a firma de algum dos Directores de serviço.

Art. 18. Na falta de renovação da transacção pela fórma marcada no Artigo dezeseis, ou do pagamento integral, se a Direcção não convier na reforma, o premio pela demora, até real embolso, será de dezeseis por cento ao anno; o qual deverá ter sido declarado no corpo da letra, e desde logo será proposta a competente accção.

Art. 19. Se qualquer letra proveniente de empréstimo sobre penhores não for paga, ou resgatada no vencimento, far-se-ha venda delles em leilão mercantil, precedendo annuncio de oito dias, affixado na porta do Estabelecimento, e publicado em Jornaes: podendo com

tudo seu dono resgastal-os até o momento de começar o leilão, pagando as despesas, que tiver occasionado.

Art. 20. A nenhuma firma he permittido responder por mais de 40.000 \$000, seja como originario devedor, seja como garante. Não se comprehendem na quantia acima os empréstimos feitos sobre penhores.

Art. 21. As letras, e títulos a cobrar por conta de terceiros, que não forem pontualmente pagos, serão entregues a seus donos, depois de feito o protesto a respeito dos que delle carecerem. Em nenhuma caso o Banco se encarregará de questões judiciaes estranhas, assim como não responderá por enganos de vencimentos provenientes de quotas erradas nos mesmos documentos.

Dos Penhores.

Art. 22. Os empréstimos sobre penhores de ouro, prata, e jóias, terão lugar, quando, os que os offerecerem, apresentarem a avaliação dos contrastes approvados pela Direcção, e além disso mostrarem que os penhores são seus, que estão livres de todo, e qualquer onus, ou encargo; devendo assignar termo de responsabilidade nesta Cidade, e de obrigação de se sujeitarem ás disposições dos Estatutos, ordens, e usos do Banco.

Art. 23. O prazo sobre penhores não excederá a seis mezes; mas poderá ser reformado. A quantia que se emprestar sobre penhores de ouro, e prata, não excederá a dous terços, e sobre jóias á metade do valor dado pelos contrastes.

Art. 24. Quando se offereção em penhor generos armazenados em depositos alfandegados, o Banco exigirá da parte huma ordem, para que os Administradores das casas de depositos os ponhão á sua disposição, a qual se mandará logo verificar.

Art. 25. A venda dos penhores de qualquer natureza, para solução de letras vencidas, será feita em leilão mercantil, na forma do estílo, em presença de hum dos Directores do Banco, e liquidada a conta das despesas de leilão, juros vencidos, e commissão de hum por cento, se entregará o saldo, se o houver, a quem pertencer.

Das Letras, e Vales.

Art. 26. As letras, ou vales, que o Banco emitir, não serão de valor menor de cem mil réis, nem a maior prazo de dez dias; e serão passados pela Direcção, representada pelos Directores de semana, e rubricados pelo Presidente, e Secretario da Direcção.

Art. 27. Nenhuma emissão poderá ter lugar sem que seja autorisada pela Direcção, do que se lavrará acta, designando-se a somma a emittir, e a qualidade dos titulos.

TITULO IV.

Dos dividendos e fundos de reserva.

Art. 28. Far-se-ha hum balanço todos os semestres, com o fecho de 30 de Junho, e 31 de Dezembro; e ambos serão apresentados ás Assembléas geraes em suas reuniões ordinarias.

Art. 29. Do lucro liquido de cada semestre se deduzirão dez por cento para fundo de reserva, e o resto será o lucro, de que se fará dividendo nos mezes de Janeiro, e Julho.

Art. 30. Se a installação do Banco tiver lugar até 30 de Junho de 1845, o balanço será feito em 31 de Dezembro; se depois de 30 de Junho, terá lugar em igual dia do anno futuro, e assim por diante.

Art. 31. A debito do fundo de reserva serão levadas as dividas, que forão reputadas inteiramente perdidas.

Art. 32. Na dissolução do Banco, o fundo de reserva, que houver, será accumulado ao capital, e dividido pelos Accionistas existentes.

TITULO V.

Da Assembléa geral.

Art. 33. A totalidade dos Accionistas será representada pela sua Assembléa geral.

Art. 34. Formará Assembléa geral a reunião legalmente convocada (Art. 35.) dos Accionistas de dez, ou mais accções; os de menor numero de accções poderão assistir ás deliberações.

Art. 35. A convocação da Assembléa geral terá lugar por convite da Direcção, em Edital firmado pelo seu Presidente, e Secretario, affixado á porta do Banco, e na Praça do Commercio, e publicado, por tres vezes, nos Jornaes de maior publicidade.

Art. 36. Chegado o dia, e hora marcada para a reunião da Assembléa geral, esta se julgara constituida com os Accionistas presentes (Art. 34.) que tomarão decisões por maioria absoluta de votos. Com tudo nenhuma deliberação poderá ser tomada na primeira convocação, não se achando reunidos pelo menos tantos Accionistas, quantos representem hum terço do capital effectivo do Banco.

Art. 37. Quando a Assembléa geral não puder deliberar por falta de votos sufficientes, será feita nova convocação com as formalidades marcadas no Art. 35, com a declaração do motivo da nova reunião, e nesta se tomarão as decisões com qualquer numero de votos presentes.

Art. 38. As deliberações tendentes a augmentar o fundo do Banco, á sua dissolução antes dos 15 annos, a prorogar sua duração, e a reformar os presentes Estatutos, só poderão ser tomadas quando em Assembléa geral se reunirem votos concordes de tantos Accionistas, quantos representem a maioria absoluta do capital effectivo do Banco.

Art. 39. As reuniões extraordinarias terão lugar quando a Direcção as convocar por occorrença de casos, para cuja decisão ella se não julgue competente; e quando lhe for isso requerido em representação individualmente assignada por Accionistas, que possuão, pelo menos, hum terço do capital effectivo do Banco. Em virtude de taes representações deverá a Direcção convocar a Assembléa geral dentro dos 8 dias uteis, que se seguirem ao da entrega, que constarão pela data, que lhes porá o Secretario do Banco, depois de averiguar, e reconhecer a sua legalidade.

quanto á porção de capital , que devem comprehender. Se a Direcção não fizer a convocação , incorrerá em responsabilidade , e os representantes terão o direito de chamar os Accionistas a reuniões extraordinarias , por annuncios publicos , por todos assignados , com designação do numero de acções de cada hum , e declaração do motivo do chamamento , e das razões , que tiverão para representar a Direcção.

Art. 40. As Assembléas geraes , reunidas na forma do Artigo antecedente , só poderão tomar decisões reunindo os votos requeridos no Art. 38 , e nem poderão admittir discussão alguma além do objecto da convocação. Podem com tudo nellas apresentar-se quaesquer indicações para serem decididas na primeira reunião ordinaria.

Art. 41. A Assembléa geral terá hum Presidente , e dous Secretarios , todos eleitos annualmente na Sessão de 31 de Julho , por maioria de votos relativa , em escrutinio secreto , e em humia só lista , d'entre os Accionistas , que tem voto.

Art. 42. Havendo impedimento do Presidente , e Secretarios , serão substituídos , o Presidente pelo 1.º , Secretario , este pelo 2.º , e este pelo immediato em votos , até á primeira reunião da Assembléa geral , em que terá lugar a eleição do que faltar.

Art. 43. Pertence ao Presidente :

Abrir , e fechar as Sessões ; conceder a palavra , manter a boa ordem , e regularidade nas discussões , e fazer executar as resoluções d'Assembléa geral. A nenhum Accionista he permittido , mesmo para explicação , fallar mais de duas vezes sobre o mesmo assumpto : exceptuão-se a Direcção , e a Commisção de exame , que poderão responder ás arguições , que lhes forem dirigidas.

Art. 44. Pertence aos Secretarios ler , e repetir as leituras , quando o Presidente determinar ; redigir as Actas ; apurar os votos como escrutadores ; e fazer a correspondencia , e o expediente , que deverá ser assignado pelo Presidente , e 1.º Secretario.

Art. 45. Na primeira reunião d'Assembléa geral , o logo depois de eleita a Mesa , se procederá á no-

meação por escrutinio secreto, e á maioria relativa de votos, de tres membros habilitados na fôrma do Art. 34, para formarem a Commissão de exame, que deverá servir até a seguinte reunião ordinaria d'Assembléa geral, em que será renovada. Occorrendo no intervallo impedimento de algum membro, será substituido pelo immediato em votos.

Art. 46. As reuniões ordinarias da Assembléa geral terão lugar em 31 de Janeiro, e 31 de Julho de cada anno, nas quaes a Direcção apresentará os balancos semestraes do Banco, fechados em 31 de Dezembro, e 30 de Junho, e a Commissão de exame o relatorio do estado do mesmo Banco, para o que deverá ter sido previamente chamada pela Direcção. A vista dos ditos balanço, e relatorio, a Assembléa discutirá, e pronunciará o seu juizo sobre as contas, e administração.

Art. 47. Na Assembléa geral de 31 de Julho terá lugar, por escrutinio secreto, e á maioria absoluta de votos, a eleição da nova Direcção, para a qual poderão ser reeleitos quaesquer dos Directores, que reunão os votos necessarios. Em seguida proceder-se-ha á eleição da Mesa, e Commissão de exame, que tem de servir no anno seguinte, pela fôrma marcada nos Arts. 41 e 45.

Art. 48. Pertence á Assembléa geral fixar os ordenados aos Empregados sobre proposta da Direcção.

Art. 49. Depois de approvados pela Assembléa geral (Art. 78) os presentes Estatutos, só ella poderá alteral-os do modo, que marca o Art. 38; mas qualquer innovação nunca terá lugar na Sessão, em que for proposta.

TITULO VI.

Da Commissão de Exame.

Art. 50. A Commissão de exame, logo que for convidada pela Direcção (Art. 46) deverá examinar escrupulosamente o estado da escripturação, das operações da Caixa, da correspondencia, e comportamento dos Empregados; fiscalizando se os presentes Estatutos,

e as decisões d'Assembléa geral, tem sido estritamente executados, para o que todo o Estabelecimento lhe será franqueado, e a Direcção lhe dará todos os esclarecimentos, que forem exigidos. O exame deve terminar 3 dias antes da reunião d'Assembléa geral.

Art. 51. Concluido o exame, a Commissão fará hum relatorio circunstanciado, no qual emittirá sua opinião sobre o estado do Banco, e maneira, por que tiver sido administrado. Este relatorio será registrado no livro das Actas da Assembléa geral, e impresso, com o balanço, para serem distribuidos pelos Accionistas.

TITULO VII.

Da Votação.

Art. 52. Os votos serão contados na proporção de hum para cada dez acções. Nenhum Accionista com tudo, por maior numero de acções que possua, poderá ter mais de quatro votos, ainda sendo procurador de algum outro Accionista.

Art. 53. Os Accionistas impedidos, ou ausentes, só poderão ser representados por outros Accionistas, que deverão estar munidos de procuração.

Art. 54. Para o Accionista poder votar deverá constar o seu direito pelo assento, no registro do Banco, das suas acções, ao menos tres mezes antes do dia da reunião d'Assembléa geral.

TITULO VIII.

Da Direcção.

Art. 55. O Banco será administrado por 9 Directores, que serão Accionistas pelo menos de 20 acções (Art. 10) os quaes serão eleitos annualmente pela Assembléa geral de 31 de Julho. Exceptuão-se os primeiros nove nomeados, que, por motivo de terem de organizar o Banco, e pol-o em regular andamento, só serão renovados na fôrma do Art. 47, se na epoca da primeira eleição ordinaria, em 31 de

Julho, tiverem servido pelo menos nove mezes ; aliás serão conservados até a seguinte epoca de eleições.

Art. 56. Os Directores serão obrigados a conservar em deposito no Banco vinte accções, de que serão proprietarios, das quaes não poderão dispor durante o tempo que servirem.

Art. 57. A Direcção nomeará annualmente, d'entre os seus membros, hum Presidente, e hum Secretario, e este escreverá circumstanciadamente os trabalhos, e decisões da Direcção, em hum livro de Actas, que serão assignadas por todos os membros presentes.

Art. 58. Haverá reunião ordinaria da Direcção hum a vez por semana, e extraordinaria, quando ella julgar necessario, ou quando for convocada pelos Directores de serviço. Todos os Directores tem obrigação de vigiar incessantemente pelos interesses do Banco ; mas além disso, haverá diariamente de serviço, desde que se abrirem as portas até que se fechem, 3 Directores, que dirigirão as operações.

Art. 59. Pertence á Direcção a inteira administração dos fundos do Banco, que regerá como entender ; cingindo-se aos presentes Estatutos, e ao Regulamento, que houver de organizar.

Art. 60. Os fundos do Banco estarão sob a guarda de toda a Direcção, a qual poderá chamar para o expediente da Caixa hum, ou mais Fieis, que tiverem a precisa aptidão, os quaes prestarão a fiança, que a Direcção entender necessaria.

Art. 61. Em todas as deliberações da Direcção, decidir-se-hão os negocios á pluralidade de votos. Se não estiverem presentes todos os membros, serão necessarios 5 votos conformes para tornar valiosa a deliberação. Os membros vencidos poderão declarar o seu voto na Acta.

Art. 62. As ordens, correspondencias, e resoluções importantes, serão assignadas em nome da Direcção pelo seu Presidente, e Secretario ; e os objectos de expediente, por dous, ao menos, dos 3 Directores de serviço. Tudo, quanto se expedir, ficará registado.

Art. 63. Os Directores, e mais Empregados do

Banco, serão individualmente responsaveis, quando infringirem os Estatutos, e o Regulamento interno, ou commetterem quaesquer abusos.

Art. 64. Quando algum dos Directores se achar impedido de servir por mais de hum mez, a Direcção, por meio do seu Presidente, e Secretario, chamará substituto para servir durante o impedimento, regulando-se pela ordem dos mais votados. Em quanto porém existirem cinco Directores em exercicio, não terá lugar a substituição, salvo occorrendo negocio urgente, em que sejam precisos cinco votos conformes (Art. 61) no qual caso serão chamados os substitutos.

Art. 65. A Direcção, logo que estejam concluidos os balanços semestraes de 30 de Junho, e 31 de Dezembro (o que não deverá exceder de 15 de Julho, e 15 de Janeiro) o participará aos tres membros da Commissão de exame, para virem verificar o estado do Banco, nos intervallos de 15 a 26 de Julho, e de 15 a 26 de Janeiro.

Art. 66. Os Directores terão em compensação do seu trabalho, e responsabilidade, huma commissão de cinco por cento sobre o total dos lucros do Banco, a qual será repartida com igualdade por entre elles.

TITULO IX.

Dos Empregados.

Art. 67. Os Empregados do Banco serão escolhidos, e demittidos pela Direcção, e seus ordenados fixados pela Assembléa geral, sob proposta da Direcção (Art. 48.)

Art. 68. Todos os Empregados do Banco, que receberem ordenados, prestarão, á satisfação da Direcção, fiança idonea correspondente ao seu ordenado. Esta fiança será de vinte vezes o importe do ordenado para os Empregados, que manejarem fundos; e somente dez vezes para os que forem unicamente de escripta. As fianças poderão ser substituidas por depositos, inclusive accções do proprio Banco. Exceptuão-se os Fieis de

que trata o Art. 50, que prestarão fiança pela maneira allí indicada.

TITULO X.

Disposições geraes.

Art. 69. O fallecimento do Accionista não obrigará a liquidar o Banco. Seus herdeiros, ou representantes, não poderão, de fôrma alguma, pôr embaraço ao andamento das operações do mesmo Banco, e só terão direito á percepção dos dividendos, e á transference de suas acções, se lhes convier.

Art. 70. A Direcção procurará sempre ultimar, por meio de arbitros, as contestações, que se possam suscitar durante a sua administração.

Art. 71. O Banco poderá requerer dos Poderes Politicos quaesquer privilégios, ou medidas favoraveis ao credito, segurança, e prosperidade do Estabelecimento; e particularmente requerera que as acções, ou fundos no Banco, pertencentes a Estrangeiros, sejam em quaesquer casos, mesmo nos de guerra, tão inviolaveis, como os dos Nacionais.

Art. 72. O Banco não poderá negociar por sua conta em mercadorias, ou bens de raiz; e quando os venha adquirir por trato com seus devedores, execuções, ou adjudicações, deverá vendel-os no menor prazo possível.

Art. 73. O Banco poderá comprar, e possuir os edificios, que forem necessarios para o seu estabelecimento

Art. 74. As operações do Banco, e especialmente as que disserem respeito a particulares, são objecto de segredo para os seus Empregados. Aquelle que o revelar será reprehendido, se da revelação não resultar damno: se resultar será expulso.

Art. 75. Toda a pessoa que faltar á boa fé nos seus tratos com o Banco, ficará excluida de negociar com elle, directa, ou indirectamente.

Art. 76. Havendo tres dias Santos successivos, em hum delle virão 3 dos Directores, com o Por-

teiro, fazer a visita interna, e externa do Estabelecimento, para verificar se ha motivo de desconfiança, que exija providencias.

Art. 77. A Direcção fica pelos presentes Estatutos autorizada a demandar, e ser demandada; e a exercer, com livre, e geral administração, plenos, e positivos poderes, comprehendidos, e outhorgados todos, e sem reserva de algum, mesmo os de poderes em causa propria.

TITULO XI

Disposições transitórias.

Art. 78. A Junta Directoria da Associação Commercial da Bahia, logo que tenha feito distribuir os presentes Estatutos, fará convocar a Assembléa geral dos que até então tiverem subscripto para os approvarem, e se nessa occasião estiverem preenchidos Rs. 100.000\$000 (Art. 7.^o) proceder-se-ha logo á installação do Banco, e eleição da Direcção, na forma do Art. 55.

Art. 79. Concluida a eleição da Direcção, terá lugar a da Mesa da Assembléa geral, e Commissão de exame, de que tratão os Arts. 44 e 45; e que serão renovadas, quando o for a primeira Direcção, segundo o Art. 55.

Art. 80. A Junta Directoria da Associação Commercial presidirá á Assembléa geral installadora, a qual assumirá todas as attribuições, que tenham a competir á primeira reunião ordinaria (Art. 45) qualquer que seja o numero de Accionistas de que ella se haja de compor, e o de accções que possuão.

Palacio da Cidade do Rio Grande na Provincia de São Pedro em 13 de Novembro de 1845.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 36.ª

DECRETO N.º 439 — de 2 de Dezembro de 4185.

Funda na Cidade de Porto Alegre hum Collegio para educação de meninas orphãs.

Desejando Assignalar a epoca da Minha chegada a esta Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, que Me Aprouve Visitar com a Minha Muito Amada e Presada Esposa: Hei por bem Fundar nesta Cidade de Porto Alegre hum Collegio para educação de meninas orphãs, o qual será denominado de — Santa Theresa —, e ficará debaixo da Minha Imperial Protecção, e terá por fim formar perfectas mães de familia: Applicando Eu desde já para o principio da indicada fundação a quantia, com que diversos habitantes d'esta mesma Provincia tem espontaneamente contribuido para hum Monumento, que indique na posteridade aquella epoca. E para que este Collegio tenha huma organização accommodada ás circumstancias do Paiz, e ao fim a que he destinado: Hei outrosim por bem que huma Commissão, composta dos doze maiores subscriptores, e presidida pelo Presidente da Provincia, que terá voto nas deliberações da dita Commissão, organise os respectivos Estatutos, e os submeta, antes de serem postos em execução, á Minha Imperial Approvação.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres, Consellheiro d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, e interinamente encarregado dos da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio da Cidade de Porto Alegre em dous de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Carlos Pereira d'Almeida Torres.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.º

PARTE 2.ª

SECÇÃO 37.ª

DECRETO N.º 440 — de 10 de Dezembro de 1845

Regula o modo dos concursos ás Cadeiras Publicas de Primeiras Letras pertencentes ao Municipio da Corte: Hei por bem Decretar o seguinte.

Convindo regular o modo, por que devem ser feitos os concursos ás Cadeiras Publicas de Primeiras Letras pertencentes ao Municipio da Corte: Hei por bem Decretar o seguinte.

Art. 1.º Logo que o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio abrir a Sessão, apresentar-lhe-ha o Director das Escolas diversas sedulas, á proporção do numero dos Examinadores, e das materias do ensino marcadas na Lei de quinze de Outubro de mil oitocentos e vinte sete; indicando aquellas sedulas os paragraphos dos Livros, ou Compendios, que hão de servir nesse dia para os exames, e de que o Director apresentará dous exemplares.

Art. 2.º Estas sedulas, depois de revistas no mesmo acto, serão recolhidas a dous Escrutinios, para serem tiradas por sorte, por cada hum dos proprios Candidatos, pela maneira seguinte.

Art. 3.º Começará o exame pela Leitura; e o primeiro Examinando, que o Director designar, indicando ao mesmo tempo o Professor, que o deve interrogar, aberto o respectivo Escrutinio, extrahirá hum sedula, e recitará em voz intelligivel, e pausadamente, o paragrapho do Livro, que ella indicar, tendo o Examinador na mão o outro exemplar. Acabada esta leitura, o Examinador fará ao Examinando as necessarias perguntas sobre a Analyse Grammatical, Syntaxe, Regencia, e Concordancia, em hum, ou mais periodos.

Este exame, assim como o das de mais materias, durará o tempo, que o Ministro determinar.

Art. 4.º Em seguida se procederá ao exame de Escripta, para o que extrahirá o Candidato outra sedula do mesmo Escrutinio, e escreverá o que o Examinador lhe for dictando pelo Livro. no lugar que a sedula indicar. O que o Candidato assim escrever se mostrará primeiramente ao Ministro, depois ao Director, e depois aos Professores presentes, passando por ultimo para as mãos do Examinador, o qual fará ao Candidato as convenientes perguntas sobre a Orthographia, Accentuação, e Pontuação, notando os erros, em que o Candidato houver incorrido, sem com tudo se corrigirem na Materia por elle escripta, por dever esta servir de Prova.

Art. 5.º Semelhantemente se procederá ao exame de Arithmetica, segundo as materias mandadas ensinar pelo Art. 6.º da citada Lei nas Escolas de Meninos, a saber: as quatro Operações, pratica de Quebrados, Decimaes, e Proporções, na fôrma indicada na respectiva sedula, que o Candidato tirar por sorte dentre as recolhidas ao outro Escrutinio.

Art. 6.º Depois do exame de Arithmetica se farão as perguntas sobre as noções mais geraes de Geometria pratica exigidas pela dita Lei; demonstrando o Candidato alguns facéis Problemas na Taboa preta, que estará collocada a hum dos lados da mesa.

Art. 7.º Seguir-se-ha o exame sobre os principios da Moral Christã, e da Doutrina da Religião Catholica Apostolica Romana; o que se executará pelo Compendio, que o Director tiver apresentado.

Art. 8.º Far-se-ha por ultimo o exame da pratica do Ensino-Mutuo, do qual o Examinando explicará hum só processo, fazendo-o executar pelos Meninos.

Art. 9.º Pela mesma fôrma, sem discrepancia alguma, se farão os exames dos demais Candidatos: e as materias tiradas por sorte por hum d'elles nos lugares designados nas sedulas, não poderão servir de objecto para o exame dos outros: por isso, findo o exame de cada hum, se rasgarão as sedulas extrahidas.

Art. 10. Se os Professores se não derem por satisfeitos com as perguntas do Examinador designado, farão, quando este tiver concluído sobre cada hum dos objectos do exame, as que julgarem necessarias para se habilitarem a votar com acerto sobre o merecimento do Candidato.

Art. 11. Acabados todos os exames dos Candidatos, e levantada a Sessão, retirar-se-hão os Examinadores a outra sala, e sós, e livremente, conferirão entre si sobre a approvação, ou desapprovação de cada hum dos Candidatos; e declararão conscienciosamente o seu parecer por escripto, concluindo-o, quanto á approvação, pela formula seguinte: « Optimo por (tantos) votos » Bom por (tantos) votos « Sufficiente por (tantos) votos: e quanto á desapprovação, pela formula « Esperado. » Este parecer, que ficará em segredo até se lavar a Acta no competente Livro, será entregue ao Director com os mais papeis dos exames, o qual levará tudo, com informação sua, á presença do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, na fôrma expressada no Art. 7.^o das providencias mandadas observar por Decreto de quinze de Março de mil oitocentos e trinta e seis, a fim de se resolver o que mais conveniente for.

Art. 12. Se ao Ministro do Imperio, Presidente do Concurso, parecer, pelo que elle mesmo tiver observado no Acto, e depois de ouvido o Director, que fora insubsistente, e menos justa a approvação, o mesmo Ministro mandará proceder a novo exame por outros Professores por elle expressamente designados.

Art. 13. Fica o direito salvo a qualquer dos concorrentes, que se julgar lesado pelo arbitrio dos Examinadores, para requerer outro exame, na fôrma do Artigo antecedente; fundamentando o seu requerimento em documentos, ou razões convincentes, sem o que lhe poderá ser denegado tal recurso.

Art. 14. Concorrendo diversos pretendentes a huma Cadeira, e obtendo todos igual approvação, o Governo terá particular attenção, para a preferencia, ás circumstancias daquelle, que, por sua idade, seu es-

tado de casado, e mais reconhecida moralidade, se tornar mais digno.

Art. 15. Quando no concurso a huma Cadeira entrar o Substituto d'ella, será este preferido, em igualdade de circumstancias, e tendo prestado bom serviço, a qualquer outro Oppositor.

Art. 16. Os exames relativos ao provimento das Cadeiras para o ensino das Meninas se farão pela mesma fórma, e com as mesmas solemnidades, que ficão declaradas, segundo porém as materias prescriptas no Artigo doze da precitada Lei de quinze de Outubro de mil oitocentos e vinte sete.

Manoel Alves Branco, Conselheiro d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio da Cidade de Porto Alegre em dez de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperado.

Manoel Alves Branco.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1845.

TOMO 8.^oPARTE 2.^aSECÇÃO 38.^a

DECRETO N.º 441 — de 27 de Dezembro de 1845.

Marca os vencimentos dos Carcereiros das Cadêas da Província do Grão Pará.

Hei por bem, para execução do Artigo oitavo da Lei numero duzentos e sessenta e hum, de tres de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e hum, Marcar aos Carcereiros das Cadêas da Provincia do Grão Pará os vencimentos annuaes constantes da Tabella que com este baixa, assignada por Antonio Paulino Limpo de Abreu, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, encarregado interinamente dos da Justiça, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio da Cidade de Porto Alegre em vinte e sete de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

*Tabella dos vencimentos dos Carcereiros das Cadêas da
Província do Grão Pará, a que se refere o
Decreto da data desta.*

Ao Carcereiro da Cadêa da Cidade de Belem..	400 ^{rs}
" " da Villa de Muaná...	40 ^{rs}
" " " de Ourem....	30 ^{rs}
" " " de Ugarape-mirim . . .	10 ^{rs}

"	"	da Villa da Vigia....	80 7
"	"	" de Cintra....	30 7
"	"	" da Cachoeira.	80 7
"	"	" de Monsarás..	30 7
"	"	" de Bragança..	150 7
"	"	" de Tury-assu.	80 7
"	"	" de Cametá...	150 7
"	"	" de Baião.....	30 7
"	"	" de Melgaço...	80 7
"	"	" de Portel....	40 7
"	"	" de Oeiras....	30 7
"	"	" de Macapá...	150 7
"	"	" de Chaves...	40 7
"	"	" de Mazagão...	30 7
"	"	" de Porto de Moz	80 7
"	"	" de Gurupá...	40 7
"	"	" de Santarem..	150 7
"	"	" de Franca....	40 7
"	"	" de Monte Ale-	
		gre.....	40 7
"	"	" de Obidos....	80 7
"	"	" de Faro.....	30 7
"	"	" da Barra.....	150 7
"	"	" de Maues....	40 7
"	"	" de Barcellos..	30 7
"	"	" de Ega.....	80 7

Palacio da Cidade de Porto Alegre em 27 de Dezembro de 1845.—*Antonio Paulino Limpo de Abreu.*

DECRETO N.º 442 — de 27 de Dezembro de 1845.

Marca os vencimentos dos Carcereiros das Cadeias de diversas Villas da Provincia de Sergipe d'El-Rei.

Hei por bem, para execução do Artigo oitavo da Lei numero duzentos e sessenta e hum de tres de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e hum, e em additamento ao Decreto numero duzentos e trinta e cinco de vinte e tres de Outubro de mil oitocentos e

quarenta e dous, Marcar aos Carcereiros das Cadêas das Villas de Itabaiana, Capella, Lagarto, Itabaianinha, e Propriá da Provincia de Sergipe d'El-Rei, o vencimento annual de sessenta mil réis para cada hum, dependendo porém taes vencimentos da approvação da Assembléa Geral Legislativa, na conformidade do citado Artigo.

Antonio Paulino Limpo de Abreu, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios Estrangeiros, encarregado interinamente dos da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio da Cidade de Porto Alegre em vinte sete de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e cinco, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

